



Instituto Politécnico  
de Viana do Castelo

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2011



Instituto Politécnico de Viana do Castelo

## ÍNDICE

<b>1. SUMÁRIO EXECUTIVO .....</b>	<b>6</b>
<b>I. DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>11</b>
<b>I.1 BREVE ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÓMICA.....</b>	<b>12</b>
I.2.1 Evolução das vagas por setores público e privado no último decénio.....	16
I.2.2 Vagas por tipo de Subsistema .....	16
I.2.3 Inscrições no 1º ano pela 1ª vez em todos os níveis de formação .....	17
I.2.4 Diplomados em Cursos de Ensino Superior.....	18
I.2.5. Cursos de Especialização Tecnológica ministrados em estabelecimentos de ensino superior .....	18
I.2.6. Posicionamento do IPVC no sistema de Ensino Superior Português .....	19
I.2.7. Enquadramento do IPVC na Região.....	21
<b>I.3. CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO .....</b>	<b>23</b>
I.3.1. Apresentação .....	23
I.3.2. Estrutura Organizacional.....	25
I.3.3. Órgãos .....	28
I.3.5. Legislação e Regulamentação Interna .....	29
<b>I.4. ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS .....</b>	<b>30</b>
<b>1.4.1 Eixos Estratégicos.....</b>	<b>32</b>
Eixo 1: Formação.....	32
Eixo 2: Investigação & Desenvolvimento + inovação [I&D+i].....	36
Eixo 3: Desenvolvimento Humano .....	40
Eixo 4: Direção Estratégica .....	45
Eixo 5: Marketing e Comunicação.....	48
Eixo 6: Relações com a Sociedade/Internacionalização.....	51
Eixo 7: Logística.....	54
<b>II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RECURSOS UTILIZADOS .....</b>	<b>56</b>
<b>II.1. ATIVIDADES DE ENSINO E FORMAÇÃO.....</b>	<b>58</b>

II.1.1. Oferta Formativa .....	60
II.1.1.1. Escola Superior de Educação.....	60
II.1.1.2. Escola Superior Agrária .....	61
II.1.1.3. Escola Superior de Tecnologia e Gestão .....	62
II.1.1.4. Escola Superior de Ciências Empresariais .....	63
II.1.1.5. Escola Superior de Saúde .....	64
II.1.1.6. Escola Superior de Desporto e Lazer .....	64
II.1.2. Estudantes do IPVC.....	68
II.1.2.1. Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior .....	71
II.1.2.2. Provas Maiores 23 Anos.....	72
II.1.2.4. Diplomados e Índice de Sucesso Escolar.....	73
II.1.2.5. Mobilidade Internacional - Estudantes, Pessoal Docente e Não Docente .....	75
II.1.2.5.1 Cooperação.....	75
II.1.2.5.2 - Mobilidade de Estudantes .....	76
II.1.2.5.3. Intercâmbio de Docentes .....	77
II.1.2.5.4 - EILC – Erasmus Intensive Language Course.....	78
<b>II.2. ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO &amp; DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>79</b>
II. 2. 1. OTIC – Oficina de Transferência de Tecnologia e de Conhecimento .....	79
II.2.2. Iniciativas de I&D.....	82
II. 2.3. - Prestação de Serviços Transversais .....	87
<b>III. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO .....</b>	<b>89</b>
<b>III.1. REORGANIZAÇÃO INTERNA DOS SERVIÇOS .....</b>	<b>90</b>
<b>III.2. ESTATUTOS – CONSTITUIÇÃO DOS ORGÃOS .....</b>	<b>90</b>
<b>III.3. SISTEMA DE GESTÃO E GARANTIA DA QUALIDADE.....</b>	<b>91</b>
<b>III.4. FISCAL ÚNICO .....</b>	<b>95</b>
<b>III.5. IMAGEM INSTITUCIONAL E ATIVIDADE EDITORIAL .....</b>	<b>96</b>
<b>III.6. RELAÇÕES EXTERNAS .....</b>	<b>104</b>
III.6.1. Ligações à Comunidade .....	104
III.6.2. Saídas Profissionais.....	105

III.6.3. Cooperação Nacional e Internacional .....	106
<b>III.7. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO .....</b>	<b>108</b>
<b>III.8. APOIOS SOCIAIS .....</b>	<b>110</b>
III.7.1. Alimentação .....	111
III.7.2. Alojamento .....	113
III.7.3. Bolsas de Estudo .....	114
III.7.4. Bolsa de Colaboradores .....	114
<b>IV.1. RECURSOS HUMANOS .....</b>	<b>117</b>
IV.1.1. DOCENTES.....	117
IV.1.2. Pessoal Não Docente .....	119
<b>IV.2. RECURSOS FINANCEIROS .....</b>	<b>126</b>
IV.2.1 – FONTES DE FINANCIAMENTO .....	126
IV.2.2 - ORÇAMENTO DE ESTADO.....	127
IV.2.3 – SALDOS DE GERÊNCIA .....	128
IV.2.4- ORÇAMENTO DA RECEITA.....	129
<b>IV.2.5 - ORÇAMENTO DA DESPESA .....</b>	<b>133</b>
IV.2.5.1. Obras de Manutenção de Edifícios .....	139
IV.2.5.2- Edifícios e Construções Diversas .....	140
IV.2.5.3- Equipamentos.....	140
(Fonte: Serviços Administrativos e Financeiros do IPVC) .....	140
<b>V. AVALIAÇÃO FINAL .....</b>	<b>143</b>

**IPVC – RELATÓRIO DE ATIVIDADES**



*“A Educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo”*

*Nelson Mandela*

## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2011 foi, à data, o ano mais expressivo de uma profunda crise económica mundial que se iniciou em 2008 e fica marcado em Portugal pelo início do chamado Processo de Ajustamento da Economia Portuguesa. Este processo caracterizou-se pela definição e implementação dos princípios de consolidação orçamental, traduzida pela desaceleração gradual, mas significativa, da atividade económica nos sectores público e privado, incluindo a banca, e pelo reforço, que se aguarda, das instituições favoráveis à inovação, à concorrência e à reafetação de recursos na economia. Este ajustamento – enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira – encerra elevados custos económicos e sociais imediatos, mas é tido como uma condição incontornável para garantir um desenvolvimento económico nacional sustentável a médio e longo prazo.

As condições do mercado de trabalho deterioraram-se em 2011, com um aumento da taxa média de desemprego para o valor mais alto de sempre, muito próximo dos 13% da população ativa e com forte tendência para o seu aumento.

No panorama do Ensino Superior Português, de 2010/2011 para 2011/2012, registou-se um ligeiro aumento no número total de estudantes inscritos, ao mesmo tempo que as instituições se defrontam com níveis de dificuldades económicas nunca antes experimentados, o que nos poderá levar a um elevado risco de irregularidade no funcionamento das instituições de ensino superior (IES) com riscos de repercussões óbvias na qualidade dos processos de ensino/formação. Vivemos hoje, também, uma inusitada turbulência legal e regulamentar onde a imprevisibilidade ou mesmo o bloqueio dos normais processos de gestão das IES e dos serviços conexos, alguns tão fundamentais para a vida dos nossos alunos e equidade no acesso ao ensino, como os SAS, viraram “normalidade”, com constantes “ameaças” de leis ou normas regulamentares inexequíveis e irracionais e que obrigam os dirigentes à constante demonstração dessa inexecutabilidade nos foros políticos num exercício de dispêndio energético por vezes notável. A gestão destas instituições tornou-se, assim, num exercício de constante imponderabilidade, onde raramente se sabe o que é ou não é legal, quais as normas que estão ou não estão em vigor, clima favorecido pela permanente dita e contradita dos serviços do próprio Estado: os serviços jurídicos da tutela orientam, o tribunal de contas, como exemplo, vem, muitas vezes na mesma semana, dizer o contrário, quando a contradição, o que é frequente, não cai no mesmo serviço e na mesma semana com orientações de sentidos absolutamente opostos. Até por isto era importante a sagrada autonomia das instituições, dentro de um exercício de responsabili-

dade clara, mas o poder do centralismo burocrático é sempre o rei aterrador. A autonomia é, cada vez mais, letra morta em desfavor do bom governo das instituições e tornando esta atividade de gestão numa atividade desgastante e de alto risco.

Apesar das dificuldades da conjuntura, 2011 foi um ano importante e positivo para a consolidação do IPVC. Tínhamos como imperativo concluir a implementação dos novos estatutos do IPVC, o que aconteceu, e criámos a Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço, num clima de grande consensualidade entre a vontade da Instituição, claramente expressa no Conselho Geral e a tutela que prontamente validou a decisão da sua criação. Continuámos a nossa constante luta pelo aumento do número de estudantes, questão decisiva porque diretamente ligada a relevância da nossa utilidade social e, ainda, porque o número de alunos é a variável fundamental no cálculo do financiamento das IES. Conseguimos mais um passo nesta consolidação, aumentando o número de alunos matriculados, de modo global, reforçando, assim, o nosso papel como única instituição de ensino superior público do distrito e relevo da nossa posição, também, na região e no país.

Pretendíamos, igualmente, uma especial consolidação dos segundos ciclos, o que claramente foi conseguido, muito embora a sustentabilidade do funcionamento de muitos dos nossos segundos ciclos de estudo só será segura quando houver uma maior clarividência das suas vantagens para a especialização profissional e na empregabilidade. Registámos, mesmo assim, um aumento significativo quer no número de novos cursos de mestrado na nossa oferta formativa quer no número de estudantes que os frequentam.

O número de vagas que oferecemos para acesso aos primeiros ciclos tem-se mantido contante, devido à política de vagas adotada nos últimos anos. Vimos a oferecer 911 vagas, distribuídas por 24 cursos, dos quais 6 funcionam, simultaneamente, em regime pós-laboral.

O ano 2011/2012 não foi um bom ano ao nível das colocações em todo o subsistema de ensino superior politécnico, em especial, se valorizarmos o número de inscritos na 1.ª fase do Concurso Nacional de Acesso – indicador de importância muito relativa – dados os maus resultados obtidos pelos alunos nas provas de 12.º ano em disciplinas como o português, físico-química e matemática. O IPVC baixou, em valor absoluto, o seu score percentual de colocações nesta 1.ª fase de 2010 para 2011 de 74% para 63% das vagas colocadas a concurso, à semelhança do que aconteceu com todo o ensino superior politécnico, mas manteve, mesmo assim, uma invejável posição na prefe-

rência dos alunos, ficando em quarto lugar, a nível nacional, logo depois de Porto, Lisboa e Coimbra.

No somatório das diversas fases do acesso e dos diversos contingentes, no entanto, o IPVC, em 2011, voltou a estabelecer recorde no número de entradas de alunos, como vem a acontecer ano atrás de ano. A população escolar nos primeiros ciclos do IPVC atingiu os 3144 estudantes em 2010/2011 e subiu para 3367 em 2011/2012. A este valor acrescem 624 nos cursos de mestrado e 362 nos cursos de CET, perfazendo um total de 4353 estudantes no ano letivo em curso.

Pela sua importância social, uma referência sobre o Acesso para Maiores de 23 Anos. Realizamos a quarta edição do Curso Preparatório de Acesso ao Ensino Superior para Maiores de 23 Anos. O número de candidatos inscritos nas Provas Maiores de 23 anos foi de 499 em 2011, baixando um pouco em relação a 2010, ano em que se inscreveram 637 candidatos. Este decréscimo é indicativo, sobretudo, das dificuldades das pessoas em fazer face aos encargos com a frequência dos cursos – propinas e custos com deslocações. Será necessário, também, um programa de divulgação dirigido a este tipo de público. O IPVC tem um elevado espaço de crescimento neste segmento populacional, se considerarmos o nível médio de habilitações da população do Alto Minho que é, infelizmente, muito baixo.

Em 2010/2011 o Instituto Politécnico de Viana do Castelo diplomou 629 alunos.

A mobilidade estudantil constituía uma das nossas maiores preocupações o que passava pelo bom aproveitamento dos diversos Programas, sendo os Programas ERASMUS e ERASMUS *Mundus* os que têm maior impacto junto da comunidade académica. Em 2010/2011, o IPVC recebeu 86 estudantes de outras instituições europeias e enviou 60 estudantes. No ano letivo 2011/2012, está prevista a receção de 84 alunos estrangeiros e o envio de 72 alunos.

Pretendíamos, ao nível da I&D+I, que 2011 fosse um ano muito positivo e tal veio a acontecer traduzido num aumento global da atividade neste domínio, o que pode ler-se, diretamente de entre outros indicadores, no incremento das atividades desenvolvidas pela OTIC – Oficina de Transferência de Tecnologia e de Conhecimento do IPVC, com um significativo aumento do número de projetos que resultam da participação empenhada de cada vez mais professores.

Muita da atividade de I&D+I aparece ligada aos projetos de formação avançada dos nossos docentes, e, tendo nós mais de 100 docentes a concluírem os seus doutora-

mentos num mesmo período, isto constitui um indiscutível privilégio para a instituição nesta área.

Pretendíamos continuar um apoio determinado à formação avançada (doutoramentos) dos nossos docentes, o que fizemos, apesar das dificuldades do programa PROTEC que, em 2011, não nos pagou qualquer importância dos cerca de meio milhão de euros que o IPVC deveria ter recebido, o que constitui uma séria adversidade para o nosso equilíbrio financeiro.

A prestação de serviços à comunidade, como forma de valorização económica do conhecimento e como área privilegiada para a promoção do desenvolvimento da região, era outra das nossas fortes apostas e pretendemo-la sempre fortemente ligado à investigação produzida e envolvendo a globalidade dos intervenientes nos nossos projetos de formação – alunos, funcionários e professores. Esta dimensão, no entanto, atravessa maus dias dada a crise instalada em todo o tecido social. Não obstante, o IPVC manteve uma significativa atividade neste domínio, muito embora quase toda ela ligada a projetos financiados por fundos europeus.

A preocupação da permanente reestruturação e reforma da oferta formativa acompanha toda a ação diretiva do IPVC. Nesse sentido, durante o ano de 2011 foram aprovados 6 novos mestrados e apresentámos à A3ES a acreditação prévia de novos ciclos de estudo – 8 mestrados e 3 licenciaturas. Foram ainda reestruturados por despacho do Presidente, e após análise das propostas pelo Conselho Técnico-Científico, 17 planos de estudo de licenciaturas.

Definimos como prioritária, igualmente, a dinamização da atividade de partilha e divulgação científica e cultural. Nesse sentido promovemos cerca de 120 eventos de carácter técnico e científico, bem como asseguramos uma atividade cultural de relevo pela constante da Oficina Cultural do IPVC. Participamos, ainda, em inúmeras sessões de divulgação e feiras nacionais, festivais culturais e desportivos, quer como meros participantes quer como parceiros tecnológicos.

O IPVC participou/participa, em 2010/2011 e 2011/12, no programa de Empreendedorismo para o Ensino Superior Politécnico, a 8ª e 9ª edição do Poliemprende.

No âmbito do Compromisso para o Empreendedorismo no Alto Minho, o IPVC, enquanto chefe de fila no eixo Educação para o Empreendedorismo, promove um projeto de empreendedorismo nas escolas básicas e de pré-escolar, em parceria com a

CIM Alto Minho e a Associação Coração Delta. Paralelamente, definiu os princípios e apresentou candidatura ao financiamento do primeiro concurso de ideias exclusivamente dedicado aos alunos das Escolas Profissionais do Distrito de Viana do Castelo.

O IPVC tornou-se o primeiro Instituto Politécnico a participar no concurso de ideias da *Junior Achievement*, que se irá concretizar com a participação de três equipas no concurso de 2012.

No seguimento da sua missão de proximidade com a região, fundamental no desenvolvimento regional do Alto Minho, o IPVC assume-se como parceiro indispensável em distintos projetos e nos diferentes fóruns de desenvolvimento regional.

Foi intenção do IPVC manter em bom nível de atividade a promoção institucional, assegurando a presença constante em meios de comunicação social locais, regionais e nacionais – jornais, revistas, redes sociais, sítios e televisão. Na divulgação, apostou-se na promoção de conteúdos multimédia, como no Guia de Acolhimento 2011/2012, assim como na consolidação do IPVC TV.

Celebraram-se acordos/protocolos com diversas instituições nacionais e internacionais, na multiplicidade de áreas de intervenção do IPVC.

O corpo de pessoal docente em 31 de Dezembro de 2011 era, em número de pessoas, de 376, valor que inclui a substituição, a 50%, dos docentes em programas de doutoramento no âmbito do programa PROTEC e as necessidades resultantes do surgimento de novos anos curriculares. O corpo de pessoal não docente em 2011 era em número de 173 (110 nos Serviços Centrais e Unidades Orgânicas e 63 nos Serviços de Ação Social).

Foi nossa intenção prosseguir o trabalho de apuro e de melhoria constante do nosso modelo de arrumo organizacional, de formação e de modernização das ferramentas de trabalho, com vista ao desenvolvimento de competências e melhoria do funcionamento global da instituição e dos diferentes serviços. Toda esta estratégia é acompanhada pelo Sistema de Gestão da Qualidade, aposta forte do nosso modelo organizacional, cuja acreditação foi renovada no ano em curso, tendo ainda a nossa aposta na qualidade sido coroada por mérito do convite que nos foi feito pela A3ES para sermos uma das entidades piloto no desenvolvimento do Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade, integrada no Sistema de Avaliação e Acreditação das formações das IES.



Instituto Politécnico  
de Viana do Castelo

CAPÍTULO

1.

DISPOSIÇÕES  
GERAIS

## I. DISPOSIÇÕES GERAIS

### I.1 BREVE ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÓMICA

#### ECONOMIA PORTUGUESA

O ano de 2011 ficou marcado pelo início do inadiável processo de ajustamento da economia portuguesa. Este processo caracterizou-se pela consolidação orçamental, pela desaceleração gradual, mas significativa, do setor privado, incluindo o setor bancário, e pelo reforço das instituições favoráveis à inovação, à concorrência e à reafetação de recursos na economia. Este ajustamento – enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira – comporta elevados custos económicos e sociais no curto prazo, mas surge como um imperativo incontornável para assegurar um crescimento económico sustentável no médio e longo prazo.

Os indicadores de 2011 registam uma desaceleração da economia global mais profunda que o inicialmente previsto, em particular nas economias avançadas. No caso da área do euro, a crise da dívida soberana intensificou-se e propagou-se a algumas das maiores economias da área. O aumento generalizado da aversão ao risco, repercutiu-se na subida dos custos de financiamento nos mercados de dívida dos países com maiores fragilidades estruturais, tal como percecionadas pelos investidores internacionais. Neste quadro, as condições monetárias e financeiras da economia portuguesa deterioraram-se consideravelmente no decurso de 2011 – não obstante a manutenção de um nível elevado de financiamento do Eurosistema – e a procura externa dirigida à economia portuguesa abrandou mais do que o antevisto.

O Banco de Portugal, no seu Boletim de Outono, aponta para uma contração da atividade económica de 2.2 % em 2012, após uma redução de 1.9% em 2011. A prossecução do ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos permanecerá como uma importante condicionante da evolução da procura interna. Adicionalmente, o enquadramento internacional implicará uma desaceleração das exportações em 2012. As projeções apontam para um ajustamento significativo do desequilíbrio externo. Em particular, projeta-se uma diminuição de cerca de 6% no défice da balança corrente e de capital nestes dois anos. Do lado da oferta, é particularmente marcante o facto de o emprego cair de forma contínua desde finais de 2008, dinâmica que tenderá a prolongar-se no horizonte de projeção.

A trajetória da economia portuguesa no futuro próximo encontra-se rodeada de elevada incerteza, em função, nomeadamente, das características da resolução institu-

cional da atual crise da dívida soberana na área do euro, bem como da magnitude e persistência da desaceleração da economia mundial. Adicionalmente, os riscos em torno da projeção são descendentes para a atividade económica e equilibrados para a inflação. Esta avaliação de riscos traduz fatores associados tanto à evolução do enquadramento internacional, como ao processo de consolidação orçamental, nomeadamente no que respeita à especificação de medidas adicionais necessárias ao cumprimento integral dos objetivos orçamentais assumidos pelas autoridades. Estas projeções seguem a regra habitualmente utilizada nos exercícios de projeção do Euro-sistema, considerando-se apenas as medidas de política orçamental já aprovadas ou com elevada probabilidade de aprovação, e especificadas com detalhe suficiente.

O cumprimento dos objetivos orçamentais, numa perspetiva de sustentabilidade estrutural, constitui um elemento chave do ajustamento da economia. Após a notificação dos défices excessivos de Setembro, o objetivo para o défice orçamental em 2011 só seria atingido com medidas adicionais significativas. Estas medidas assumidas como de carácter temporário, levaram a que o Orçamento do Estado para 2012 obrigasse a uma exigência adicional, incorporando um conjunto muito considerável de medidas estruturais.

O Programa de Assistência Económica e Financeira, subscrito em 2011, prevê um conjunto de ações que visam robustecer o sistema financeiro, tais como o reforço do capital dos bancos e a convergência para uma estrutura de financiamento de mercado mais estável no médio prazo. Neste contexto, surgem com proeminência os planos de financiamento e de capital de médio prazo que os oito maiores grupos bancários têm que apresentar numa base trimestral. Os planos preveem uma redução gradual do rácio crédito/depósitos de cada instituição para um nível de 120% até 2014, quando relevante. Neste âmbito, sobressai a necessidade de os bancos privilegiarem estratégias de desalavancagem que minimizem o impacto sobre os novos fluxos de crédito ao setor privado. O Programa prevê que, em termos agregados, será necessário assegurar a consistência do processo de desalavancagem com o cenário macroeconómico implícito no Programa. Esta consistência será aferida numa base contínua, nomeadamente no que se refere ao princípio de assegurar um apoio adequado aos setores mais produtivos da economia. Este apoio deverá ser concomitante à expectável contração da atividade económica e não deverá impedir o processo de reestruturação dos balanços das empresas e da economia em geral.

A implementação de reformas estruturais promotoras do crescimento é um fator essencial ao sucesso do ajustamento da economia. Este processo deverá gerar um novo

quadro institucional, em que os incentivos dados aos agentes nos diferentes mercados promovam a afetação eficiente dos escassos recursos económicos e financeiros disponíveis. A existência de importantes setores com um nível concorrencial muito baixo e a proteção face à concorrência internacional promoveu o crescimento ineficiente dos setores não-transacionáveis. Por outro lado, a recente implementação de medidas de carácter estrutural é ainda insuficiente. A necessidade imperiosa de implementação de reformas no sistema de justiça, em mercados como o de trabalho e em alguns setores chave da economia nacional (por exemplo, energia e comunicações) tem-se defrontado com a dificuldade de compreensão por parte dos agentes económicos e sociais que beneficiam das rendas resultantes das distorções ou da menor concorrência nos mercados em causa, o que acentuou a urgência da sua concretização.

Toda esta situação não deixa incólume, obviamente, a envolvimento e o desenvolvimento do ensino superior, traduzindo-se em severas dificuldades económicas nas instituições, que se procuram atenuar por (inimagináveis) instrumentos de controlo da execução orçamental, das quais resultam todo o tipo de constrangimentos na vida do dia a dia das instituições tendo também um efeito direto sobre as famílias e as pessoas que sentem cada vez mais dificuldades na frequência do ensino superior, manifestas nas dificuldades do pagamento das propinas e no grande abandono da frequência escolar.

Sendo a dimensão da crise mundial, o período é de resistência. Fazer mais e melhor com menos é o lema e o desafio dos tempos que atravessamos. A qualidade dos processos formativos não pode estar em causa, obviamente. É na competência, no empenho e no abnegado trabalho das suas pessoas que o IPVC tem encontrado a resposta eficaz a esta turbulência. É com as pessoas e com o seu sacrifício que continuaremos a contar sempre como única resposta eficaz e com dimensão para os problemas que vamos sentindo.

I.2 O ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

No ano letivo de 2011/2012 o número de vagas de acesso, disponibilizado pelos estabelecimentos de ensino superior públicos, foi de 53 500. Este valor é ligeiramente superior ao do que no ano anterior (53 410), no entanto corresponde a um incremento de aproximadamente 36% de vagas relativamente ao ano letivo de 1995/1996. Considerando os dois subsistemas de ensino (público e privado), confirma-se o aumento de peso do número de vagas colocadas a concursos pela rede pública de ensino comparativamente com as disponibilizadas pelas Instituições de Ensino Privado.

Tabela n.º 1 - Evolução do número de vagas por subsistema de Ensino

Subsistema de ensino	2011-12	Peso de cada Sub-sistema	Varição relação a 2009-10	Varição relação a 2000-01	Varição relação a 1995-96
Ensino Superior Público	53 500	62%	+0,2%	+10%	+36%
Ensino Superior Privado	32 920	38%	-21%	-6%	-3%
<b>TOTAL</b>	<b>86 420</b>		<b>-1%</b>	<b>+3%</b>	<b>+20%</b>

(Fonte: GPEARI-MCTES - 2012)

Ainda no período em análise, as vagas de acesso ao ensino superior sofreram algumas oscilações. Apesar deste ligeiro retrocesso no número total de vagas (-6%), justificado pela redução do número de vagas no Ensino Superior Privado, a tendência continua a ser de uma maior disponibilização de vagas, mormente no Ensino Superior Público.

Tabela n.º 2 - Evolução do número de vagas totais

Ano	1995-96	2000-01	2009-10	2010-11	2011-12
TOTAL	71 592	84 130	91 901	91 774	86 420
% de crescimento	-----	17%	28%	28%	-5,9

(Fontes: OCES-DSEI e GPEARI-MCTES-2012)

### I.2.1 Evolução das vagas por setores público e privado no último decénio

Segundo o Relatório do GPEARI-MCTES - 2011, o número de vagas em 2011 aumentou consideravelmente relativamente ao ano de 1995, com o crescimento no ensino público de aproximadamente 36%. O número de vagas no ensino superior não público decresceu, menos 3% de vagas, relativamente a 1995. A partir do ano 2000, a tendência de crescimento deste tipo de ensino superior inverteu-se. O ensino superior não público, entre 2000 e 2004 viu diminuir o seu número de vagas tendo, em 2001, apresentando um decréscimo de 20,4% em relação ao ano anterior.

No período de tempo analisado, o ensino superior público registou uma tendência positiva, com exceção do ano letivo de 2003/2004. Em 2011 os estabelecimentos de ensino superior público disponibilizam mais 20 580 vagas, em relação ao ensino superior não público, correspondendo a cerca de 24% do total de vagas.

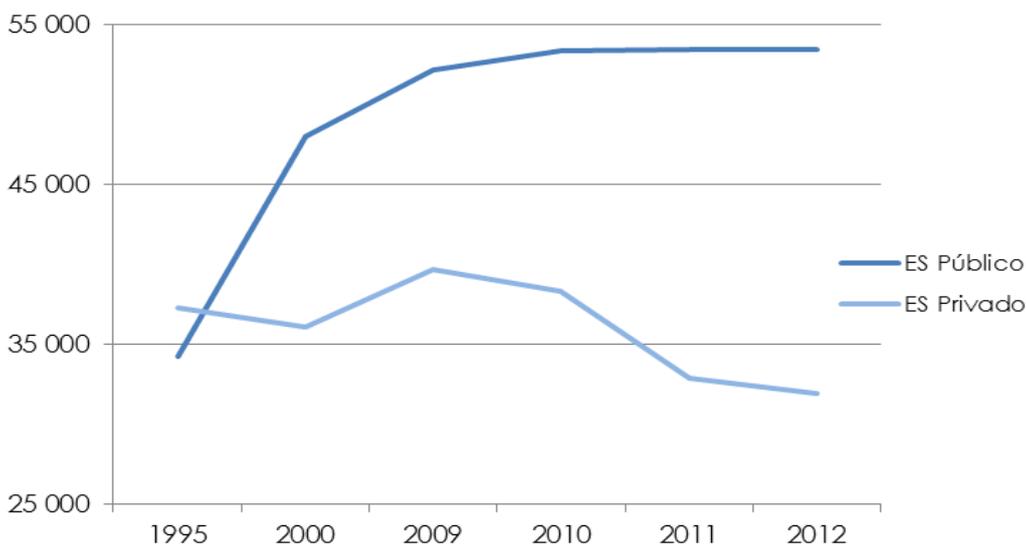


Gráfico n.º 1 - Evolução do número de vagas setores público e privado  
(Fonte: GPEARI-MCTES - 2012)

### I.2.2 Vagas por tipo de Subsistema

Tabela n.º 3 - N.º de Vagas por tipo de subsistema

Subsistema de ensino	1995	2000	2010	2011	2012
Universitário	20 817	26 847	27 609	28 535	28 743
Politécnico	13 489	21 195	24 600	24 875	24 757
<b>Total</b>	<b>34 306</b>	<b>48 042</b>	<b>52 209</b>	<b>53 410</b>	<b>53 500</b>

(Fonte: GPEARI-MCTES - 2012)

Em 2011/2012, relativamente ao ensino superior público, regista-se, num total de 53 500 vagas, 28 743 referentes ao ensino superior universitário (54%) e 24 757 (46%) relativas ao ensino superior politécnico, De constatar que, apesar do ligeiro decréscimo no ano

anterior, existiu um forte incremento de vagas no ensino superior politécnico nos últimos 5 anos, de 21 304, em 2005/2006 para 24 757, em 2010.

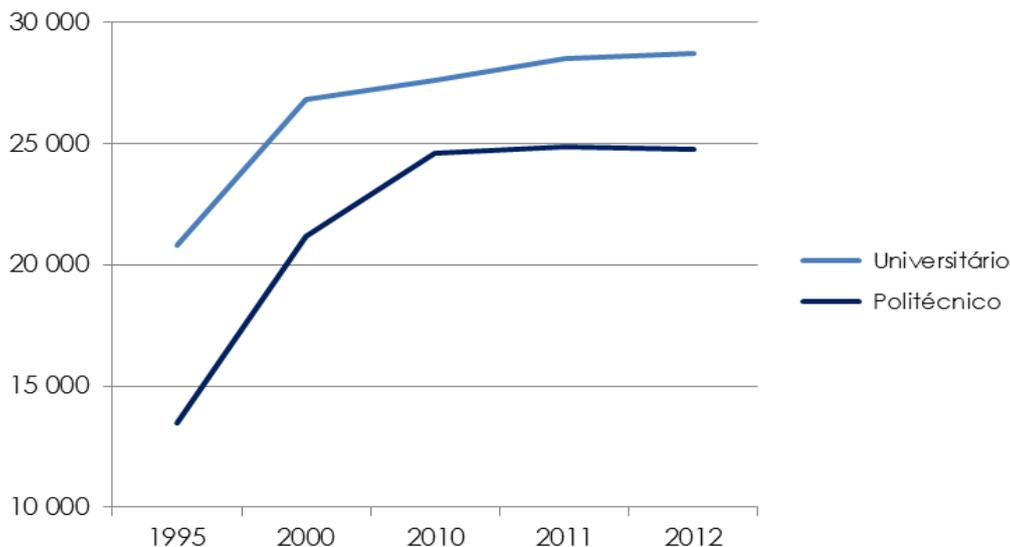


Gráfico n.º 2 - Evolução do número de vagas por tipo de ensino  
(Fonte: GPEARI-MCTES - 2012)

### I.2.3 Inscrições no 1.º ano pela 1.ª vez em todos os níveis de formação

Dos novos 131 508 alunos inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, em cursos de ensino superior (de formação inicial, de mestrado, de doutoramento, de especialização e de complemento de formação) larga maioria fizeram-no em instituições de ensino superior público (78%). De destacar o aumento progressivo e acentuado do número de inscritos 1.º ano 1.ª vez em ambos os subsistemas do Ensino Superior Público a contrastar com a crescente diminuição do número de estudantes inscritos no Ensino Superior Privado. Neste âmbito, realça-se também o aumento da atratividade do ES Politécnico que regista um aumento muito assinalável, nomeadamente de 18 073 em 1995/96 para mais do dobro (37 883) em 2010/11 (data de referência dos últimos dados estatísticos publicados pela tutela).

Tabela n.º 4 – Estudantes inscritos no Ensino Superior no 1.º ano 1.ª vez (todos os níveis de formação): Ensino Universitário e Politécnico – Público e Privado.

Subsistema de ensino	1995-96	2000-01	2008-09	2009-10	2010-11
Ensino Superior Público	47 450	65 929	87 988	94 400	102 895
Universitário	29 377	39 229	54 243	59 611	65 012
Politécnico	18 073	26 700	33 745	34 789	37 883
Ensino Superior Privado	33 633	27 320	27 384	27 914	28 613
Universitário	23 578	16 577	18 811	19 209	19 497
Politécnico	10 055	10 743	8 573	8 705	9 116
<b>Subtotal (Ensino Superior)</b>	<b>81 083</b>	<b>93 249</b>	<b>115 372</b>	<b>122 314</b>	<b>131 508</b>

(Fonte: GPEARI-MCTES - 2012)

I.2.4 Diplomados em Cursos de Ensino Superior

Em 2009-2010 (data do último relatório publicado pelo GPEARl) diplomaram-se no ensino superior, em todos os níveis de formação, 78 609 estudantes (+1,1% do que no ano letivo anterior). Do total de diplomados, 74% pertencem a instituições de ensino superior público e 64% pertencem a instituições de ensino superior universitário, públicas e privadas. Mais uma vez a tendência de crescimento da preponderância do Ensino Superior Público face ao Privado é refletida no crescimento relativo do número de diplomados, sendo que no ano 2008/09 os diplomados do Ensino Superior Público representavam 74% do total nacional.

Tabela n.º 5 – Diplomados no Ensino Superior: Universitário e Politécnico

Subsistema de ensino	1995-96	2000-01	2006-07	2007-08	2008-09	2009-10
Ensino Superior Público	24 658	38 617	62 063	64 469	57 428	58 091
Universitário	15 869	19 466	34 497	37 366	37 391	38 323
Politécnico	8 789	19 151	27 566	27 103	20 037	19 798
Ensino Superior Privado	14 558	22 523	21 213	19 540	19 139	20 518
Universitário	9 588	12 229	11 640	10 340	11 457	12 333
Politécnico	4 970	10 294	9 573	9 200	7 682	8 185
<b>subtotal (Ensino Superior)</b>	<b>39 216</b>	<b>61 140</b>	<b>83 276</b>	<b>84 009</b>	<b>76 567</b>	<b>78 609</b>

(Fonte: GPEARl-MCTES - 2012)

I.2.5. Cursos de Especialização Tecnológica ministrados em estabelecimentos de ensino superior

Em 2010-2011 encontravam-se inscritos 7 177 alunos em cursos de especialização tecnológica em estabelecimentos de ensino superior, o que representa um crescimento de mais de 80% em 5 anos. Desses estudantes - 84% estão inscritos em instituições de ensino superior públicas e 80% estão inscritos em instituições de ensino superior politécnico, públicas e privadas.

Tabela n.º 6 - Inscritos em Cursos de Especialização Tecnológica em estabelecimentos de Ensino Superior: Instituições de Ensino Universitário e de Ensino Politécnico

Subsistema de ensino	2005-06	2006-07	2007-08	2008-09	2009-10	2010-11
Ensino Superior Público	1 017	1 913	4 359	5 149	5 244	6 054
Universitário	546	118	59	223	438	527
Politécnico	471	1 795	4 300	4 926	4 806	5 527
Ensino Superior Privado	242	340	452	683	970	1 123
Universitário	211	326	430	590	773	884
Politécnico	31	14	22	93	197	239
<b>TOTAL</b>	<b>1 259</b>	<b>2 253</b>	<b>4 811</b>	<b>5 832</b>	<b>6 214</b>	<b>7 177</b>

(Fonte: GPEARl-MCTES - 2012)

Em 2009-2010 ocorreu um ligeiro aumento do número de estudantes que obtiveram um diploma de especialização tecnológica, nomeadamente 2 648 estudantes, quando no ano anterior tinham sido 2 022.

## I.2.6. Posicionamento do IPVC no sistema de Ensino Superior Português

Apresenta-se na tabela n.º 7, a estrutura referente à realidade do Ensino Superior Politécnico, particularmente referente ao número e tipo de formações oferecidas (segundo dados estatísticos fornecidos pelo Conselho Coordenador do ISP-Janeiro de 2010).

Tabela n.º 7 – Ensino Superior Politécnico – oferta formativa

Ensino Politécnico	Licenciaturas	Mestrados	CET
Beja	18	5	9
Bragança	42	32	19
Castelo Branco	30	22	6
Cávado e Ave	21	6	8
Coimbra	47	22	6
Guarda	24	5	11
Leiria	68	15	23
Lisboa	53	22	0
Portalegre	23	4	2
Porto	82	44	4
Santarém	31	15	10
Setúbal	36	16	7
Tomar	28	10	17
Viana do Castelo	32	12	10
Viseu	36	9	3
Esc. Sup. de Enfermagem de Coimbra	1	9	0
Esc. Sup. de Enfermagem de Lisboa	1	0	0
Esc. Sup. de Enfermagem do Porto	1	0	0
Esc. Sup. Hotelaria e Turismo do Estoril	10	2	5
Escola Náutica Infante D. Henrique	7	4	2
<b>Total</b>	<b>591</b>	<b>254</b>	<b>142</b>

(Fonte: CCISP Janeiro 2010)

Relativamente à tabela n.º 8, apresenta-se a evolução do número de estudantes de graduação, nos Institutos Politécnicos desde 2006 a 2010 (segundo dados estatísticos fornecidos pelo Conselho Coordenador do ISP-Janeiro de 2010).

Tabela n.º 8 – N.º de estudantes de graduação dos IP

INSTITUTOS POLITÉCNICOS	2006	2008	2010	Peso por insti- tuição	Varição
				2008	2006/2010
BEJA	3.097	2.752	4.664	4,61%	50,00%
BRAGANÇA	5.939	5.760	7.111	7,03%	19,00%
CASTELO BRANCO	4.509	4.403	4.417	4,37%	-3,00%
CÁVADO E AVE	1.540	2.194	2.962	2,93%	92,00%
COIMBRA	9.115	9.749	10.057	9,94%	10,00%
GUARDA	3.382	3.052	3.140	3,10%	-8,00%
LEIRIA	9.051	8.783	11.342	11,21%	25,00%
LISBOA	12.902	11.052	13.639	13,48%	5,00%
PORTALEGRE	2.551	2.593	2.790	2,76%	9,00%
PORTO	15.128	13.477	16.000	15,82%	5,00%
SANTARÉM	3.753	4.084	4.613	4,56%	22,00%
SETÚBAL	5.986	5.732	6.597	6,52%	10,00%
TOMAR	3.085	3.046	3.661	3,62%	18,00%
VIANA DO CASTELO	2.937	2.997	3.903	3,86%	32,00%
VISEU	5.842	5.964	6.255	6,18%	7,00%
<b>TOTAL</b>	<b>88.817</b>	<b>85.638</b>	<b>101.151</b>	<b>100,00%</b>	<b>13,00%</b>

(Fonte: CCISP Janeiro 2010)

Constata-se um aumento do número de estudantes de 13% entre 2006 e 2010, facto que se deve essencialmente ao aumento do número de formações de segundo ciclo, de cursos de especialização tecnológica e de licenciaturas em regime pós-laboral. Este aumento na oferta formativa veio mitigar o impacto causado pela redução do número de anos para a obtenção do diploma do primeiro ciclo.

Cerca de 50 % dos estudantes estão concentrados em quatro Institutos Politécnicos: Lisboa, Porto, Coimbra e Leiria;

Os 5 Politécnicos com maior aumento de estudantes de graduação entre 2006 e 2010 foram: Cávado e Ave (92 %), Beja (50%), Viana do Castelo (32%), Leiria (25%) e Santarém (22%).

Os 5 Politécnicos com menor crescimento ou redução de estudantes de graduação entre 2005 e 2008 foram: Guarda (-8%), Castelo Branco (-3%), Lisboa (5%), Porto (5%), e Viseu (7,0%).

### I.2.7. Enquadramento do IPVC na Região

A oferta formativa ao nível do ensino superior no Alto Minho é da responsabilidade de 3 Instituições, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), a Universidade Fernando Pessoa (Pólo de Ponte de Lima) e a Escola Superior *Gallaecia* (instituição de ensino superior privada).

De todas estas instituições, o IPVC possui o maior número de alunos, representando cerca de 90% do total da oferta formativa do Ensino Superior no Distrito. A entidade que apresenta maior oferta formativa imediatamente após o IPVC, é a Escola Superior *Gallaecia*, com 7,8% no total desta oferta. A Universidade Fernando Pessoa – Pólo de Ponte de Lima - apresenta um peso pouco significativo (2,2%) no contexto do Ensino Superior desta região.

Tal como previsto no Plano de Atividades para 2011, o IPVC é, no contexto atual, a Instituição de Ensino Superior do Distrito com maiores perspetivas de desenvolvimento, dado o aumento da sua oferta formativa, especialmente de CET e 2º ciclo, tendendo as restantes Instituições a estabilizar ou mesmo diminuir a sua influência na Região.

A sua localização, dispersa por diferentes áreas geográficas, e a multiplicidade de áreas científicas muito tem contribuído para o desenvolvimento económico, cultural e social da região e do país. O IPVC relaciona-se de forma estreita com diferentes entidades, instituições e empresas, integrando e servindo a região nos mais diversos setores, privilegiando inovação e criatividade.

Estas parcerias, muitas vezes convertidas em protocolos de cooperação/colaboração com instituições de ensino, de investigação, centros tecnológicos, câmaras municipais, entre outras, permitem, ainda, um estreito relacionamento com docentes, investigadores e alunos, constituindo ainda fator integrador destes no mercado de trabalho.

Na área do Ensino Superior, o IPVC continua a assumir a Vice-Presidência do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, a Presidência da Associação dos Institutos Superiores Politécnicos da Região Norte (APNOR) e da Associação dos Institutos Superiores Politécnicos Portugueses (ADISPOR).

Igualmente no seu estreito relacionamento com a região, o IPVC integra o Conselho Geral da ADRIL (Associação Desenvolvimento Rural do Vale do Lima), preside à Assembleia Geral da ADRIMINHO (Associação Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho) e é Vice-Presidente da AREA ALTOMINHO (Agência Regional de Energia e Ambiente).

Na sua área de I&D+i, o IPVC participa na IN.CUBO, Incubadora de Iniciativas Empresariais Inovadoras, ocupando, ainda, funções de direção na Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica do Minho (ACIBTM).

### I.3. CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO

#### I.3.1. Apresentação

*“ O Instituto Politécnico de Viana do Castelo, adiante designado por Instituto ou IPVC, é uma instituição de ensino superior de direito público, ao serviço da sociedade, uma comunidade de estudantes e profissionais qualificados e participativos, que tem como missão o desenvolvimento harmonioso da pessoa humana, a criação e a gestão do conhecimento e da cultura, da investigação, da ciência, da tecnologia e da arte.”*  
(art. 1.º dos Estatutos do IPVC)

*“O IPVC é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.”*  
(art. 3.º dos Estatutos do IPVC)

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo é uma instituição de Ensino Superior Público, criado pelo Decreto-Lei nº 303/80, de 16 de Agosto. É uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, administrativa, financeira e patrimonial. Os seus estatutos foram homologados pelo Despacho Normativo nº 7/2009, de 26 de Janeiro, publicado na II Série do D.R. de 06-02-2009.

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo é uma instituição de ensino superior, ao serviço da sociedade, uma comunidade de estudantes e profissionais qualificados e participativos, que tem como missão o desenvolvimento harmonioso da pessoa humana, a criação e a gestão do conhecimento e da cultura, da investigação, da ciência, da tecnologia e da arte. Dispõe de uma estrutura organizativa integrada por escolas unidas numa mesma missão, cuja dispersão geográfica facilita o compromisso com o desenvolvimento sustentável da região e cuja dimensão permite a proximidade de professores e estudantes numa relação estimulante à formação pessoal e profissional.

O IPVC pretende formar cidadãos livres, criativos, críticos e solidários, com elevados níveis de competência, motivados e preparados para construir a sua realização pessoal e profissional de modo ético e empreendedor. Valoriza a atividade do seu pessoal docente, investigador e não docente, estimula a formação intelectual e profissional dos seus estudantes e diplomados bem como a sua mobilidade, tanto a nível nacional como internacional, designadamente no espaço europeu de ensino superior e na comunidade de países de língua portuguesa.

Pretende, ainda, ser uma instituição reconhecida como parceiro fundamental para os agentes sociais, económicos e culturais, participando, designadamente, em atividades de investigação e desenvolvimento, difusão e transferência do conhecimento e cultura, assim como de valorização económica do conhecimento científico.

São atribuições do IPVC:

- a) A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós -secundários, de cursos de formação pós - graduada e outros, nos termos da lei;
- b) A criação do ambiente educativo e de desenvolvimento humano adequado à sua missão;
- c) A realização da investigação e o apoio e participação em instituições científicas;
- d) A transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico;
- e) A realização de ações de formação profissional e de atualização de conhecimentos;
- f) A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento da região e do país, numa perspetiva de valorização recíproca;
- g) A cooperação e o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras;
- h) A contribuição, no seu âmbito de atividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, em especial com os países de língua portuguesa e os países europeus;
- i) A produção e difusão do conhecimento e da cultura;
- j) Apoiar o associativismo estudantil, proporcionar condições de estudo adequadas aos trabalhadores estudantes e estabelecer um quadro de ligação aos seus antigos alunos

O IPVC apresenta, a nível interno, um conjunto de regulamentos que orientam a multiplicidade de Escolas, Unidades Funcionais e Órgãos de Gestão que o constituem.

### I.3.2. Estrutura Organizacional

Tendo em vista a concretização da sua missão bem como a especificidade do contexto social, económico e cultural em que se insere, o IPVC organiza-se internamente em unidades de ensino e investigação, também designadas por escolas; unidades de investigação; unidades funcionais de suporte à sua atividade; unidades de investigação comuns a outras instituições de ensino superior universitário ou politécnico e ou de investigação e outras unidades, da natureza das anteriores ou diferentes, que venham a ser criadas para a prossecução dos objetivos do Instituto.

Constitui um todo-único organizado, vertical e horizontalmente, em áreas de ensino/aprendizagem, científicas, de investigação e prestação de serviços e dispõe ainda de serviços para o apoio técnico e administrativo necessário ao bom funcionamento do Instituto e de toda a sua estrutura organizativa.

O IPVC tem uma estrutura dirigida para a flexibilidade e otimização dos recursos como forma de aumentar a eficiência e racionalidade dos serviços. Implementou um Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade, segundo a norma ISO 9001:2008, processo este que tem como objetivo definir e normalizar todo o procedimento de gestão da instituição.

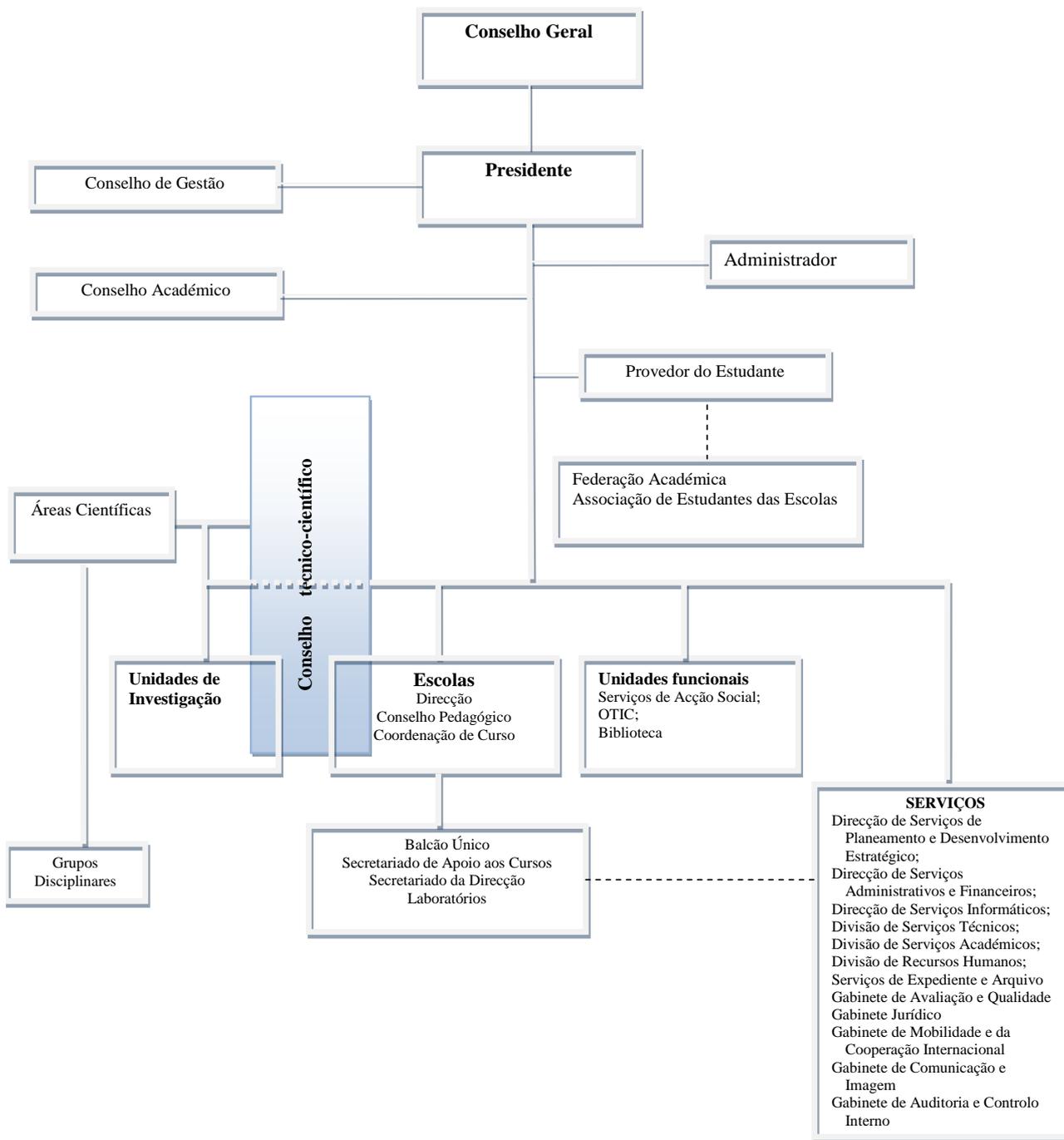


Figura 1 – Organograma do IPVC

O IPVC integra seis Unidades Orgânicas orientadas para projetos de ensino – as Escolas Superiores – e três Unidades Funcionais – Serviços de Ação Social (SAS); Biblioteca; Oficina de Transferência de Tecnologia, Inovação e Conhecimento (OTIC).

Cabe aos Serviços Centrais e à Presidência do Instituto assegurar a coordenação institucional das atividades de gestão de pessoal, patrimonial, administrativa, financeira, planeamento global e apoio técnico.

Unidades de Ensino e Investigação, designadas por Escolas:

• **Escola Superior de Educação (ESE).**

Estatutos homologados pelo Despacho n.º 4339/2011, publicado na 2ª série do DR, n.º 48, de 09.03.2011



• **Escola Superior Agrária (ESA)**

Estatutos homologados pelo Despacho n.º 4340/2011, publicado na 2ª série do DR, n.º 48, de 09.03.2011



• **Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG)**

Estatutos homologados pelo Despacho n.º 4341/2011, publicado na 2ª série do DR, n.º 48, de 09.03.2011



• **Escola Superior de Ciências Empresárias (ESCE)**

Estatutos homologados pelo Despacho n.º 4342/2011, publicado na 2ª série do DR, n.º 48, de 09.03.2011



• **Escola Superior de Saúde (ESS)**

Estatutos homologados pelo Despacho n.º 4323/2011, publicado na 2ª série do DR, n.º 47, de 08.03.2011



• **Escola Superior de Desporto e Lazer (ESDL)**

Estatutos homologados pelo Despacho n.º 1850/2012, publicado na 2ª série do DR, n.º 28, de 08.02.2012



O IPVC está dotado de **Serviços de Ação Social** que é uma unidade funcional dotada de autonomia administrativa e financeira, tendo iniciado a sua atividade em Abril de 1994, embora desde 1987 que os alunos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo têm usufruído de bolsas de estudo e apoio social.



Como unidade funcional, o IPVC tem, ainda, uma Oficina de Transferência de Tecnologia e do Conhecimento do Instituto Politécnico de Viana do Castelo [OTIC-IPVC],

estrutura que tem como missão apoiar a proteção do conhecimento desenvolvido nas suas escolas superiores e estruturas de investigação e colaborar na sua transferência para a sociedade, estimulando desta forma a inovação e a competitividade do tecido económico e empresarial, bem como a criação de empresas de base tecnológica.

A descrição das funções dos Órgãos, Gabinetes e Serviços constantes deste Organograma, encontra-se nos Estatutos do IPVC e respetivas Unidades Orgânicas, Unidades Funcionais e Unidades de Investigação.

São serviços integrados na nova organização do IPVC, a direção de serviços de planeamento e desenvolvimento estratégico, direção de serviços administrativos e financeiros, direção de serviços informáticos, divisão de serviços técnicos, divisão de serviços académicos, divisão de recursos humanos, serviço de expediente e arquivo, gabinete jurídico, gabinete de comunicação e imagem, gabinete de mobilidade e cooperação internacional, gabinete de avaliação e qualidade, gabinete de auditoria e controlo interno e o secretariado da presidência.

As escolas do IPVC dispõem de um órgão uninominal de natureza executiva, o diretor, um órgão de natureza pedagógica, o conselho pedagógico e órgãos de coordenação dos ciclos de estudos.

### I.3.3. Órgãos

Como órgãos do IPVC, destacam-se os de **governo**:

- Conselho Geral;
- Presidente;
- Conselho de Gestão.

De **gestão científica**:

- Conselho Técnico-Científico,
- apresentando Comissões Técnico-Científicas em cada Escola Superior.

### **Consultivos**

- Conselho Académico;

- Provedor do Estudante.

#### I.3.4. Associações

O IPVC criou a Fundação Fernão de Magalhães, uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que se rege por estatutos próprios e pela lei. Sedeada em Viana do Castelo, tem por objeto a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e económico da região e do país, através de ações que envolvam o IPVC e as suas Escolas.

O IPVC é ainda associado fundador da Incubadora INCUBO cuja missão consiste em contribuir para a dinamização da economia do Minho-Lima através da difusão do espírito empreendedor, da disponibilização de um ambiente propício à geração de nova capacidade empresarial, da atração de investimentos orientados para as tecnologias, e da criação e exploração de interfaces de cooperação e de inovação.

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo é também parceiro de múltiplas associações de diversa índole. Pelo seu significado na estrutura e organização do ensino superior e pela sua importância no desenvolvimento regional, evidenciamos as seguintes:

CCISP - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos;  
ADISPOR - Associação de Institutos Superiores Politécnicos Portugueses;  
APNOR - Associação de Politécnicos do Norte;  
ADRIL - Associação Desenvolvimento Rural do Vale do Lima;  
ADRIMINHO - Associação Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho;  
AREA ALTOMINHO - Agência Regional de Energia e Ambiente.

#### I.3.5. Legislação e Regulamentação Interna

Como reguladores do funcionamento geral e interno, e sendo os seus Estatutos a base, será de considerar a legislação e regulamentação em vigor à data de 31 de Dezembro de 2011, e cuja listagem consta dos anexos a este relatório aplicável a todas as unidades do IPVC.

#### I.4. ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

Durante o ano de 2011, o IPVC aprovou o seu Plano Estratégico para o período 2011/2014. Desse trabalho resultou a definição de um conjunto de objetivos que, enquadrados em respetivos eixos, definem a estratégia da Instituição para o quadriénio referido.

Apresenta uma **Missão**

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo [IPVC] é uma instituição pública de ensino superior que produz, difunde e transfere conhecimento e cultura, promove a formação integral dos cidadãos e a aprendizagem ao longo da vida, numa atitude de permanente inovação, qualidade e espírito empreendedor, centrado no desenvolvimento regional, do país e na internacionalização, em convergência com o espaço europeu do ensino superior.

Valoriza e promove a liberdade, a responsabilidade e a cidadania, o espírito crítico e de pertença, a solidariedade, a inclusão, a cooperação e a multiculturalidade.

Com **valores**

**Liberdade**

**Responsabilidade**

**Cidadania**

**Espírito de pertença**

**Sentido crítico**

**Solidariedade**

**Inclusão**

**Cooperação**

**Multiculturalidade**

**E uma Visão**

O IPVC é uma instituição de ensino superior de referência, aberta, plural, favorecedora de oportunidades para todos e conhecida pela relevância e qualidade da sua ação enquanto entidade produtora e difusora de conhecimento e cultura e pelo seu compromisso e pró-atividade com o desenvolvimento da sua região e do país, no contexto do espaço europeu de ensino superior.

Identifica, em cada momento, as partes interessadas – agentes científicos, culturais, sociais e económicos, da região, do país ou estrangeiros – e com elas promove as parcerias necessárias para uma ação eficaz ou de sucesso.

Dispõe de um modelo organizacional convergente para um projeto único e plural, servido por um sistema de direção estratégica ágil, a todos os níveis, capaz de distribuir eficientemente os recursos e orientado para os seus objetivos estratégicos. Dispõe, ainda, de serviços organizados de modo vertical, os quais servem, transversalmente, toda a instituição. Toda a sua ação está centrada no desenvolvimento humano das suas pessoas e das suas competências.

Dispõe de uma oferta formativa diversificada e inovadora em áreas e níveis, transversal às suas Escolas e que assegura a formação integral das pessoas, fomentadora do sucesso, da autoaprendizagem e da capacidade de empreender. Usa métodos e processos de ensino/aprendizagem inovadores, atrativos, suportados em novas tecnologias, e um ambiente académico estimulante. Desenvolve os seus processos formativos com grande proximidade ao tecido social e económico visando a aproximação dos estudantes ao seu papel social futuro e à realidade do mundo empresarial e do trabalho.

Pela excelência do seu ensino e investigação, pelas suas competências científicas e técnicas, pela qualidade da sua intervenção social e cultural, atrai estudantes de elevado potencial e seriamente empenhados no seu próprio processo de desenvolvimento social, pessoal, científico e técnico.

Empenhado na internacionalização particularmente dirigida ao espaço europeu, faz da cooperação, em especial com os países lusófonos e da mobilidade, marcas distintivas da sua cultura institucional.

Os eixos e objetivos estratégicos definidos em 2011, de acordo com a política do Ensino Superior e as Opções do Plano foram:

#### 1.4.1 Eixos Estratégicos

### Eixo 1: Formação

#### Visão

O IPVC dispõe de uma oferta formativa diversificada e inovadora em áreas e níveis, transversal às suas Escolas Superiores, de qualidade reconhecida, integrada no Espaço Europeu de Ensino Superior e que, de forma pró-ativa, responde aos desafios colocados pelo mercado de trabalho e pelos vários públicos. Promove uma formação integral dos estudantes, em conhecimentos e valores, fomentadora da autoaprendizagem e da flexibilidade, e incentiva ao empreendedorismo e à mobilidade.

#### OBJETIVO ESTRATÉGICO

Organizar, de forma integrada, a oferta formativa em função do Espaço Europeu de Educação Superior e das necessidades da sociedade. Desenvolver e aplicar o espírito de Bolonha.

#### OBJETIVO OPERACIONAL

- Acompanhar proativamente as necessidades de novas formações e de reestruturação das existentes.

#### Políticas

- Criar uma base de dados que inclua a oferta formativa e os recursos (humanos e físicos) existentes;
- Identificar as necessidades formativas das empresas/entidades, particularmente da região;
- Analisar as tendências dos potenciais candidatos ao ensino superior;
- Analisar a eficiência da formação existente, avaliando e acreditando toda a oferta formativa do IPVC.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Dinamizar as novas ofertas formativas identificadas como necessárias, permitindo um crescimento do número de estudantes, fundamental por razões de massa crítica, escala e custos de exploração.

Políticas

- Criar uma bolsa de oferta formativa, incluindo ou fomentando a criação de cursos de especialização tecnológica e formações pós-laborais;
- Construir planos de estudo flexíveis com forte ligação à realidade profissional que, para além das competências técnico-científicas, promovam a mobilidade e a cidadania, considerando a transversalidade das áreas de saber.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Investir na oferta formativa ao nível do 2º ciclo e da formação ao longo da vida.

Políticas

- Criar Mestrados, particularmente em parceria com outras Instituições de Ensino nacionais e internacionais, definindo como parceiros prioritários os membros da Associação de Politécnicos do Norte (APNOR) – IPCA; IPP e IPB – com especial relacionamento com a Galiza;
- Organizar oferta formativa de 2º ciclo de forma a disponibilizar ações de curta duração, compostos por pequenos módulos de formação específica;
- Criar cursos/ações de formação de acordo com as necessidades identificadas junto das empresas/entidades, promovendo a aprendizagem ao longo da vida.

## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Desenvolver a formação integral da Academia IPVC, dotando-a de competências académicas, científicas, cívicas, pessoais e organizacionais num quadro de responsabilidade social, imperativo no ensino superior contemporâneo e inovador.

### OBJETIVO OPERACIONAL

- Investir em estratégias que promovam o *aprender a aprender* ao longo da vida.

#### Políticas

- Incentivar o uso de ferramentas de *e-learning*, integrando ativamente o *e-Politécnico*;
- Realizar colóquios, seminários, congressos, conferências e outros eventos que fortaleçam, nos seus diferentes âmbitos, o IPVC.

### OBJETIVO OPERACIONAL

- Dotar os estudantes de competências ao nível da cidadania e da auto-aprendizagem e inculcar-lhes espírito empreendedor e de flexibilidade.

#### Políticas

- Promover atividades extracurriculares ao nível do empreendedorismo;
- Desenvolver, em parceria com outras entidades, o *Cluster* de Educação para o Empreendedorismo no Alto Minho;
- Incrementar os projetos de mobilidade e conhecimento do mundo, ligados à integração profissional e à prática de cidadania.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Enriquecer a formação integral dos docentes.

Políticas

- Criar um núcleo coordenador da formação pedagógica do IPVC;
- Formar os docentes em metodologias inovadoras: participativas, de projeto e resolução de problemas, *e-learning* e tutorias;
- Apoiar a formação avançada dos docentes;
- Promover o contacto dos docentes com o ambiente envolvente externo, em articulação próxima com a Coordenação do Curso.

**Eixo 2: Investigação & Desenvolvimento + inovação [I&D+i]****Visão**

As diversas áreas científicas que integram os professores e investigadores do IPVC e que organizam e potenciam o seu conhecimento e competências interagem e partilham centros de investigação aplicada em consórcio com outras entidades congéneres, ou centros e unidades de investigação e tecnologia próprios. Esta atividade científica é o motor dos processos formativos, da valorização económica do conhecimento e o principal suporte do desenvolvimento cultural, social e económico da comunidade.

A pró-atividade das áreas científicas e a dinamização e coordenação de estruturas existentes, como a Oficina de Transferência de Tecnologia e do Conhecimento [OTIC], permitem constituir as parcerias adequadas a uma eficiente atividade científica e o acesso, execução e financiamento de projetos, na sua promoção e divulgação, no empreendedorismo e dinamização de "spin-offs", na inovação do conhecimento, propriedade intelectual, patentes e prestação de serviços.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO**

Definir principais linhas de investigação da Instituição.

**OBJETIVO OPERACIONAL**

- Analisar o potencial humano da Instituição, em termos de investigação.

**Políticas**

- Identificar o potencial humano que permita estruturar as competências científicas por grandes áreas;
- Desenvolver e implementar uma base de dados incorporando o conhecimento académico e científico dos docentes da Instituição.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Identificar áreas de investigação e prestação de serviços à comunidade relacionadas com os cursos ministrados.

Políticas

- Definir as linhas de investigação prioritárias transversais à formação, à intervenção na comunidade e à formação avançada, bem como encontrar recursos para essas linhas.
- Enquadrar e apoiar iniciativas de investigação, desenvolvimento e prestação de serviços.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Identificar necessidades e oportunidades de investigação e desenvolvimento a nível regional, nacional e internacional.

Políticas

- Inventariar e difundir as competências instaladas na I&D+i do IPVC, tendo em vista a valorização do conhecimento;
- Identificar empresas/instituições com capacidade/apetência para desenvolver projetos e/ou prestações de serviços com o IPVC;
- Implementar concurso de ideias inovadoras com prémios facultados pelas empresas.

## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Reorganizar as estruturas existentes.

### OBJETIVO OPERACIONAL

- Alargar o âmbito da OTIC.

#### Políticas

- Envolver as diferentes áreas científicas existentes no IPVC, na OTIC;
- Apoiar e facilitar a apresentação de candidaturas a projetos, patentes e prestação de serviços.

### OBJETIVO OPERACIONAL

- Criar e partilhar centros de investigação e tecnologia aplicada, próprios caso se justifique e existam condições, ou em consórcio com outras instituições congéneres.

#### Políticas

- Inventariar centros de investigação aplicada existentes e criar condições de adesão aos investigadores e docentes do IPVC;
- Criar as parcerias necessárias à criação de novos centros de investigação aplicada, em áreas científicas relevantes ou de reconhecida necessidade;
- Elaborar regulamentos que enquadrem os centros de investigação e a sua relação com as instituições, os investigadores e os docentes.

## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Produzir, aplicar e divulgar conhecimentos e tecnologia, como dimensão fundamental de todo o processo formativo.

### OBJETIVO OPERACIONAL

- Produzir conhecimento.

#### Políticas

- Realizar investigação e/ou experimentação em parcerias com outras empresas e instituições;
- Envolver os estudantes nos projetos de desenvolvimento, investigação e inovação.

### OBJETIVO OPERACIONAL

- Aplicar/transferir conhecimento potenciando o I&D+i criado no IPVC, disponibilizando-o, através da OTIC, e valorizando-o economicamente.

#### Políticas

- Criar "spin-offs" com eventual parceria com empresas de capital de risco;
- Integrar parques tecnológicos ou incubadoras de empresas, baseado numa forte cultura de empreendedorismo;
- Favorecer o registo de patentes e marcas.

### OBJETIVO OPERACIONAL

- Divulgar a produção científica.

#### Políticas

- Realizar sessões de divulgação do trabalho científico desenvolvido pelos diplomados, mestres e doutores à comunidade académica e/ou público em geral;
- Criar meios adequados à divulgação e um repositório da produção científica da comunidade académica do IPVC;
- Promover eventos sociais e científicos ao redor das grandes questões do desenvolvimento regional.

### Eixo 3: Desenvolvimento Humano

#### Visão

O IPVC dispõe de um Sistema de Gestão de Desenvolvimento Humano centrado nas pessoas, que promove a formação permanente dos seus membros e se orienta para o cumprimento da sua missão.

Está criado um clima e uma cultura organizacionais que favorecem o processo de integração e potenciam o desempenho competente, o espírito empreendedor e a gestão do conhecimento.

Implementou-se um sistema de avaliação que valoriza a dedicação, a competência e o mérito, com reflexos no reconhecimento e na satisfação profissional dos colaboradores. A formação cívica e cultural dos estudantes, para além das competências académicas e científicas, caracterizam-se e distinguem-se pela sua qualidade.

#### OBJETIVO ESTRATÉGICO

Implementar um sistema de gestão do desenvolvimento humano.

#### OBJETIVO OPERACIONAL

- Garantir um sistema de organização do trabalho que, suportado nas competências e empenho dos colaboradores, desenvolva metodologias e circuitos eficientes.

#### Políticas

- Estudar e realizar a necessária adequação de competências para bom desenvolvimento de funções em cada posto de trabalho;

- Recrutar com base numa análise criteriosa das necessidades da organização.

- Elaborar e implementar um Manual de Acolhimento para colaboradores;

- Criar/desenvolver um sistema de avaliação de desempenho assente no trabalho por objetivos e que inclua um sistema de recompensas que premeie o mérito;

- Pugnar pelo desenvolvimento de carreiras profissionais consolidadas, progressivas e de mérito.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Desenvolver um sistema de gestão do conhecimento que integre e valorize as pessoas e suas competências e as transforme no ativo mais valioso da Instituição.

Políticas

- Promover e organizar a formação contínua dos colaboradores;
- Continuar o apoio à qualificação dos docentes e funcionários não docentes, em especial daqueles que precisam de concluir as suas formações para poderem consolidar a sua carreira profissional;
- Organizar, de modo integrado, as pessoas e as suas competências no cumprimento da missão da instituição.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO**

Promover um clima organizacional que contribua para o bem-estar e a realização profissional das pessoas.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Desenvolver instrumentos que permitam uma comunicação eficaz, uma participação ativa e promovam o bem-estar das pessoas.

Políticas

- Promover ações culturais e lúdicas que desenvolvam o espírito de comunidade e de pertença;
- Implementar reuniões sistemáticas organizadas por áreas e serviços;
- Dinamizar o Gabinete de Saúde para a comunidade escolar, em particular nas áreas de Higiene, de Saúde e de Segurança no Trabalho.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Desenvolver processos de análise sistemática dos indicadores do grau de satisfação.

Políticas

- Monitorizar os indicadores integrados no Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade;
- Implementar medidas de melhoria.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO**

Promover um clima organizacional que contribua para o bem-estar, a realização pessoal e cívica dos estudantes.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Apoiar os estudantes na sua formação cívica e cultural.

Políticas

- Estabelecer medidas que facilitem e estimulem a participação dos estudantes nas políticas da Instituição;
- Elaborar um código de boas práticas e conduta dos estudantes;
- Realizar um estudo que identifique fatores de motivação dos estudantes para a participação nas diversas atividades da vida do Instituto;
- Apoiar a Federação Académica, as Associações de Estudantes e as Tunas, com vista ao desenvolvimento do espírito associativo e da construção de uma vida académica profícua;
- Reforçar os recursos já disponibilizados para o incremento de atividades culturais e desportivas;
- Assegurar a equidade no acesso e na frequência do ensino superior pela permanente atenção, presença e apoio junto dos estudantes mais carenciados;
- Implementar medidas de combate ao insucesso e abandono escolar.



OBJETIVO OPERACIONAL

- Alargar o âmbito dos serviços de suporte aos estudantes do IPVC.

Políticas

- Proceder ao levantamento das necessidades educativas especiais e definir um plano de intervenção;
- Reforçar o novo modelo de serviços de apoio ao aluno;
- Aumentar o número de bolsas de trabalho em *part-time*, permitindo aos estudantes bolseiros, em especial, aos mais carenciados, a realização de tarefas dentro ou fora do IPVC;
- Gerar sistemas de financiamento para os estudantes (bolsas, empréstimos, ajudas de emergência);
- Avaliar, de forma continuada, a satisfação dos serviços prestados aos estudantes e colaboradores.

## Eixo 4: Direção Estratégica

### Visão

Está implementado um novo modelo organizacional que transformou a estrutura do IPVC num todo-único e coeso, constituído pelas suas unidades de suporte, de ensino e de investigação, e pelas suas pessoas, as quais, habitando os diferentes espaços, partilham os mesmos órgãos de gestão.

O novo modelo, suportado em fiáveis e adequados sistemas de informação e de gestão da qualidade, permitiu implementar uma gestão estratégica a todos os níveis, ágil, eficiente na distribuição de recursos e orientada para os objetivos estratégicos e para a satisfação das suas comunidades interna e externa.

### OBJETIVO ESTRATÉGICO

Implementar um sistema de direção estratégica que optimize e mobilize, a todos os níveis, a instituição e a comunidade.

#### OBJETIVO OPERACIONAL

- Desenvolver competências de gestão em todos os responsáveis da instituição que suportem o sistema de direção estratégica.

#### Políticas

- Formar os órgãos de direção e de gestão em planificação estratégica;
- Implementar métodos de gestão por objetivos a todos os níveis da gestão;
- Elaborar planos estratégicos específicos nas diferentes escolas e unidades funcionais;
- Avaliar periodicamente a taxa de execução dos objetivos de cada eixo e, como consequência da avaliação, ir adaptando, adequadamente, o Plano Estratégico;
- Adequar o normativo interno para ajudar a execução dos objetivos estratégicos;
- Apoiar e desenvolver o Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade (SGGQ), dotando-o da estrutura e dos meios necessários a uma ação eficaz, reconhecendo nele um elemento essencial ao sucesso da instituição.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Promover um sistema de divulgação do plano estratégico dentro e fora da instituição.

Políticas

- Constituir uma comissão de coordenação e acompanhamento do plano estratégico;
- Organizar fóruns de discussão do plano estratégico a nível interno e externo;
- Publicar e enviar o plano estratégico a empresas/instituições;
- Manter o portal do IPVC atualizado e aberto ao público com perguntas/ respostas/sugestões.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Envolver as comunidades interna e externa nos processos de implementação da direção estratégica.

Políticas

- Apoiar a criação de uma associação, exterior ao IPVC, que reúna entidades, pessoas, empresas, estudantes e antigos estudantes, professores e antigos professores, trabalhadores não docentes e antigos trabalhadores não docentes, com o objetivo de organizar e potenciar os interesses da comunidade face à instituição e vice-versa;
- Desenvolver a Fundação Fernão de Magalhães para o Desenvolvimento (FFMD), entidade fundacional criada pelo IPVC, dotando-a de utilidade estratégica para a prossecução dos objetivos da instituição;

**OBJETIVO ESTRATÉGICO**

Consolidar a estrutura organizacional numa eficiente integração e otimização de todos os seus recursos.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Otimizar recursos, diversificar fontes e promover um sistema de distribuição interna mais eficiente.

Políticas

- Prosseguir o esforço de obtenção de fontes de financiamento próprias;
- Estabelecer um quadro de indicadores que permita a distribuição/alocação justa e adequada de recursos;
- Rever e ampliar a distribuição/alocação interna de recursos entre as distintas unidades de ensino e investigação e funcionais, em função do cumprimento de objetivos;
- Elaborar um plano de *marketing* institucional que potencie a captação de recursos financeiros externos.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Desenvolver um sistema de informação integral como suporte à tomada de decisões.

Políticas

- Usar a análise económica e a contabilidade analítica em todos os processos de tomada de decisão;
- Implementar um sistema de auditoria periódica da informação produzida e usada;

OBJETIVO OPERACIONAL

- Adequar as infraestruturas às necessidades da organização institucional.

Políticas

- Prosseguir a construção do novo Pavilhão Pedagógico da Escola Superior de Saúde;
- Promover a construção do novo edifício da Escola Superior de Ciências Empresariais;
- Colaborar e apoiar a construção da Escola Superior de Desporto e Lazer (Melgaço).

## Eixo 5: Marketing e Comunicação

### Visão

O IPVC é uma instituição que, no desenvolvimento da sua ação e pela participação das suas comunidades interna e externa, criou uma imagem de valor e uma marca reconhecida no contexto regional, nacional e junto dos seus parceiros internacionais.

Para manter e divulgar esta imagem, investiga e interage, de forma sistemática com o mercado, através, entre outros:

- Da grande proximidade aos seus antigos estudantes, seguindo os seus percursos profissionais e auscultando as suas necessidades e anseios, facultando a sua formação ao longo da vida, transformando o IPVC no parceiro privilegiado do seu percurso pessoal e profissional e na resolução dos seus problemas.
- Na busca e relacionamento com potenciais estudantes, através do desenvolvimento de programas específicos, para fomentar o gosto pelas profissões, pelo estudo e pela ciência, numa perspetiva de aproximação destes estudantes ao IPVC.

Utiliza, de forma inovadora, as novas tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente as redes sociais e os meios de comunicação social.

### OBJETIVO ESTRATÉGICO

Desenvolver e consolidar a marca "IPVC" como uma instituição de referência no ensino superior pela sua qualidade global e pelas suas áreas de excelência, moderna, aberta e plural, que serve a sua comunidade e o país e que atraí estudantes de mérito para as suas formações.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Conseguir uma boa imagem do IPVC nas comunidades interna e externa.

Políticas

- Elaborar um Plano de *Marketing* e de Promoção Institucional;
- Avaliar a imagem que a sociedade em geral tem do IPVC e o seu grau de notoriedade;
- Divulgar os trabalhos realizados por estudantes e docentes, no âmbito pedagógico, de investigação, transferência e inovação, através de todo o tipo de iniciativas e eventos que se tenham por adequados;
- Publicitar, de modo muito especial, as áreas de excelência.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Promover o IPVC, com profissionalismo, com vista a atrair potenciais estudantes.

Políticas

- Organizar um conjunto de atividades dirigidas aos estudantes do secundário, dos CET e ativos profissionais maiores de 23 anos, como visitas temáticas, atividades lúdico-pedagógicas, dias abertos, concursos, feiras e mostras de cursos, portal de acesso ao ensino superior, com vista a difundir a excelência da instituição;
- Organizar ações de formação/informação para psicólogos, professores, empresários, autarcas, jornalistas, etc.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Garantir boas relações com os parceiros sociais.

Políticas

- Elaborar e desenvolver um plano de relações institucionais (com empresas e outras instituições) que favoreça a criação de parcerias e projetos conjuntos.

## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aperfeiçoar o sistema de comunicação interna e externa.

### OBJETIVO OPERACIONAL

- Estabelecer modelos de comunicação que favoreçam a identidade, o espírito de partilha e o envolvimento das comunidades interna e externa.

#### Políticas

- Dinamizar o portal com informação atualizada, fiável e atrativa, bem como com a disponibilização de serviços (secretaria virtual, bolsa de emprego...);
- Potenciar a utilização e o recurso à plataforma digital, como por exemplo com a criação de um espaço informativo *on-line*;
- Desenvolver o canal interno de vídeo e *webTV*;
- Criar uma base de dados para registo e comunicação com antigos estudantes e proporcionar-lhes informação regular sobre a instituição e outras áreas de interesse à sua profissão.

### OBJETIVO OPERACIONAL

- Aumentar o nível de penetração da informação relativa ao IPVC nos órgãos de comunicação e nas redes sociais.

#### Políticas

- Assegurar uma presença constante nos meios de comunicação social, regionais e nacionais, tornando a atividade do IPVC numa permanente fonte de notícias;
- Efetuar a divulgação de resultados das diversas iniciativas e atividades desenvolvidas no Instituto.

## Eixo 6: Relações com a Sociedade/Internacionalização

### Visão

Neste âmbito, em 2014, o IPVC ocupa posição de relevo no panorama nacional. É um Instituto Politécnico [IP] policêntrico, aberto à comunidade envolvente, à região, ao país e ao mundo, nas vertentes cultural, social, científica e de negócio, contribuindo para a formação de cidadãos livres, criativos, solidários e empreendedores.

O IPVC tem organizado um sistema, integrador e inovador, de relações externas, que otimiza recursos e congrega saberes. É um IP mais forte, mais apto e mais capaz de construir respostas sociais, interagindo com a comunidade de forma consistente e regular.

Desenvolve parcerias internacionais, com pares, integrando redes de formação e de I&D de excelência que possibilitem a mobilidade das pessoas e a partilha de saberes. Em simultâneo, em sintonia com as orientações da cooperação internacional, com particular ênfase no espaço lusófono, o IPVC é parceiro atento e ativo em prol do desenvolvimento sustentável, da luta contra a pobreza, e da educação para o desenvolvimento.

### OBJETIVO ESTRATÉGICO

Potenciar as parcerias estratégicas com instituições pares e com o tecido social e empresarial da região e do país.

### OBJETIVO OPERACIONAL

- Desenhar e aplicar estratégias para melhorar e adequar a resposta às necessidades da comunidade envolvente.

### Políticas

- Contextualizar as "relações com a sociedade" e elaborar estudos para a identificação de competências e áreas de intervenção;
- Desenvolver um trabalho proactivo, em colaboração com as entidades setoriais, de identificação das necessidades e oportunidades de intervenção nas áreas que lhe são próprias e que se prendam, sobretudo, com os grandes projetos estruturantes do desenvolvimento da região, em diálogo permanente com os restantes parceiros e agentes regionais.
- Avaliar a implementação das estratégias.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Reforçar competências e capacidade de intervenção em projetos e programas de I&D e de prestação de serviços estruturantes do desenvolvimento regional e do país.

Políticas

- Desenvolver um sistema de indicadores e a avaliação permanente das políticas de desenvolvimento local e regional;
- Procurar estar presente na conceção e desenvolvimento de todos os projetos estruturantes do desenvolvimento local e regional;
- Identificar parceiros preferenciais ou partes interessadas em cada espaço de intervenção ou ação do IPVC, assumindo, como regra, a intervenção em parceria;
- Criar espaços para o conhecimento, o consenso e a inovação, que reúnam os diferentes agentes da região e do país no contexto da tripla hélice - investigação académica/empresas/governo.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO**

Promover a mobilidade internacional das pessoas e dos saberes

OBJETIVO OPERACIONAL

- Desenvolver parcerias internacionais com instituições pares e centros de I&D, facilitadoras da conceção e da implementação de projetos conjuntos de I&D e de transferência de tecnologia e conhecimento.

Políticas

- Criar redes de internacionalização transversal a todas as Unidades Orgânicas [ UO] do IPVC, em particular com a Euro-região, Galiza-Norte de Portugal e espaço lusófono (I&D, formação, produtos culturais);
- Garantir o cumprimento dos protocolos já assinados no âmbito da cooperação para o desenvolvimento;
- Implementar nos Centros de Recursos ESF - África uma dinâmica de *e-learning* em articulação com as diferentes UO.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Reforçar e institucionalizar programas de mobilidade internacional dos docentes e dos estudantes, no âmbito das diversas áreas formativas e da I&D, no espaço europeu e fora da Europa, em particular no mundo lusófono.

Políticas

- Incrementar as candidaturas aos diversos programas de mobilidade (ex: *Erasmus Mundus*);
- Valorizar em termos académicos a participação em programas de mobilidade e voluntariado;
- Organizar cursos de verão internacionais, cursos intensivos de português para estrangeiros (antes do início de cada semestre) e cursos de inglês para os docentes do IPVC.

OBJETIVO OPERACIONAL

- Promover, em sintonia com as orientações da cooperação internacional, projetos e programas em prol do desenvolvimento sustentável e da luta contra a pobreza, com especial ênfase nos espaços lusófonos.

Políticas

- Criar uma oficina de voluntariado, constituída por membros do IPVC e da comunidade externa, que promova iniciativas de cooperação para o desenvolvimento;
- Implementar formação geral para o voluntariado em todas as UO do IPVC e núcleos informais para a sensibilização da exclusão social e agendas internacionais.

## Eixo 7: Logística

### Visão

Tendo em conta a dispersão geográfica das Escolas Superiores que constituem o IPVC, as questões logísticas têm um papel fundamental no processo de desenvolvimento e integração das diferentes UO.

Assim, o incremento da utilização das Tecnologias de Informação e de Comunicação [TIC], um dos pontos fortes desta instituição, facilita o trabalho em rede e, consequentemente, a concretização de uma gestão transversal, permitindo eficiência, agilidade e eficácia nos processos.

O investimento em TIC permite a circulação/gestão da informação via digital, a uniformização de *software* de bases de dados nos diferentes serviços, a disponibilização de maior número de serviços *on-line*, a melhoria das condições de trabalho de toda a comunidade escolar e a sua aproximação. É também área fundamental de afirmação da instituição os "*students affairs*", designadamente através do apoio aos estudantes na inserção e acompanhamento no mercado de trabalho, no apoio médico, psicológico etc.

Os serviços de suporte ao funcionamento da instituição - bibliotecas, cantinas, aprovisionamento, segurança, higiene e manutenção das instalações, contabilidade e académicos, entre outros - são geridos de forma transversal às diferentes UO, embora com pontos de contacto locais, potenciando-os e otimizando o capital humano, e os recursos materiais e financeiros, utilizando-se, em alguns, o "*outsourcing*".

## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Potenciar o emprego e a utilização das TIC na instituição.

### OBJETIVO OPERACIONAL

- Desenvolver as infraestruturas e ferramentas TIC.

#### Políticas

- Implementar um sistema de *workflow*;
- Criar um arquivo digital;
- Alargar os serviços *on-line* para antigos estudantes e funcionários;
- Desenvolvimento de solução que permita a comunicação entre diversos sistemas de informação;
- Uniformizar os *softwares* utilizados nos diversos serviços.

### OBJETIVO OPERACIONAL

- Melhorar a gestão dos recursos existentes.

#### Políticas

- Implementar a Unidade Funcional das Bibliotecas e criação da Unidade Funcional dos Serviços Pedagógicos e Académicos;
- Reequipar alguns laboratórios e adquirir criteriosamente equipamentos pedagógicos.

## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Melhorar as infraestruturas e adequar os serviços de suporte.

### OBJETIVO OPERACIONAL

- Implementar um sistema de gestão integrada dos recursos físicos, materiais e equipamentos.

#### Políticas

- Desenvolver uma ferramenta que permita a gestão de espaços e equipamentos do IPVC;
- Alargar o âmbito da Central de compras do IPVC;
- Desenvolver um sistema integrado de manutenção de infraestruturas;
- Efetuar a gestão integrada de comunicações e vigilância;
- Elaborar um plano de racionalização energética e de sustentabilidade ambiental.

### OBJETIVO OPERACIONAL

- Rentabilizar economicamente as infraestruturas e espaços do IPVC.

#### Políticas

- Elaborar um plano de exploração económica dos espaços.



Instituto Politécnico  
de Viana do Castelo

CAPÍTULO

# 2.

## ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RECURSOS UTILIZADOS

## II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RECURSOS UTILIZADOS

Neste capítulo pretende-se expor o nível de desenvolvimento dos programas, projetos e atividades que o IPVC se propôs realizar no ano de 2011, numa perspetiva de análise comparativa entre resultados previstos e os resultados atingidos.

### II.1. ATIVIDADES DE ENSINO E FORMAÇÃO

Cumprindo os objetivos delineados para o ano de 2011, salienta-se a estabilização da oferta formativa de 1.º Ciclo, com a manutenção dos ciclos de estudo em funcionamento no ano letivo anterior.

Destaca-se ainda a entrada em funcionamento de novos cursos de Mestrado do IPVC, nomeadamente através do alargamento da oferta de 2.º ciclo na Escola Superior de Saúde e da Escola Superior de Tecnologia e Gestão. No ano letivo 2011/12, ao nível de Cursos de Especialização Tecnológica, ocorreu um decréscimo na oferta formativa do IPVC para este ciclo em virtude da restrição orçamental imposta pela tutela.

Tal como referido anteriormente, o ano de 2011 fica também marcado pela entrada em funcionamento de novos cursos de 2.º Ciclo. Os Mestrados em Sistemas de Energias Renováveis, Cuidados Paliativos, Enfermagem de Saúde Comunitária, Enfermagem Médico-Cirúrgica, Enfermagem de Reabilitação e Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia funcionaram pela primeira vez durante o ano de 2011. Estes novos ciclos formativos vieram reforçar a oferta já existente, iniciada nos anos letivos 2008/09 e 2009/10, com a entrada em funcionamento dos restantes ciclos de estudos que compõem a oferta do IPVC ao nível de Mestrado.

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo, através do seu Gabinete de Saúde presta, igualmente, apoio psicológico e orientação vocacional – atendimento, acompanhamento, encaminhamento aos alunos necessitados.

Com o objetivo de incentivar a capacidade empreendedora dos seus estudantes, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo deu continuidade a sua participação no projeto Poliempreende. Orientado para a comunidade académica dos IP, o projeto privilegia a fertilização cruzada de áreas de saber, com o conseqüente enriquecimento de experiências, práticas e resultados, nomeadamente através do estímulo à constituição de equipas multidisciplinares. Neste âmbito deve-se destacar que, na 8ª edição

(ano letivo 2010/2011), o IPVC desenvolveu um conjunto de iniciativas a nível regional que ajudaram a desenvolver e a tornar ainda mais visível este concurso.

No âmbito do Compromisso para o Empreendedorismo no Alto Minho, o IPVC, enquanto chefe de fila no eixo Educação para o Empreendedorismo, promove um projeto de empreendedorismo nas escolas básicas e de pré-escolar, em parceria com a CIM Alto Minho e a Associação Coração Delta. Paralelamente, definiu os princípios e apresentou candidatura ao financiamento do primeiro concurso de ideias exclusivamente dedicado aos alunos das Escolas Profissionais do Distrito de Viana do Castelo.

O IPVC tornou-se o primeiro Instituto Politécnico a participar no concurso de ideias da *Junior Achievement*, com a integração de três equipas no concurso de 2012.

II.1.1. Oferta Formativa

Ao nível da sua oferta formativa, o IPVC promoveu, no seio do seu Conselho Técnico-Científico à aprovação da reestruturação dos planos curriculares de 17 das suas licenciaturas.

Apresentou ainda 11 novos projetos formativos para acreditação – 8 mestrados e 3 licenciaturas.

II.1.1.1. Escola Superior de Educação

No decorrer dos anos letivos 2010/11 e 2011/12, a Escola Superior de Educação ministra os cursos constantes da tabela n.º 1. No ano de 2010/11, destaca-se a entrada em funcionamento dos mestrados em Gerontologia Social e Gestão Artística e Cultural. Ainda durante esse ano letivo, iniciaram funcionamento 3 novos mestrados de habilitação para a docência, nomeadamente Educação pré-escolar; Educação Pré-escolar e em Ensino do 1º ciclo do EB; Ensino dos 1º e 2º ciclos do EB.

Ao nível de formação inicial, a Escola Superior de Educação passou a contar com três licenciaturas com a integração do 1.º ciclo em Desporto e Lazer na Escola Superior de Desporto e Lazer, criada no decurso de 2011.

Tabela nº 9 -Oferta formativa ESE-IPVC nos anos letivos de 2010/11 e 2011/12

	2010/2011	2011/2012
1.º Ciclo – Licenciatura	Educação Básica	
	Gestão Artística e Cultural (regime pós laboral)	
	Educação Social e Gerontológica	
2.º Ciclo – Mestrados	Inovação e Mud. Educacional	
	Didática da Matemática e das Ciências	
	Educação Artística	
	Promoção e Educação para a Saúde	
	Supervisão Pedagógica	
	Gerontologia Social	
	Gestão Artística e Cultural	
	Educação pré-escolar	
	Ed. Pré-escolar e em Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico	
	Ensino dos 1º e 2º ciclos do EB	

II.1.1.2. Escola Superior Agrária

No decorrer do ano de 2010/11, a Escola Superior Agrária ministra os cursos constantes na Tabela n.º 10. A ESA-IPVC consolida a oferta formativa ao nível de 1.º ciclo, ministrando, ainda os Cursos de Mestrado em Agricultura Biológica (5ª edição) e Gestão Ambiental e Ordenamento do Território (4ª edição) condicionados ao número mínimo de candidatos. No decurso de 2011, a ESA-IPVC viu ainda acreditados preliminarmente dois novos 2.º ciclos de estudo, nomeadamente Enfermagem Veterinária em Animais de Companhia e Meios Complementares de Diagnóstico em Enfermagem Veterinária. Estes dois novos ciclos de estudos, cuja primeira edição funcionará em 2011/12, é uma associação entre as Escolas Superiores Agrárias dos Institutos Politécnicos de Viana do Castelo, Bragança, Viseu, Castelo Branco e Portalegre.

Definiu ainda como objetivos dar continuidade à oferta formativa de CET, em que se justifique a abertura pelo número de candidatos, nos Cursos de Especialização Tecnológica em Cuidados Veterinários, Gestão e Animação Turística em Espaço Rural, Mecanização e Tecnologia Agrária e Sistemas de Informação Geográfica. Definiu, ainda, manter os protocolos de cooperação já existentes com as Escolas Profissionais Agrícolas de Marco de Canavezes, de Vagos, de Fermil de Basto e Casa Escola Agrícola Campo Verde – S. Pedro de Rates.

Tabela nº 10 - Oferta formativa ESA-IPVC nos anos letivos de 2010/11 e 2011/12

	2010/2011	2011/2012
Cursos de Especialização Tecnológica	Cuidados Veterinários	
	Gestão da Animação Turística em Espaço Rural	
	Sistemas Inf. Geográfica	
	Mec. e Tecnologia Agrária	
1.º Ciclo – Licenciatura	Engenharia Agrária – Ramo Zootecnia e Ramo Espaços Verdes	
	Engenharia do Ambiente	
	Biotecnologia	
	Enfermagem Veterinária	
2.º Ciclo – Mestrados	Agricultura Biológica	
	Gestão Ambiental e Ordenamento do Território	

II.1.1.3. Escola Superior de Tecnologia e Gestão

O total de oferta formativa da ESTG-IPVC em 2010/11 e 2011/12 encontra-se descrita na Tabela n.º 11.

Tabela nº 11 - Oferta formativa da ESTG-IPVC nos anos letivos de 2010/11 e 2011/12

	2010/2011	2011/2012
Cursos de Especialização Tecnológica	Aplicações Informáticas de Gestão	
	Construções Cíveis e Obras Públicas	
	Desenvolvimento Produtos Multimédia	
	Qualidade Alimentar	
	Energias Renováveis	
	Técnicas de Gestão Hoteleira	
	Tecn. Gest. Sist. Informação	
	Tecnologia Alimentar	
	Qualidade Ambiental	
1.º Ciclo – Licenciatura	Turismo (Diurno e Pós Laboral)	
	Gestão (Diurno e Noturno)	
	Eng. Civil e do Ambiente (Diurno e Pós Laboral)	
	Engenharia Alimentar	
	Design do Produto	
	Eng. Eletrónica e de Redes de Computadores	
	Design de Ambientes	
	Engenharia e Tecnologia dos Materiais	
	Eng. Comp. Gráf. Multimédia	
	Engenharia Informática (Diurno e Pós Laboral)	
	Eng. Sistemas Energias Renováveis (Diurno e Pós Laboral)	
	2.º Ciclo – Mestrados	Construções Cíveis
Tecnologia e Gestão de Sistemas de Informação		
Turismo, I. e Desenvolvimento		
		Sistemas Energias Renováveis
Empr. Inov. Ind. Alimentar		
Design Integrado		
Tecnologia Cerâmica		

A ESTG-IPVC viu a sua oferta formativa de 2.º ciclo reforçada com a entrada em funcionamento da primeira edição do mestrado em Sistemas de Energia Renováveis, bem como com a acreditação preliminar de três novos Mestrados em 2011, Gestão da Qualidade e Segurança Alimentar, Segurança do Trabalho e Engenharia de Softwares

Para além dos Mestrados referidos no quadro anterior, a ESTG-IPVC ministra ainda outros dois mestrados no âmbito da APNOR – Associação de Politécnicos do Norte - nomeadamente, Gestão das Organizações – ramo Gestão de Empresas e Contabilidade e Finanças.

#### II.1.1.4. Escola Superior de Ciências Empresariais

Na Escola Superior de Ciências Empresariais, o objetivo definido para 2011 passou por consolidar a sua oferta formativa durante o citado ano.

Lecionou um curso de especialização tecnológica e um mestrado em parceria no âmbito da APNOR – Logística.

A oferta formativa da ESCE em 2010/11 e 2011/12 está descrita na Tabela n.º 12.

Tabela n.º 12 - Oferta formativa da ESCE-IPVC no ano letivo de 2010/11 e 2011/12

	2010/2011	2011/2012
Cursos de Especialização Tecnológica	Contabilidade e Gestão	
	Gestão de Redes e Sistemas Informáticos	
1.º Ciclo – Licenciatura	Informática de Gestão	
	Gestão da Distribuição e Logística	
	Contabilidade e Fiscalidade (Pós Laboral)	
	Marketing e Comunicação Empresarial (Diurno e Pós Laboral)	

II.1.1.5. Escola Superior de Saúde

A Escola Superior de Saúde continua a ministrar o curso de Licenciatura em Enfermagem (Tabela n.º 13), tendo desenvolvido paralelamente dois cursos de Pós-Licenciatura direcionados para profissionais de Enfermagem, nomeadamente, e em 2010/11, Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia e Enfermagem de Reabilitação.

No decurso do ano de 2010 a ESS-IPVC viu aprovados dois cursos de 2.º ciclo que entraram em funcionamento durante o ano 2011, são eles: o mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica, Enfermagem de Saúde Comunitária, Cuidados Paliativos, Enfermagem de Reabilitação e Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia. Em paralelo continua a ministrar em parceria com a ESE-IPVC o mestrado em Promoção e Educação para a Saúde. No âmbito da Associação de Politécnicos do Norte de Portugal, continuará a lecionar em parceria o 2.º ciclo em Gestão das Organizações – Ramo Gestão de Unidades de Saúde.

Tabela nº 13 - Oferta formativa da ESS-IPVC nos anos letivos de 2010/11 e 2011/12

	2010/2011	2011/2012
1.º Ciclo – Licenciatura	Enfermagem	
2.º Ciclo – Mestrados	Promoção e Educação para a Saúde (parceria ESE-IPVC)	
	Enfermagem Médico-Cirúrgica	
	Enfermagem Saúde Comunitária	
		Cuidados Paliativos
		Enfermagem de Reabilitação
		Saúde Materna e Obstetrícia

II.1.1.6. Escola Superior de Desporto e Lazer

A Escola Superior de Desporto e Lazer é a mais recente escola a integrar o Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Foi criada pelo Conselho Geral do Instituto Politécnico de Viana do Castelo a 3 de Maio de 2011, ao abrigo do disposto no artigo 59º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior), sendo a autorização para funcionamento dada a 11 de Maio de 2011 por Despacho do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Presentemente esta Escola Superior do IPVC ministra a Licenciatura em Desporto e Lazer, estando no entanto definido o alargamento da sua oferta formativa a curto prazo, mormente ao nível de Mestrados.

#### II.1.1.6. Outras ofertas formativas

No decurso dos anos letivos 2010/11 e 2011/12, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo continuou a sua aposta em outros tipos de ofertas formativa, em particular em cursos direcionados a profissionais que já se encontrem inseridos no mercado de trabalho e que pretendam obter formação especializada.

Este período marcou também a entrada em funcionamento da Academia Sénior do IPVC.

#### Oferta Formativa Pós Graduada

O IPVC, através das suas Escolas, procurou responder a essas necessidades de formação especializada, através da lecionarão de projetos educativos ao nível de Profissionalização em Serviço, Pós Graduação e de Pós Licenciatura.

#### **Cursos de Profissionalização em Serviço**

Estas ofertas formativas, destinadas a docentes, foram ministradas através da Escola Superior de Educação do IPVC e encontram-se descritas na Tabela n.º 14.

Tabela n.º 14- Oferta formativa – Cursos de Profissionalização em Serviço e de curta duração de 2010/11

Profissionalização em Serviço	Curso Intensivo de Espanhol
	Programa de Formação Contínua em Matemática para professores do 1º ciclo do ensino básico (PFCM) no distrito de Viana do Castelo
	Programa de Formação Contínua em Matemática para professores do 2º ciclo do ensino básico (PFCM) no distrito de Viana do Castelo
	Curso "Abriendo puentes sin barreras para los jóvenes con discapacidad"

#### **Cursos de Pós Graduação**

Visando a especialização de profissionais, o IPVC detêm os cursos de Pós Graduações descritas na Tabela n.º 15. No entanto, e em 2011/12, funcionam as Pós-Graduações em Finanças e Banca, Gestão da Qualidade, Enfermagem Oncológica, Cuidados Paliativos e em Supervisão Clínica.

Tabela n.º 15 - Oferta formativa – Cursos de Pós-Graduação do IPVC

Pós Graduações	Marketing dos Vinhos
	Segurança e Higiene no Trabalho
	Consultadoria e Auditoria Alimentar
	Comunicação e Saúde
	Finanças e Banca
	Gestão da Qualidade
	Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia
	Supervisão Clínica
	Cuidados Paliativos
	Supervisão Clínica
	Informática
	Animação Digital
	Auditoria e Controlo de Sistemas de Informação
	Direção de Projetos

#### AÇÕES DE CURTA DURAÇÃO

Em 2011, realizaram-se as seguintes ações formativas destinadas à comunidade Interna e/ou externa:

**Curso Inicial de Tratamento Estatístico de Dados com SPSS** – A Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo [ESS-IPVC] ministrou a 4.ª Edição deste curso com o objetivo de preparar os profissionais para a utilização do SPSS no processo de tratamento e análise estatística de dados.

**Curso Auditorias de Qualidade** - A Escola Superior de Ciências Empresariais do Politécnico de Viana do Castelo [ESCE-IPVC] promoveu junto dos seus alunos esta ação que lhes dará a oportunidade saírem para o mercado de trabalho, com mais uma valência – Auditor Interno da Qualidade. Esta foi uma parceria estabelecida com a ATEC – Academia de Formação.

**Curso de Preparação para Maiores de 23 Anos** - O Curso Preparatório de Acesso ao Ensino Superior para Maiores de 23 Anos destina-se a pessoas com idade superior a 23 anos ou que a completem até 31 de Dezembro e englobou todas as Escolas do IPVC.

**Curso de Preparação para a Prova de Acesso de Cultura Matemática** - O Curso Preparatório de Acesso ao Ensino Superior para Maiores de 23 Anos destina-se a pessoas com idade superior a 23 anos ou que a completem até 31 de Dezembro.

Tem como objetivo preparar para a prova de Cultura Matemática, no âmbito das Provas Especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade para a Frequência dos Cursos Superiores do Instituto Politécnico de Viana do Castelo dos Maiores de 23 Anos. Esta foi a quarta edição desta iniciativa.

**Curso Livre de Formação Específica de Voluntariado para a Cooperação** – Esta ação teve como objetivos dar a conhecer as questões de Educação e Cooperação para o Desenvolvimento,

**Curso de Formação Específica de Voluntariado para a Cooperação** – Esta ação teve como objetivos Sensibilizar para as questões de Educação e Cooperação para o Desenvolvimento, Promover a aproximação e partilha de valores e culturas e Preparar voluntários para integrar projetos de cooperação para o desenvolvimento.

**Ações de Formação b-on** - Em parceria com a Biblioteca do Conhecimento on-line [b-on] realizaram-se três ações de formação, dirigidas para as áreas da Ciências da Saúde, Ciências e Tecnologias e Ciências e Humanidades com o objetivo de apresentar, demonstrar e informar sobre as funcionalidades da b-on.

**Cursos de Empreendedorismo** – Incluídas no concurso de ideias Poliemprende. A "Oficina E" constitui a 1ª fase desse concurso, sendo composta por três sessões que terão como tema comum o empreendedorismo. A "Oficina E2" tem como objetivo o aprofundamento da ideia de negócio, culminado com a apresentação de um plano de negócios.

### II.1.2. Estudantes do IPVC

No ano letivo 2010/11, a população escolar do IPVC era constituída por 4196 alunos matriculados nas escolas superiores que o integram, distribuídos pelos diferentes ciclos de estudo constantes da sua oferta formativa (CET, Licenciatura e Mestrado), cobrindo uma grande área do conhecimento e outras formações de grau superior (pós-graduações e pós-licenciaturas).

A 31 de Dezembro de 2011, ano letivo 2011/12, a população escolar do IPVC integra 4353 alunos matriculados nas suas escolas superiores, distribuídos pelos 28 Mestrados, 30 cursos de formação inicial, 12 CET e 6 Pós-Graduações.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do nº de alunos matriculados desde o início de funcionamento do IPVC – 1985/86 – até ao ano letivo de 2011/12 (5 em 5 anos até 2004/2005)

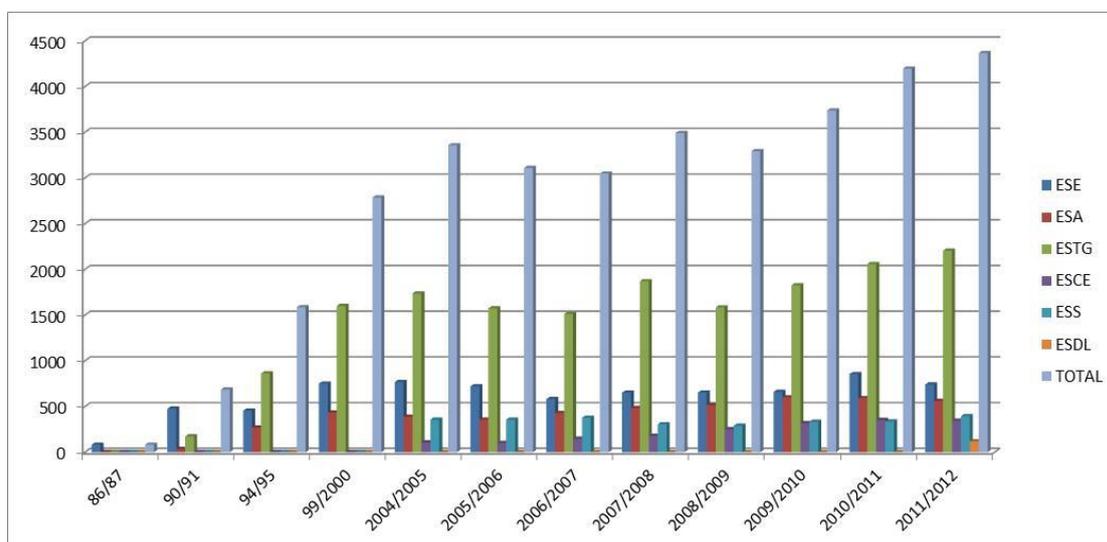


Gráfico nº 3 -N.º de alunos por Escola – evolução 86/87 a 2010/11 – Intervalo de 5 anos (FONTE: Observatório do IPVC - Dez.2011)

O gráfico nº 4 apresenta a evolução do n.º de alunos inscritos ao nível do 1.º ciclo formativo, licenciaturas, desde 2006/07 a 2011/12. A análise do número de alunos inscritos em ciclos de estudo de formação inicial indica a tendência de crescimento do IPVC, alicerçada na consolidação da sua oferta formativa.

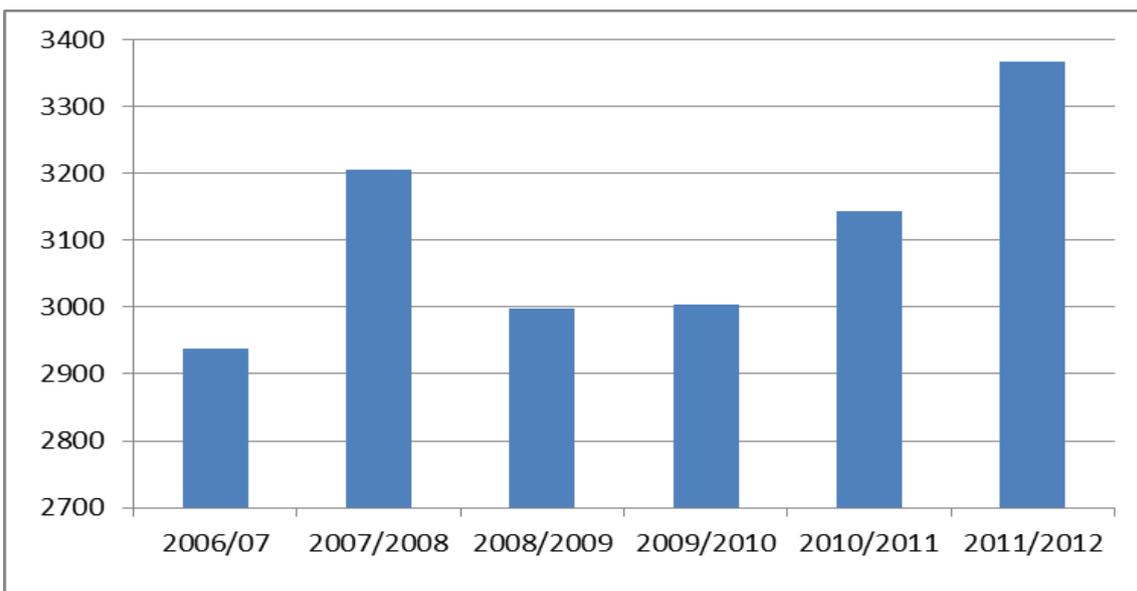


Gráfico nº 4 - N.º de alunos em formação inicial – evolução 2006/07 a 2011/12  
(FONTE: Observatório do IPVC-2011)

Os anos letivos de 2009/10 e 2010/11 marcam o período de grande aumento de oferta formativa ao nível de segundos ciclos no IPVC. Após a entrada em funcionamento dos Mestrados em Didática da Matemática e das Ciências e em Gestão Artística e Cultural, no ano letivo de 2008/09, nos anos letivos subsequentes o IPVC viu a sua oferta formativa incrementada em mais 26 projetos de ensino.

O gráfico nº 5 demonstra o desempenho desses cursos relativamente ao n.º de alunos inscritos.

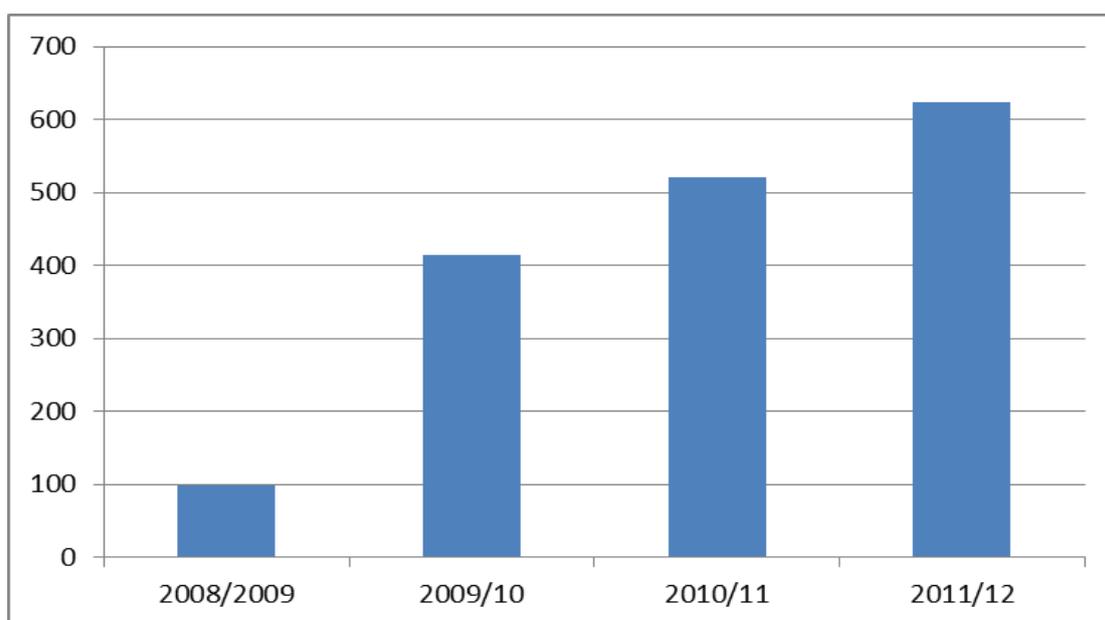


Gráfico nº 5 -Evolução de alunos inscritos em cursos de Mestrado  
(FONTE: Observatório do IPVC -2011)

O IPVC iniciou a sua oferta de cursos de nível IV – Cursos de Especialização Tecnológica – no ano letivo 2007/08, com a entrada em funcionamento de dois cursos. No ano letivo 2010/11, estavam em funcionamento 16 CET. No ano letivo 2011/12, face à alteração das regras de financiamento destes ciclos de estudo impostas pela tutela, funcionam 12 cursos de especialização tecnológica. Apesar desta diminuição na oferta, o número de estudantes inscritos nestes cursos não diminuiu, comparativamente com o do ano transato, situação que se fundamenta pelo facto dos diversos estudantes se encontrarem a desenvolver formação em contexto de trabalho.

O gráfico nº 6 demonstra a evolução do número de inscritos nos cursos de nível IV no IPVC.

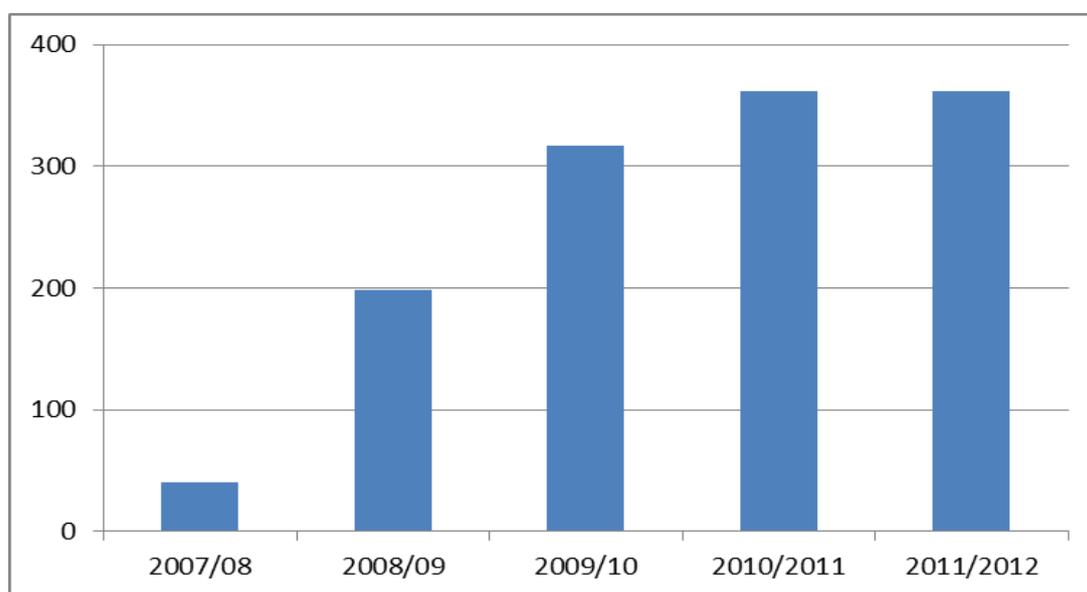


Gráfico nº 6 - N.º de alunos em CET – evolução 2007/08 a 2011/12  
(FONTE: Observatório do IPVC - 2011)

O gráfico seguinte ilustra a distribuição de estudantes pelos três ciclos de estudo ministrados pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo. A sua análise revela a predominância de estudantes inscritos em cursos de 1.º ciclo, justificada pela recente entrada em funcionamento de CETs e Mestrados no âmbito do Ensino Superior Politécnico.

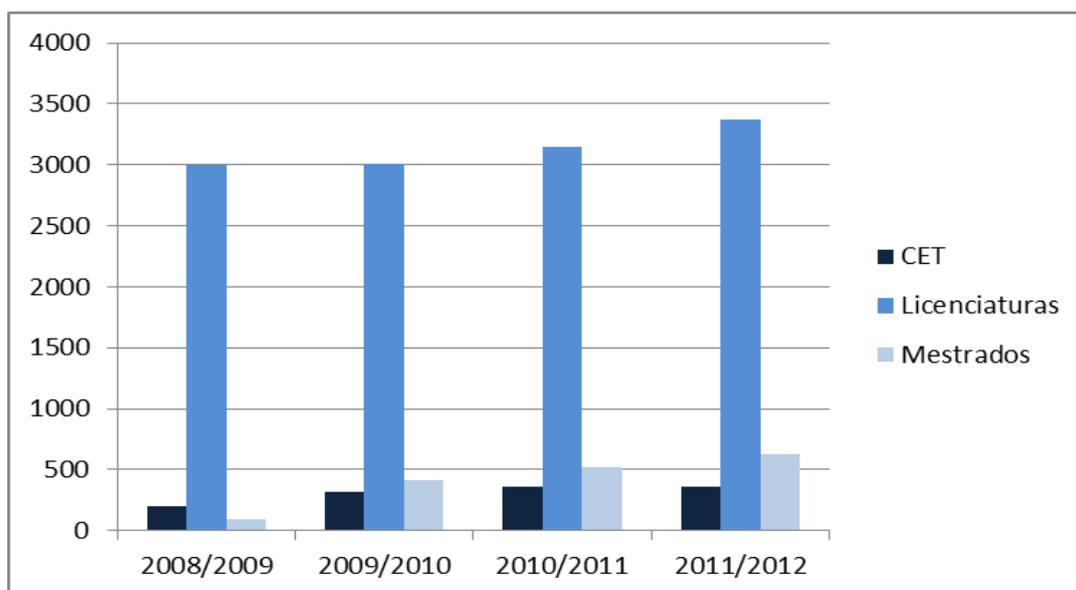


Gráfico nº 7 - N.º de Estudantes do IPVC nos diferentes ciclos de estudo ministrados – evolução 2008/09 a 2011/12

(FONTE: Observatório do IPVC - 2011)

#### II.1.2.1. Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior

O número total de vagas colocadas a concurso para o ano de 2011/2012, através do concurso nacional de acesso ao ensino superior público foi de 53.500, número sensivelmente idêntico ao de 2010.

Da análise da lista de vagas colocadas a concurso, verifica-se que, contrariamente ao que acontecia nos dois concursos de acesso anteriores, a oferta de formação em horários pós-laborais e noturnos desce ligeiramente entre 2010 e 2011. De acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC) o número de vagas desce ligeiramente para cerca de 5673 vagas (5726 em 2010) distribuídas por 173 cursos. O IPVC, no entanto, manteve as vagas propostas para os oito cursos que funcionam neste regime.

O IPVC manteve, também, as 991 vagas para cursos de 1.º ciclo - Licenciatura, distribuídas pelas seis Escolas Superiores distribuídas geograficamente pelo distrito de Viana do Castelo, tal como é representado na Tabela n.º 16. No Concurso Nacional de Acesso 2011, destaca-se a disponibilização de vagas para a Escola Superior de Desporto e Lazer, em que pela primeira vez, a Licenciatura em Desporto e Lazer abriu vagas como ciclo formativo da nova Escola Superior do IPVC. A integração deste curso nesta nova Escola refletiu-se no decréscimo das vagas disponibilizadas pela Escola Superior de Educação.

**Tabela n.º 16 - Resultados 1.ª, 2.ª e 3ª fase concurso nacional de acesso ao ensino superior 2011/2012**

Escola	Curso	1.ª Fase				2.ª Fase			3.ª Fase	
		Vagas	Coloc.	Nt. Últ.Col .	Inscritos	Vagas	Coloc.	Inscritos	Vagas	Coloc.
ESA	Biotecnologia	24	16	114,2	10	14	7	9	7	1
	Enfermagem Veterinária	24	24	127,1	21	3	8	6	2	0
	Engenharia Agronómica	24	6	118,2	6	18	4	6	13	0
	Engenharia do Ambiente	24	12	120,7	10	14	9	3	13	0
ESSE	Gestão Artística e Cultural (pós-laboral)	30	8	119,7	7	25	15	8	18	1
	Educação Social Gerontológica	30	30	121,0	26	4	2	5	0	0
	Educação Básica	80	70	113,9	61	24	11	25	6	6
ESTG	Turismo (regime pós-laboral)	35	29	112,3	27	10	9	11	2	2
	Engenharia Civil e do Ambiente (pós-laboral)	30	1	117,9	1	29	2	1	28	0
	Engenharia e Tecnologias de Materiais	24	2	118,8	2	22	7	1	21	0
	Engenharia da Computação Gráfica e Multimédia	28	11	96,0	12	17	8	8	10	4
	Eng. Sistemas de Energias Renováveis (pós-laboral)	30	8	99,0	9	22	12	5	18	2
	Engenharia Alimentar	35	34	106,0	29	8	6	9	3	1
	Engenharia Informática	30	30	123,0	28	2	6	6	1	1
	Gestão	37	37	133,3	30	7	8	10	2	2
	Gestão (regime noturno)	30	20	107,2	19	14	1	12	4	0
	Turismo	35	35	140,3	31	4	6	4	0	1
	Design de Ambientes	30	23	108,8	17	13	9	13	3	1
	Design do Produto	38	38	120,5	26	12	11	13	2	2
	Engenharia Civil e do Ambiente	35	21	110,1	20	15	7	8	8	3
	Engenharia Eletrónica e Redes de Computadores	30	17	128,6	15	15	9	9	6	0
	Engenharia de Sistemas de Energias Renováveis	30	30	125,2	30	0	5	1	0	0
	Engenharia Informática (pós-laboral)	30	4	123,7	4	27	1	1	28	0
ESCE	Marketing e Comunicação Empresarial (pós-laboral)	30	2	-----	3	28	9	4	25	0
	Distribuição e Logística	26	3	95,0	3	24	6	0	24	1
	Informática de Gestão	26	0	----	0	26	3	2	24	1
	Marketing e Comunicação Empresarial	35	19	95,0	14	21	14	21	12	3
	Contabilidade e Fiscalidade (pós-laboral)	35	3	109,8	1	34	5	5	29	0
ESDL	Desporto e Lazer	30	30	130,6	21	11	13	14	3	4
ESS	Enfermagem	66	66	143,0	64	2	8	3	1	1

### II.1.2.2. Provas Maiores 23 Anos

Pelo sexto ano consecutivo, o IPVC promoveu as Provas Especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade para a Frequência dos Cursos Superiores do Instituto Politécnico de Viana do Castelo dos Maiores de 23 Anos (Provas M23).

Estas provas destinam-se a permitir às pessoas que “completem 23 anos de idade até ao dia 31 de Dezembro do ano anterior que antecede a realização das provas” e que não tiveram oportunidade de frequentar o Ensino Superior, a possibilidade de o fazerem. É constituído por provas específicas adequadas aos cursos.

Relativamente a 2011, verificou-se uma diminuição no número de candidatos a este concurso bem como um ligeiro decréscimo no número de candidatos aprovados e candidatos colocados, tal como se ilustra na tabela nº 17.

**Tabela n.º 17 – N.º Candidatos, candidatos aprovados e candidatos colocados nas Provas Maiores de 23 anos**

	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12
Número de Candidatos	400	448	637	499
N.º de Candidatos Aprovados nas Provas	243	252	403	331
N.º de Candidatos Colocados	110	99	141	130

(Fonte: GPEARl – 2012)

#### II.1.2.4. Diplomados e Índice de Sucesso Escolar

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo diplomou no ano de 2010/11 cerca de 680 estudantes, nas mais diferentes áreas científicas.

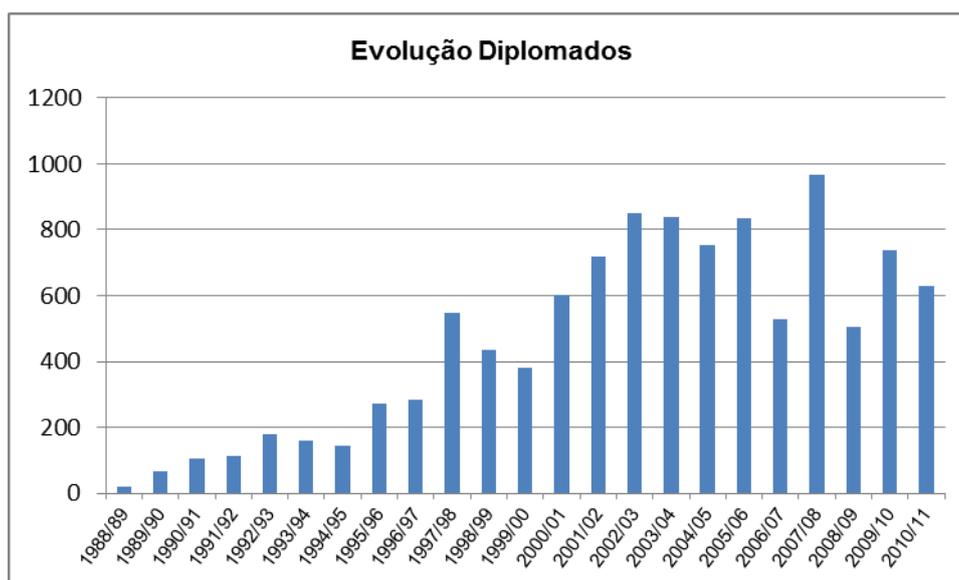


Gráfico n.º 8 – Diplomados pelo IPVC  
(FONTE: Serviços Académicos do IPVC)

Da análise do gráfico anterior revela-se, no total do IPVC, um decréscimo no número de diplomados em 2010/11 relativamente a 2009/10. Esta diminuição é justificada pelo fato de no ano letivo anterior, cerca de 80 estudantes de ciclos de estudo pré-Bolonha ter concluído a sua formação.

De destacar ainda o facto de no ano letivo 2010/11, o IPVC ter aumentado o número de diplomados de 2.º Ciclo.

A Tabela n.º 18 indica o número de diplomados no ano letivo de 2010/2011 por curso de cada Escola Superior que integra o IPVC.

Tabela nº 18 – Número de diplomados, por cursos de formação inicial 3 mestrado, em 2010/11

Escola	Curso	Diplomados 2010/11
Escola Superior de Educação	Ensino Básico	61
	Gestão Artística e Cultural	16
	Educação Social e Gerontológica	29
	Mestrado em Educação Artística	9
	Mestrado em Educação Pré-Escolar	21
	Mestrado em Inovação e Mudança Educacional	9
	Mestrado em Promoção e Ed. para a Saúde (ESE/ESS)	3
	Mestrado em Supervisão Pedagógica	5
Escola Superior Agrária	Biotecnologia	9
	Engenharia Agronómica	10
	Engenharia do Ambiente	14
	Enfermagem Veterinária	5
	Gestão Ambiental e Ordenamento do Território	1
Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Turismo	36
	Turismo (pós-laboral)	8
	Gestão	45
	Gestão (Noturno)	13
	Engenharia Alimentar	33
	Engenharia Civil e do Ambiente	39
	Engenharia Civil e do Ambiente (pós-laboral)	7
	Engenharia Eletrónica e Redes de Computadores	9
	Engenharia da Computação Gráfica e Multimédia	15
	Design do Produto	36
	Design de Ambientes	13
	Engenharia Informática	12
	Cerâmica Artística	3
	Engenharia de Sistemas de Energias Renováveis	23
	Engenharia Química – Ramo Cerâmica	2
	Mestrado em Contabilidade e Finanças	1
	Mestrado em Design Integrado	7
	Mestrado em Empr. e Inovação na Indústria Alimentar	5
	Mestrado em Gestão da Qualidade em laboratórios	3
	Mestrado em Tecnologia Cerâmica	2
Mestrado em Tecn. e Gestão de Sistemas de Informação	1	
Escola Superior de Ciências Empresariais	Distribuição e Logística	14
	Informática de Gestão	17
	Contabilidade e Fiscalidade	7
	Mestrado em Logística	6
Escola Superior de Des- porto e Lazer	Desporto e Lazer	17
Escola Superior de Saúde	Enfermagem	63

(Fonte: Observatório do IPVC - Dez 2011)

### II.1.2.5. Mobilidade Internacional - Estudantes, Pessoal Docente e Não Docente

A aprovação pela Comissão Europeia, da Carta Universitária Europeia para 2007/2013, documento que cada instituição de ensino superior apresenta sobre a sua política europeia para a mobilidade, a desenvolver nos próximos anos para 2007/2013, o IPVC pretende dar continuidade ao que tem sido a política do Instituto em termos de internacionalização.

O Instituto tem desenvolvido uma intensa atividade ao nível da celebração de protocolos de cooperação com instituições europeias, mas também com os países de língua oficial portuguesa em África resultando num aumento da procura do IPVC por parte de estudantes afetos em Portugal a programas de mobilidade.

#### II.1.2.5.1 Cooperação

O Gabinete de Cooperação e Mobilidade Internacional funciona atualmente com vários programas a vários níveis e em vários âmbitos pretendendo no próximo ano o seu alargamento.

A cooperação a nível europeu e internacional:

No decurso do ano de 2011, o IPVC continuou a promover a dimensão europeia nos estudos e a fomentar a mobilidade dos estudantes, docentes e não docentes no ensino superior, e a par da continuada e sempre crescente participação em diversos Programas Internacionais, que desempenham um papel central na estratégia da sua internacionalização:

■ **Programa Aprendizagem ao longo da Vida** – é o programa de ação da Comunidade Europeia para a Cooperação no domínio da Educação, para promover o intercâmbio de alunos e docentes, de várias instituições europeias de ensino superior, através dos subprogramas:

**Erasmus** – através deste subprograma as instituições de ensino superior podem proporcionar aos seus estudantes um período de estudos em estabelecimentos de ensino estrangeiros, em países elegíveis, com uma duração mínima de três meses e máxima de um ano letivo. Os projetos subordinados ao Programa Erasmus comportam duas vertentes através das quais poderão ser desenvolvidos: mobilidade e intercâmbio, ambas constituindo uma mais-valia o enriquecimento académico e conseqüentemente cultural e de forte contribuição para o desenvolvimento quer regional, quer nacional.

A participação do IPVC neste Programa Internacional é materializada através da celebração de 89 acordos bilaterais com instituições de Ensino Superior da União Europeia. De referir ainda que, no ano de 2011, não foram diversos acordos por ser entendimento dos signatários que a mobilidade nessas áreas não justificava a continuidade dos acordos.

**Erasmus Mundus** – vocacionado para alunos da Geórgia, Arménia, Azerbaijão e em que as instituições de ensino superior podem proporcionar aos seus estudantes um período de estudos em estabelecimentos de ensino estrangeiros, em países elegíveis, com uma duração mínima de três meses e máxima de um ano letivo.

A participação do IPVC neste Programa é materializada através de parcerias, onde os países europeus são os recetores de alunos de países de leste, sendo a Grécia o chefe de fila e coordenador das ações técnico-financeiras.

**Programa Leonardo da Vinci** – é uma iniciativa da União Europeia que visa a promoção de projetos suscetíveis de melhorar a qualidade das políticas e práticas de formação profissional na Europa.

No ano de 2011 o GMCI-IPVC apresentou as seguintes candidaturas com vista ao reforço e promoção da sua atividade, nomeadamente: EMPREGABILIDADE E COMPE-TÊNCIAS EM MOBILIDADE – ECM – LEONARDO DA VINCI PMT; Erasmus Intensive Language Course – EILC – PORTUGUÊS INICIAL; Erasmus Intensive Program – EIP - Fisioterapia e Reabilitação em Animais de Companhia e Characterization and valorization of agro-food products and their adjustment to the food safety requirements – FooVal – TEMPUS IV.

#### II.1.2.5.2 - Mobilidade de Estudantes

Nos últimos 7 anos, o número de alunos que frequentaram períodos de estudo no estrangeiro, no âmbito do Programa Erasmus, foi superior a 300, transformando o IPVC numa das Instituições de ensino superior com maior sucesso nesta área.

No decurso do ano letivo 2011/2012, estarão envolvidos (1.º e 2.º semestre) cerca de 160 alunos em programas de mobilidade, sendo que 84 serão alunos estrangeiros a

frequentar cursos do IPVC e 72 alunos do IPVC em programas de mobilidade no estrangeiro.

No gráfico nº 9 pode-se observar a distribuição ao nível da mobilidade de alunos e funcionários (docentes ou não docentes), durante o ano letivo de 2008/2009 e a comparação relativamente a 2011/2012.

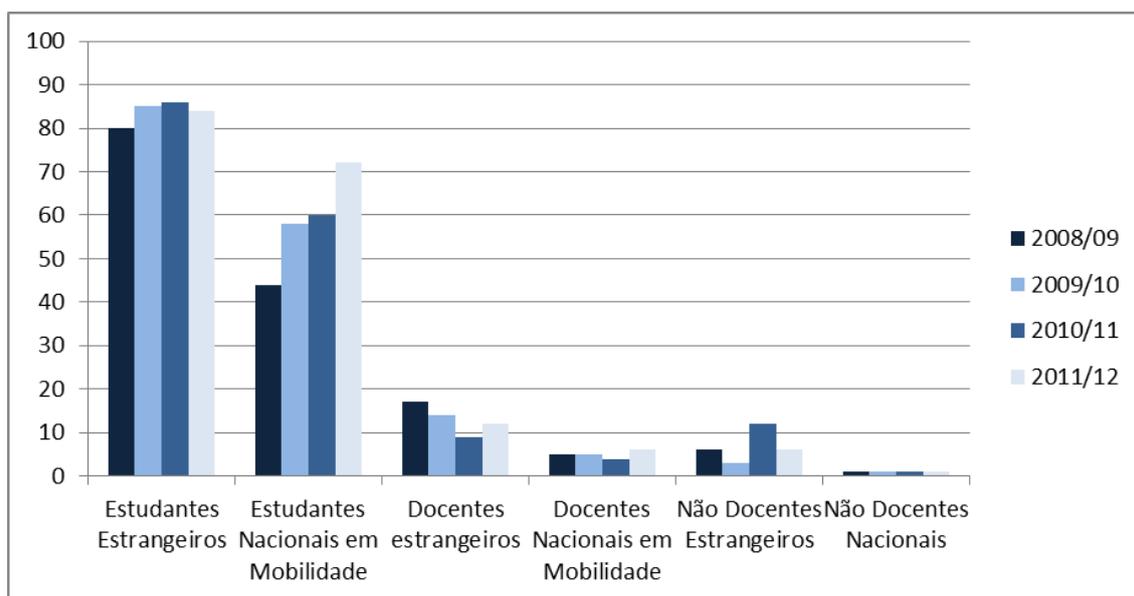


Gráfico nº 9 - Mobilidade Internacional do IPVC em 2008/09; 09/10; 10/11 e 11/12  
(Fonte: Gabinete de Cooperação e Mobilidade Internacional do IPVC - 2011)

Historicamente o IPVC tem recebido mais estudantes do que os que envia, como se pode observar no gráfico anterior. O número total de estudantes enviados subiu no último ano, verificando-se um aumento em todas as Escolas.

O número de estudantes recebidos em relação ao ano anterior, em consequência do aumento verificado em todas as Escolas. Foram diversos os países de destino escolhidos pelos nossos estudantes, em 2009/2010, com especial destaque para Polónia, Espanha e Lituânia. Os estudantes recebidos vêm predominantemente da Polónia, Itália e da Lituânia, logo seguidos pela Geórgia.

#### II.1.2.5.3. Intercâmbio de Docentes

As ações de mobilidade previstas no programa Erasmus ou nos protocolos bilaterais que o IPVC possui com os PALOPS não se destinam exclusivamente a estudantes. Também os docentes do ensino superior podem beneficiar dos mesmos.

O IPVC incentiva a mobilidade de docentes entre instituições de ensino superior europeu, através da concessão de apoio financeiro para a realização de missões no estrangeiro, que terão normalmente a duração de uma semana (ou no mínimo de 8 horas de aulas).

O Gabinete de Cooperação e Mobilidade Internacional presta o necessário apoio administrativo a processos de candidatura assim como disponibiliza os meios logísticos para apoiar os contactos realizados pelos docentes com Instituições de Ensino Superior estrangeiras.

**PROGRAMA ERASMUS**

No gráfico seguinte apresenta-se o n.º de docentes enviados e recebidos pelo IPVC, desde do ano letivo de 2008/2009 até 2011/12

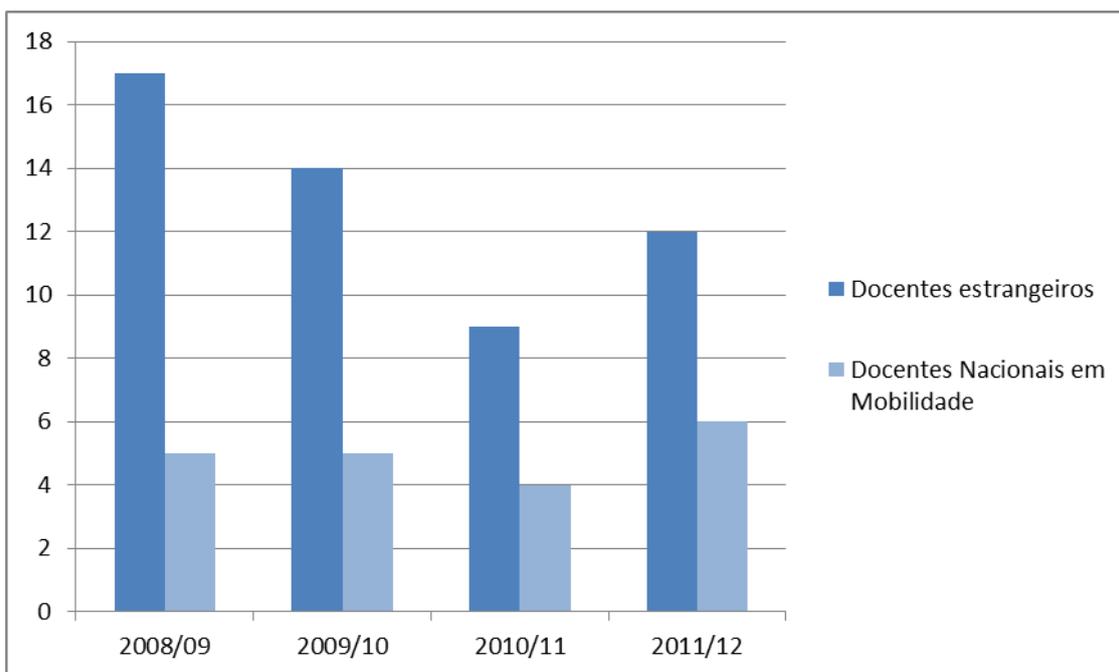


Gráfico nº 10 – Mobilidade de docentes Erasmus Outgoing e Incoming  
 (Fonte: Gabinete de Cooperação e Mobilidade Internacional do IPVC - 2011)

**II.1.2.5.4 - EILC – Erasmus Intensive Language Course**

À semelhança de anos anteriores, e com a participação de mais de 70 alunos ERASMUS, o IPVC ministrou o curso Língua e Cultura Portuguesa (EILC – Erasmus Intensive Language Course), destinado aos estudantes estrangeiros Erasmus que vêm frequentar instituições de ensino superior portuguesas.

O objetivo do curso é facilitar a integração dos estudantes no nosso país durante a sua estadia no âmbito do programa Erasmus. Além da formação de base em Língua Portuguesa, o EILC também comporta um programa cultural que consiste na visita guiada a locais de interesse da região e da cidade de Viana do Castelo, durante a qual lhe são descritos aspetos da vida e cultura portuguesas. Em cada semestre os alunos Erasmus são recebidos pelo principal responsável pela Câmara Municipal de Viana do Castelo.

## **II.2. ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO**

### **II. 2. 1. OTIC – Oficina de Transferência de Tecnologia e de Conhecimento**

A OTIC-IPVC, na sequência do processo de solidificação da sua atuação, procurou no ano de 2011 contribuir para o cumprimento dos objetivos estratégicos do IPVC.

Desta forma, é forçoso realçar o incremento das atividades desenvolvidas pela OTIC – Oficina de Transferência de Tecnologia e de Conhecimento do IPVC – do qual resultou o aumento do número de candidaturas aprovadas e o volume de orçamento global de projetos.

Relativamente ao ano de 2011 e entre as atividades desenvolvidas pela OTIC-IPVC importa referir 4 áreas fundamentais:

- Gestão de Projetos
  - Execução física e financeira, Relatórios Intercalares e Finais, justificações e esclarecimentos aos programas financiadores, procedimentos de contratação pública no âmbito de projetos, etc.
  - Elaboração de novas candidaturas da responsabilidade da OTIC-IPVC e apoio administrativo e financeiro a outras candidaturas
- Gestão administrativa e financeira das Prestações de serviços à comunidade
- Controlo financeiro de Pós-Graduações
- Contratação de Bolseiros de Investigação

Relativamente às áreas de Gestão de Projetos e de Prestações de serviços à comunidade é de realçar as dificuldades resultantes do aumento do volume de trabalho o que impediu o acompanhamento destas áreas com a eficiência e eficácia pretendidas.

Tabela n.º 19 – Indicadores da OTIC/IPVC

	Previsão para 2011	Valor efetivo 2011
Orçamento global de projetos aprovados	7.421.234,26	10.652.899,30
Volume de reembolso de projetos	1.751.470,02	1.434.418,92
N.º de projetos cofinanciados geridos pela OTIC	23	43
N.º de prestações de serviços à comunidade	9	31
N.º de programas financiadores	10	16

(Fonte: OTIC-IPVC - 2012)

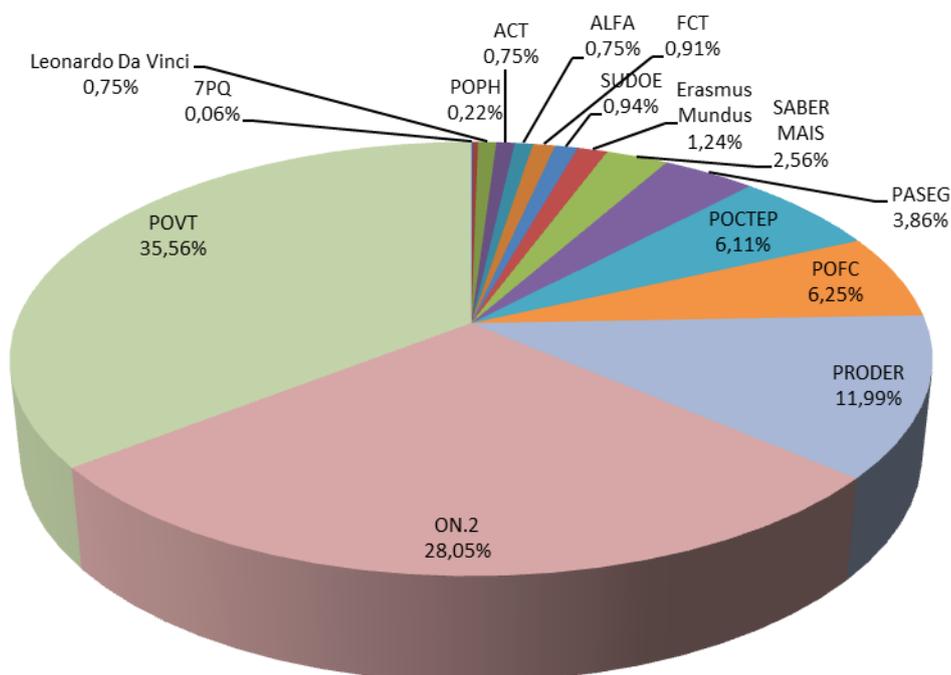


Gráfico n.º 11 - Número de programas financiadores  
(Fonte OTIC-IPVC)

O gráfico anterior representa o número de programas financiadores, cada um deles com as respetivas regras e procedimentos específicos, e o seu peso correspondente no orçamento global de projetos aprovados.

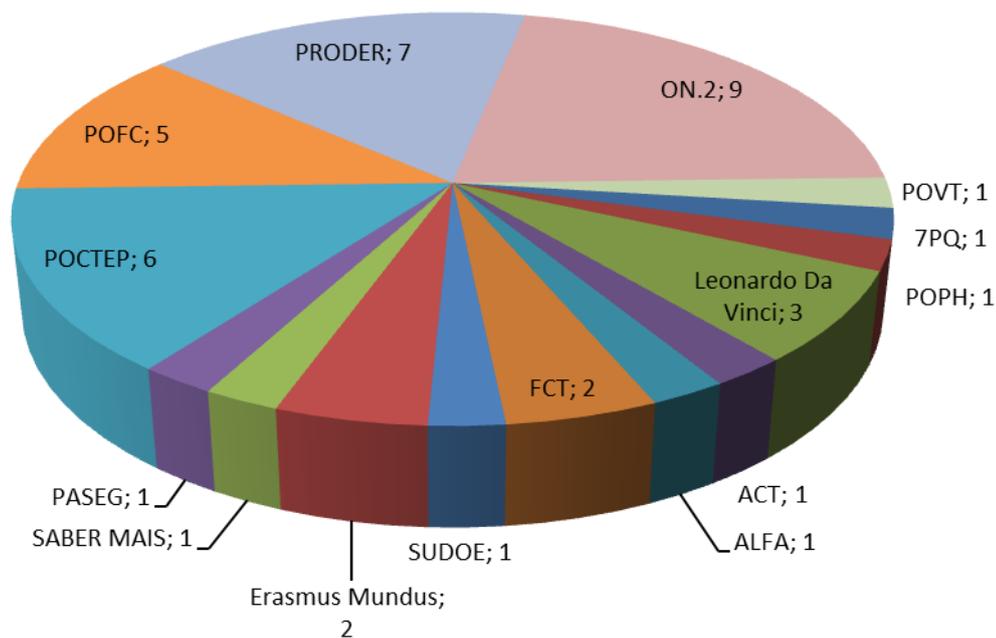


Gráfico nº 12 - Distribuição do n.º de projetos aprovados por Programa Financiador (Fonte OTIC-IPVC)

Decorre da análise dos gráficos anteriores que 32 projetos dos 43 geridos pela OTIC representam apenas 36% do orçamento global dos projetos aprovados.

Por outro lado, em relação aos projetos de menor dimensão verifica-se que 10 projetos dizem respeito a 7 Programas Financiadores diferentes e com um peso no orçamento global de apenas 5%.

Ao nível das Prestações de Serviço à comunidade, o IPVC presta serviços em diversas áreas, tais como: Sistemas de Informação Geográfica, Inovação, Alimentar, Redes e Telecomunicações, Formação, Ciências Agrárias, entre outras. No final do ano de 2011 verificou-se um ligeiro aumento no valor global das prestações de serviço geridas pela OTIC, no total de 596.794,87€.

Em 2011, o valor dos reembolsos foi inferior ao esperado o que se deve aos atrasos nos pagamentos por parte dos programas financiadores e como tal o diferencial transitará para 2012.

Importa referir que o significativo aumento da atividade da OTIC terá necessariamente de ser acompanhado por um adequado ajustamento da Equipa por forma a garantir a elaboração de novas candidaturas e o acompanhamento eficaz e eficiente dos projetos e prestações de serviço em execução. O referido ajustamento permitiria o alargamento das atividades da OTIC com especial destaque para a organização de

eventos com efeito demonstrador e o desenvolvimento de atividades de divulgação junto das empresas da Região.

II.2.2. Iniciativas de I&D

Apresentam-se no quadro seguinte, os projetos geridos pela OTIC/IPVC.

Tabela n.º 20 – Projetos geridos pela OTIC/IPVC

<b>Designação do Projeto</b>	<b>Calendarização</b>	<b>Orçamento Global IPVC</b>
E.SOL - 0023_ESOL_1_E - recursos energéticos, medidas de eficiência energética e de diversificação de fontes de energia.	Janeiro 2009 - Dezembro 2011	111.000,00€
ECA-IT - 0065ECA_IT_1_E - inovação empresarial da euro região Galiza - Norte de Portugal.	Janeiro 2009 - Dezembro 2011	100.000,00€
BIOEMPRENDE - 0006_BIOEMPRENDE_1_E - sector biotecnológico da euro região Galiza - Norte de Portugal	Janeiro 2009 - Fevereiro 2012	103.000,00€
REAL - 0149_REAL_1_P - Rede de inovação e desenvolvimento tecnológico agroalimentar norte de portugal/galiza	Janeiro 2009 - Dezembro 2011	126.660,00€
POCTEP – Desenho, consolidação e melhoria de veículos de transferência tecnológica na Euro região (VT)	Março 2011 – Dezembro 2012	110.000,00€
POCTEP – Eficiência, cogeração, gestão energética no sector de serviços (GE2C)	Março 2011 – Dezembro 2012	100.000,00€
I-CAMPUS - LLP-LDV-TOI-09-IT – Transferência de Inovação	Outubro 2009 - Outubro 2011	28.000,00€
GreenFood. E-learning contents for training in organic farming addressed towards EU farmers	Outubro 2010 - Setembro 2012	35.877,00€
Conceção e desenvolvimento de uma plataforma de interoperabilidade entre os Politécnicos do Norte de Portugal	Março 2009 - Março 2011	255.542,11€
IPVC – Ciência para o Desenvolvimento Sustentável – ON2	Janeiro 2010 - Dezembro 2012	1.432.920,20€
CIM – Capacitar para Formar	Junho 2010 - Junho 2012	924.051,12€
PRODER – Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências (Frutech)	Janeiro 2010 - Dezembro 2014	472.875,03€
PRODER Formação Especializada 4.2.1. (Jovens Agricultores)	Fevereiro 2010 -	119.717,40€

	Setembro 2011	
PRODER – Rede de Informação Estratégica Agrícola	Janeiro 2010 - Dezembro 2012	38.239,00€
PRODER 1.1.1.	Junho 2009 – Agosto 2011	30.482,00€
PRODER - FRUTECH	Janeiro 2010 Dezembro 2014	472.875,02€
PRODER Formação Especializada 4.2.1.	Junho 2011 – Dezembro 2011	36.998,01€
Poliempreende 7ª Edição	Setembro 2009 Dezembro 2011	156.117,00€
BIOFUMADOS - Promotor Minho Fumeiro, Lda.	Novembro 2010 - Outubro 2013	111.832,38€
AGRITRAINING	Janeiro 2010 - Junho 2012	68.625,00€
SIGA – FoodInTec, Lda.	Dezembro 2010 Novembro 2012	25.375,65€
LEAL&SOARES - Compostagem de plantas invasoras para produção de substratos	Junho 2010 - Dezembro 2013	74.004,22€
SUDOE - FOODSME-HOP	Janeiro 2011 - Dezembro 2012	100.166,73€
ISEKI – Food 3	Outubro 2008 - Setembro 2011	21.896,00€
Track_Fast - Training Requirements and Careers for Knowledgebased Food Science and Technology in Europe	Setembro 2009 - Agosto 2012	6.912,00€
Proj. 051APJ/08 “Avaliação da exposição ocupacional a risco biológico em aterro sanitário”	Junho 2010 - Outubro 2011	80.000,00€
POPH 52683/2011/33 Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central	Outubro 2011 – Abril 2012	23.256,99 €
REDEURECA - Red Eurocentroamericana para la mejora de la sostenibilidad y calidad de las MIPYMES	Abril 2011 - De- zembro 2013	80.120,61€
ERASMUS MUNDUS	2007 - 2013	-
ON2 - Capacitar para a Qualificação e a Inovação das Redes Sociais do Minho-Lima	Julho 2011 – Julho 2013	355.913,23€
ON2 - Congresso Internacional - Valorização dos Produtos tradicionais: oportunidade para o reforço de uma cadeia alimentar sustentável	Mai 2011 – Ju- nho 2012	60.567,32€
ON2 – IPVC – 25 ANOS A CRESCER COM O MUNDO	Fevereiro 2011 – Dezembro 2012	142.857,14€

FCT – Projeto Estratégico - UI0690	Janeiro 2011 – Dezembro 2012	8.438,00€
InovEnergy – Eficiência Energética no sector agro-industrial	Setembro 2011 – Agosto 2013	88.025,41
HYDROCULTURE - WATER QUALITY AND MANAGEMENT IN THE AGRO-FOOD INDUSTRIES	Agosto 2011 Julho 2013	16.000,00€
Congresso Internacional, Slow Cities: um ambiente favorável à criatividade	Junho 2011 – Maio 2012	32.500,00€
Viana Criativa	Julho 2011 – Junho 2012	2.000,00€
Viana do Castelo, Slow City	Janeiro 2011 – Dezembro 2011	12.200,00€
Projeto de Apoio ao Sistema Educativo na Guiné-Bissau - PASEG II	Outubro 2009 - Agosto 2012	411.211,73€
Assistência Técnico-Pedagógica do Programa de Apoio ao Reforço do Ensino Secundário em Angola – Saber Mais	Janeiro Dezem- bro 2011	272.820,84€
Programa para a Rede Rural Nacional – Aviso Nº 01/2010 – Boas práticas agrícolas para uso sustentado dos efluentes pecuários	Junho 2011 – Dezembro 2012	106.210,17€
Construção do Novo Complexo Pedagógico da E.S.S do IPVC	Outubro 2009 - Dezembro 2011	3.787.926,82€
Gabinete Cidade Saudável no Projeto: Observatório de Saúde, Realização de um Inquérito Municipal de Saúde	Permanente	-
ON2 - 1º Congresso Internacional do Garrano	A aguardar aprovação	66.349,36 €
Granito das Pedras Finas de Ponte de Lima	A aguardar aprovação	270.000,00€
Centro de Inovação e Logística de Valença	A aguardar aprovação	-
PharmaCos - Aplicação de compostos biologicamente ativos na indústria farmacêutica e/ou cosmética obtidos por extração supercrítica da cortiça	A aguardar aprovação	154.109,77€
CorkBioValue - Extraíndo mais valor da cortiça Portuguesa. Extração supercrítica de compostos naturais biologicamente ativos"	A aguardar aprovação	154.109,77€
SANUTEKOSA - Desenvolvimento de produtos salgados congelados mais saudáveis, nutritivos e ecológicos	A aguardar aprovação	165.919,20€
Perfis de empreendedores potenciais e efetivos e aferição do Capital Intelectual das organizações empreendedoras.	A aguardar aprovação	165.989,00€
Otimização de cerâmicos avançados para aplicações eletroquímicas de alta temperatura	A aguardar aprovação	117.614,00€
Investigação dos mecanismos preditores de estilos de vida	A aguardar	89.453,00€

ativos	aprovação	
Estilos de vida, saúde e trilhos de lazer na idade adulta	A aguardar aprovação	121.553,00€
Estado de saúde e atividade física da população idosa	A aguardar aprovação	142.888,00€
PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural/ Medida 4.1 Cooperação para a Inovação - RESÍDUOS VALIOSOS	A aguardar aprovação	955.416,10€
Programa para a Rede Rural Nacional – Aviso N° 01/2010 - CONTRIBUIÇÃO DO GARRANO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	A aguardar aprovação	64.275,22€
Programa para a Rede Rural Nacional – Aviso N° 01/2010 – Rede de conhecimento e trabalho para a implementação de boas práticas nas fileiras produtivas e de suporte ao desenvolvimento dos territórios rurais	A aguardar aprovação	104.383,25€
Tempus IV - Characterization and valorization of agro-food products and their adjustment to the food safety requirements	A aguardar aprovação	1.363.479,37€
ISEKI FOOD 4	A aguardar aprovação	---
RECARDI	A aguardar aprovação	80.610,23€
Paper Free Food Retail	A aguardar aprovação	39.496,21€
VINAGRESDEQUINTA	A aguardar aprovação	109.893,18€
Dieta Atlântica	A aguardar aprovação	34.320€
FACC - 2º Congresso Internacional de Enfermagem Veterinária	A aguardar aprovação	8.387,71€
Desenvolvimento de ferramentas integradoras para a gestão sustentável da rega de campos de golfe - WATGOLF	A aguardar aprovação	41.854,00€
Oportunidades de Empreendedorismo na Euroregião Gali-za - Norte de Portugal	A aguardar aprovação	138.736,00€
HiCC-Biological control by hypovirulence of Chestnut Blight in Portugal. Hypovirus introduction, maintenance and dispersal	A aguardar aprovação	14.708,00€
LANDCHANGE - Modelação e Previsão da Dinâmica de Sistemas Ecológicos Adaptativos Complexos em Múltiplas Escalas	A aguardar aprovação	30.093,00€
Growing Up Alto Minho – no Ensino Profissional	A aguardar aprovação	98.921,35€
Growing Up Portugal	A aguardar aprovação	53.402,89€
FIGAC 2011 – Fórum Internacional de Gestão Artística e Cultural	A aguardar aprovação	17.555,00€
Candidatura do IPVC para qualificação para os Vales Ino-	A aguardar	---

vação e I&DT	aprovação
--------------	-----------

(Fonte: OTIC-IPVC -2012)

Tabela n.º 21 - Outros Projetos

Escola Superior de Educação
"Criação de um Programa de Tutorias de integração para apoio à integração no 1º ano do ensino superior" (Curso ESG);
"Criação do Núcleo de Estudos sobre Inovação Educacional, Aprendizagem e Sucesso Escolar"
"Criação do laboratório de Gerontologia Social"
Jardim PAM & Bem-estar da população Instituições Parceiras: Câmara Municipal de Viana do Castelo & Coordenação dos Cursos ESG e GeroSOC da ESEVC
Projeto Ancoragem
Projeto de Educação para o Empreendedorismo (para crianças dos 3 aos 12 anos). Parceiros: ESE-IPVC, Coração Delta e CIM.
Projeto Vivências Artísticas
IP SH4K – SCIENCE FOR KIDS - Pädagogische Hochschule Wien
Escola Superior de Saúde
Observatório de Saúde, parceria da ESS com o Gabinete Cidade Saudável da Câmara Municipal de Viana do Castelo
Projeto de Investigação - "Perfil de Saúde da População de Viana do Castelo" – Parceria com o Gabinete Cidade Saudável da CMVC
Programa RAMPA - Projeto em parceria com a Câmara Municipal de Viana do Castelo e a FPCE – U. Porto
Projeto de Investigação – "Envelhecer com qualidade" - Parceria com o Gabinete Cidade Saudável da CMVC
Deteção Precoce do Cancro Gástrico – Parceria com o Rotary Club de Viana do Castelo
Projeto FIPAIF: "Formação inicial de profissionais de ajuda e identidades dos formadores: um estudo sobre o ensino e a enfermagem"
Gabinete de Apoio ao Jovem (GAJ) na Escola Preparatória EB 2,3 Frei Bartolomeu dos Mártires, iniciada em 2010. Esta intervenção resulta da Parceria no Projeto FREIA
Projeto Estilos de vida, saúde e trilhos de lazer na idade adulta–contributos novas tecnologias
CARPE – Centro de Atendimento e Reabilitação Psico Educativa – Apoio e atendimento ao indivíduo/família com doença mental em processo de reabilitação psicossocial
Implementação do Espaço Livre de Expressão da Experiência (ELEE) - dispositivo do tipo tutorial, de investigação-formação em contexto de aprendizagem "ao vivo"
Processo de Prevenção/Intervenção Precoce (PEIP) – parceria com o grupo ENERCON Portugal
Projeto de Requalificação do Espaço Hospitalar do Navio Gil Eannes – Parceria com a Funda-

ção Gil Eannes
Projeto POPH – Tipologia 6.4 – Qualidade e Organização dos Serviços: parceria entre o IPVC e a APPACDM – Viana do Castelo

II. 2.3. - Prestação de Serviços Transversais

O IPVC, no âmbito da sua ligação à comunidade envolvente, prestou durante o ano de 2011, um conjunto de serviços que se ilustra na tabela seguinte.

Tabela nº 22 - Prestação de Serviços à comunidade em 2011

<b>Designação da Prestação de Serviços</b>	<b>Calendarização</b>	<b>Orçamento Global IPVC (sem IVA)</b>
ARH NORTE - Avaliação e Apoio ao Desenvolvimento do Sistema de Informação Geográfica – SIG P15.01/09	2009-2011	195.000,00€
SINERCEO - Protocolo IPVC / SinerGeo - Projeto "Agro-Control" nº 5370	2009-2011	20.497,10€
PRODER – sub programa 3 – Medidas 3.1e 3.2. Certificação do Cabrito à Monção e revitalização de fornos comunitários.	2010-2012	68.462,00€
Arroz de Sarrabulho – Município de Ponte de Lima	2008-2011	13.000,00€
Especialização em Sistemas de Informação Geográfica Municipais - CIM	2010-2011	45.000,00€
Caracterização genética e produtiva no âmbito do Programa de Conservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones de Galináceos Portugueses - AMIBA	2009-2011	10.929,75€
Programa de Formação Contínua em Matemática para Professores do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico- PFCM (DGIDC)	Ano letivo 2010-2011	13.668,22€
Enabling Quality Education Through Local resources strategy for Guinea Bissau (Effective Intervention)	2011-2012	15.168,53€
Quatenaire - Elaboração da Estratégia Municipal Barcelos 2020	2011	5.000,00€
Tradições e Qualidade de Basto - Mútua de Basto	2011-2012	25.000,00€
Projeto SIAC - I&ES – Inovação e Empreendedorismo Sustentado	2011-2013	5.000,00€
AMIBA - Programas de Conservação e Melhoramento das raças Pedrês Portuguesa, Preta Lusitânica e Amarela	2011-2013	8.292,68€
APACRA - Prestação de serviços entre a associação portuguesa de criadores da raça Minhota e o IPVC	2011-2013	20.995,00€
IDEA – Capacitação, Informação Geográfica e Gestão Territorial no Alto Minho.	2011-2012	3.870,00€
Vale Inovação - Sprenplan	2011-2012	6.980,00€
Vale Inovação - VIANAFOGO, Lda.	2011-2012	24.500,00€
Vale Inovação - Adriano Felgueiras - Sociedade de Construções, Lda.	2011-2012	25.000,00€

Vale Inovação - Festa & Festa, SA	2011-2012	25.000,00€
Vale Inovação - Quercia Consultoria, SA	2011-2012	24.500,00€
Vale Inovação - DECOZIM - Materiais de Construção, Lda.	2011-2012	24.500,00€
Vale Inovação - DECOZIM II - Estúdio de Cozinhas do Cávado, Lda.	2011-2012	24.500,00€
Vale Inovação - DECOZIM III - Estúdio de Cozinhas de Braga, Lda.	2011-2012	24.500,00€
Vale Inovação - DECOZIM IV - Estúdio de Cozinhas do Porto, Lda.	2011-2012	24.500,00€
Vale Inovação - Carlos Calheiros - Minho Seguro, Lda.	2011-2012	24.000,00€
Vale Inovação - Martins & Soares, Lda.	2011-2012	25.000,00€
Vale Inovação - DIMA - Equipamentos Industriais, Lda.	2011-2012	12.500,00€
Vale Inovação - TOBOR - Acessórios para a Indústria, Lda.	2011-2012	12.500,00€
Vale Inovação - Jaime Oculista Unipessoal, Lda.	2011-2012	23.500,00€
Vale Inovação - Cristina Araújo & Araújo, Lda.	2011-2012	19.500,00€
Vale Inovação - IBERIANA TECHNICAL, Lda.	2011-2012	25.000,00€
Vale Inovação - J & J Boaventura Construções, Lda.	2011-2012	18.500,00€

(Fonte: OTIC-IPVC - 2012)

No contexto da prestação de serviços à Comunidade foram desenvolvidas atividades pelos diversos laboratórios que se encontram em funcionamento na ESTG, nomeadamente a UMA (Unidade de Microbiologia Aplicada), a IDEALQ (Investigação, Desenvolvimento e Análises em Laboratórios de Química), o laboratório de Materiais de Construção, o laboratório de cerâmica, o laboratório de tecnologia e qualidade alimentar, o Centro de Estudos e Imagem e ainda, serviços ao nível da sustentabilidade energética e que não se encontram acima descritos.

A Escola Superior Agrária presta também serviços à comunidade no âmbito das suas valências laboratoriais, na área da fitossanidade, análise de sólidos, qualidade alimentar e saúde animal.



Instituto Politécnico  
de Viana do Castelo

CAPÍTULO

3.

ORGANIZAÇÃO E  
GESTÃO

### **III. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO**

#### **III.1. REORGANIZAÇÃO INTERNA DOS SERVIÇOS**

Tendo em vista a nova realidade evidenciada pela reestruturação consequente à provação dos Estatutos do IPVC, consolidou-se a profunda reorganização dos serviços, tendo em consideração a estrutura do Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade, bem como as políticas consequentes ao Plano Estratégico.

A filosofia geral baseia-se na presença, em cada Escola do IPVC, de um serviço único (*back-office* nos Serviços Centrais), com a correspondência de um balcão único (BU) nas Escolas. Todavia, em alguns processos (Gestão de Projetos, Gabinete de Avaliação e Qualidade) procedeu-se à concentração de serviços e, nalgumas situações, como Gabinete de Avaliação e Qualidade percorre a estrutura enquadrada no Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade.

A reorganização interna ainda se encontra em desenvolvimento, nas diferentes Escolas e nos Serviços Centrais, suportada por ações de formação enquadradas no Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade – processo Recursos Humanos.

A utilização da Secretaria Virtual, enquadrada no Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade, a otimização de recursos informáticos em diferentes serviços (contabilidade, académicos, bolsas), o sistema de *work-flow*, iniciados e/ou implementados em 2009, foram aprofundados e valorizados no ano de 2011.

#### **III.2. ESTATUTOS – CONSTITUIÇÃO DOS ÓRGÃOS**

No final do ano de 2011, Novembro, foi nomeada uma nova Vice-Presidente e uma Pró-Presidente para a área da Avaliação e Qualidade.

No ano de 2011 foi eleito o Conselho Académico, concluindo o processo iniciado em 2010. Foi também nomeado, no decurso de 2011, o Provedor do Estudante do IPVC.

Com a criação da Escola Superior de Desporto e Lazer, em Maio de 2011, procedeu-se à nomeação do seu Diretor e Subdiretor. Foram ainda nomeados novos coordenadores de Curso.

### III.3. SISTEMA DE GESTÃO E GARANTIA DA QUALIDADE

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo [IPVC] tem implementado desde 2008 um Sistema de Gestão da Qualidade, agora designado de Sistema de Gestão e de Garantia da Qualidade - SGGQ, cuja certificação internacional acaba de ser renovada pela Norma ISO 9001:2008.

A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) selecionou o Instituto Politécnico de Viana do Castelo para fazer parte do processo experimental de auditoria dos sistemas internos de garantia da qualidade.

De entre as 14 instituições de Ensino Superior que manifestaram interesse em serem incluídas no exercício experimental do processo de auditoria institucional foram selecionadas 5 Instituições, sendo o IPVC o único Politécnico a ser escolhido.

O modelo de funcionamento do SGGQ baseia-se numa estrutura com uma coordenação central e elementos nomeados pelos Serviços Centrais, Escolas ou Unidades Orgânicas e Unidade Funcional.

A Política da Qualidade do IPVC baseia-se no compromisso da Presidência de manter uma atitude de permanente atenção, incentivo e apoio ao SGGQ porque o considera um elemento fundamental à sustentabilidade da instituição e ao seu desenvolvimento; Disponibilizar os meios materiais, financeiros e a formação dos Recursos Humanos, necessários para a prossecução dos objetivos definidos no SGGQ; Fornecer a todos os beneficiários dos serviços do IPVC, meios cada vez mais adequados à satisfação das suas necessidades, em clara sintonia com os desígnios e pretensões da Região e do País; Valorizar a melhoria da qualidade na sua oferta formativa, seus cursos, nas Escolas e suas unidades funcionais; Motivar e comprometer toda a Comunidade Académica na dinamização deste sistema; Envolver os Alunos no SGGQ da instituição; Prosseguir elevados níveis de satisfação dos agentes que interagem com o IPVC; Promover a inovação continuada e bi-nívoca face ao ensino, à investigação e aos serviços prestados à comunidade; Procurar de forma sistemática a melhoria contínua com a participação dos diversos agentes, internos e externos; Cumprir todos os requisitos legais e normativos e Assegurar a adequada divulgação e reconhecimento do SGGQ junto dos seus colaboradores.

Com base na Política da Qualidade, são definidos anualmente Objetivos Gerais da Qualidade, descritos e planeados em documento próprio de forma a garantir a sua monitorização e avaliação objetiva. A Revisão ao Sistema é uma ferramenta indispensável que permite definir ações conducentes à melhoria do sistema, dos processos e dos serviços prestados, assim como à identificação de necessidades de recursos.

Ainda durante o ano de 2011, o Gabinete de Avaliação e Qualidade iniciou o processo de definição de um novo conjunto de indicadores consonantes com os objetivos definidos para o Plano Estratégico 2011-2014.

No ano de 2011, de acordo com os objetivos gerais do IPVC definidos para o SGGQ, foram monitorizados os indicadores que constam da tabela n.º 23.

**Tabela n.º 23 - Indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade do IPVC**

Objetivo da Qualidade	Indicadores	Meta	Resultado
1. Terminar Plano Estratégico IPVC	- Aprovação de Objetivos por eixo  - Definição, para cada eixo, de Ações e orçamentação	Indicadores/ Ações/ Orçamentação aprovados	Parcialmente cumprido
2. Implementação de Estatutos	- N.º de ações, definidas no cronograma	Concretizar todas as ações	Parcialmente Cumprido
3. Organizar, de forma integrada, a oferta formativa, em função do Espaço Europeu de Educação Superior e das necessidades da sociedade	CET	-21	22
	1º Ciclo-Licenciaturas	-27	30 (6 PL)
	2º Ciclo-Mestrados	-30	26
	Pós-Graduações	-13	3
	Formação Curta duração (FCD)/Intensiva	-20	13
4. Organizar, de forma integrada, a produção e difusão de conhecimento e de prestação de serviços, promovendo as competências técnico-científicas do IPVC	- N.º de projetos de ID+I em que participa, a sós ou em parceria	- 35	43
	- N.º de projetos em que participa como prestador de serviços	- 23	29
	- N.º de novos projetos/prestação de serviços	- 10	40
	N.º de projetos de formação em parceria	- 25	7
	- N.º comunicações/publicações científicas	- 400	411
	- N.º de Patentes e Marcas (cumulativo)	Aumentar	0
	Colóquios, seminários, congressos, conferências e outros eventos técnico-científicos que fortaleçam, nos seus diferentes âmbitos, o IPVC	140	129
5. - N.º de Concursos de Ideias	- 3	3	
6. Potenciar parcerias estratégicas com instituições pares e com o tecido social e empresarial da região e do país e internacionais	- N.º de protocolos	- 60	14
	- N.º de docentes afetos a Centros de Investigação Externos	≥	56
7. Potenciar o emprego e a utilização das TIC, nomeadamente pela implementação do sistema de <i>workflow</i> de suporte ao SGQ do IPVC; do desenvolvimento dos serviços da Secretária Virtual, incluindo SAS-on e serviços de tesouraria e implementação do SIVE (Sistema Integrado de Vendas)	- N.º horas formação em TIC	- 1000h	482
	- Acessos em serviços online	SV: aumentar acessos em todos os utilizadores	11179
	- N.º de processos implementados em <i>workflow</i>	3	Não Cumprido
	- N.º UC em Moodle relativamente ao total de UC	100%	100%
8. Aumentar o número de alunos IPVC, com referência a 31 de Dez. 2009	- % global do aumento do número de alunos	Aumentar em todas as UO	2010/11: +11% 2011/12: +4%

Objetivo da Qualidade	Indicadores	Meta	Resultado
9. Aumentar o Índice de Força da atratividade de alunos no IPVC	- % colocados no próprio distrito face ao número total de colocados	- 45%	53%
	- Índice de procura: Candidatos por vaga na 1ª fase	- 3,86 (e todos cursos ≥1)	2,79
	- Índice ocupação: nº colocados 1ª fase/vagas, em relação ao nacional	- ≥ média nacional (todos cursos com ≥ 60% ocupação 1ª fase)	63,5 < que média nac: 79% - 64,3% (Polit)
	- Índice ocupação: nº colocados 1ª fase-1ª opção/vagas, em relação ao nacional	- ≥ média nacional	36% < nacional - 58%
	- Classificação média do último aluno em cada curso relativamente à média de acesso a nível nacional	≥ média nacional	117,1 < nacional 127,2
10. Aumentar o número de vagas disponibilizadas para o ano letivo 10/11 em regime pós laboral	- N.º de vagas em regime pós-laboral	170	250 Vagas
11. Dar continuidade às ações de fiscalização de alunos bolseiros – Visitas domiciliárias	- N.º de Visitas Domiciliárias	65	72
12. Manter taxa média de ocupação de residências	- Taxa de ocupação das residências (excluindo Agosto)	93%	92%
13. Continuar com o processo de renovação de espaços alimentares	- N.º de espaços renovados no ano em curso	1	1
14. Estratégias de Prevenção relativas ao Insucesso e Abandono Escolares	- Índice de sucesso Escolar	(>nacional)	71%
	- % de Abandono escolar por curso	Tudo < que 6%	2011: IPVC 8,1% (15CE > 6%)
	- % de Reprovações por curso	< 21%	21%
15. Eficiência Formativa	Nº de diplomados	- 450	629
	N. de diplomados em N anos ("") (nº diplomados / nº alunos inscritos 1º ano 1.ª vez)	aumentar	466
	N diplomados em N+1 ("")	Não aumentar	146
	N diplomados em N+2 ("")	Não aumentar	19
16. Potenciar Capacidade de inserção no mercado de trabalho - EMPREGABILIDADE (até 2011 foram considerados os dados MTSS – IEFP - Diplomados inscritos nos CE em Dezembro*); ** em Junho de 2011.	- % de colocação dos estudantes no mercado de trabalho	≥ ano anterior	587**
	- % de diplomados que obtiveram emprego nas áreas associadas		
	- % de diplomados que obtiveram emprego até 1 ano após conclusão do curso		
17. Implementar um Sistema de Gestão de Desenvolvimento Humano que coloque as pessoas no centro das preocupações institucionais, olhando, especialmente, o bem-estar, o desenvolvimento social e pessoal, científico e técnico e a sua capacidade de empreender;	- n.º ações de formação implementadas relativamente às propostas no plano de formação	- 100%	11 (previstas 17)
	- % de funcionários que frequentaram as ações de formação propostas; (relativamente aos destinatários definidos)	- 100%	SRH
	- n.º ações destinadas a promover o desenvolvimento pelos valores de cidadania, cultura e da arte	- 15	15
	- N.º Doutores	- 110 doutores (35% de TD) (em 2013: 198; 65% de TD)	107

Objetivo da Qualidade	Indicadores	Meta	Resultado
18. Aperfeiçoar o sistema de comunicação interna e externa	- n. Referências IPVC Imprensa	- >3000	3000
	- Canal vídeo	- 17h/dia	24H/dia (auto replay)
19. Adaptar o Sistema de Gestão da Qualidade à Nova versão da Norma e Novos Estatutos; Alargamento do Âmbito do SGQ	- Auditorias internas	- cumprir nº Auditorias - Renovação Certificação ISO 9001:2008	Cumprido
	- Auditoria externa de Transição		

Desde 2009/2010 que vimos a desenhar um sistema de indicadores que pretendemos ajustados e fiáveis para a atividade que desenvolvemos. É um trabalho que desenvolvemos, em boa parte, pela inventariação dos indicadores de gestão a avaliar, da sua mensuralidade e das boas práticas para a sua avaliação. Apoiámo-nos, também, por comparabilidade, em experiência de outros, nacionais e estrangeiros. Iniciámos com um conjunto de indicadores bastante abrangentes e muito necessários mas, este trabalho e para o ano em curso, está já substancialmente aumentado e enquadrado, agora, no desenvolvimento do Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade que, enquanto atividade piloto vimos a fazer com a A3ES.

Numa avaliação sumária dos resultados obtidos pelo uso do conjunto de indicadores de gestão do quadro acima diríamos que, no essencial, cumprimos as metas a que nos propusemos no que concerne:

- ao desenvolvimento do modelo institucional (implementação dos estatutos) e projetos de ensino/formação, ID+I a sós ou em parceria, eventos científicos, auditorias internas e sistema de gestão da qualidade, aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação, sistema de desenvolvimento humano;
- ao reforço do número de alunos e aumento e diversificação da oferta formativa
- ao combate do insucesso e abandono;
- à atratividade do IPVC.

Por vários motivos, correram menos bem alguns objetivos internos relativos ao desenvolvimento de ferramentas informáticas: a equipa de desenvolvimento em sistemas de informação esteve fortemente implicada no desenvolvimento de programas plurianuais e estruturantes dos sistemas de informação do Alto Minho, desde as regiões digitais até às redes regionais digitais, sem disponibilidade de tempo e de recursos face aos compromissos assumidos com a região; também por se terem verificado novas necessidades de desenvolvimento e de integração de sistemas, como o desenvolvimento

de *software* que suporte todos os circuitos do Sistema de Gestão da Qualidade, gestão de equipamentos, de controlo de assiduidade, de cantinas e bares e distribuição do trabalho docente, entre outros, este é um trabalho moroso e difícil que está, ainda, em desenvolvimento.

### III.4. FISCAL ÚNICO

O IPVC propôs em 2009 o Fiscal Único e aguarda a sua aprovação pelo Ministério das Finanças, encontrando-se a trabalhar, dentro do enquadramento legal respetivo, com os ROC. Todas as propostas e orientações sugeridas pelos ROC têm sido implementadas no melhor sentido da transparência e *governance* institucional.

### III.5. IMAGEM INSTITUCIONAL E ATIVIDADE EDITORIAL

No plano da promoção da imagem do IPVC e da sua atividade editorial, durante o ano de 2011 destacaram-se atividades regulares de promoção da imagem do IPVC, interna e externamente, de forma a garantir um conhecimento generalizado das atividades do IPVC e assim captar novos públicos. De registar que 2011 assinalou as comemorações dos 25 Anos do IPVC que veio reforçar a visibilidade e divulgação institucional.

Ao longo de 2011, o IPVC promoveu e/ou participou em diversos eventos de carácter técnico, científico e cultural, com a finalidade de projetar a sua imagem institucional e assim divulgar a sua oferta formativa, serviços e infraestruturas.

Tendo em consideração o previsto, ou seja, o Plano de Atividades e o efetivamente realizado obtém-se o seguinte balanço final com um acentuado incremento relativamente ao ano transato (tabela nº 24):

**Tabela nº 24 - Eventos organizados ou coorganizados pelo IPVC em 2011**

DATA	Eventos de Carácter Técnico, Científico e Cultural
Janeiro	Comemorações do 25º Aniversário da ESTG-IPVC   Conferência "O cérebro humano melhora ou piora com a idade?", Prof. Doutor Daniel Serrão
Janeiro	Academia Sénior celebra abertura oficial
DATA	Eventos de Carácter Técnico, Científico e Cultural
Janeiro	Workshop Bioempreende   "Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) na gestão da Biodiversidade enquanto recurso para a Biotecnologia"

Janeiro	Energias Renováveis e Gestão Energética Sustentável   Seminário técnico, no âmbito do Projeto ESOL "Energia Sustentável Local"
Janeiro	Bolonha: Desafios para a Ordem dos Engenheiros   "Estratégia para o Enquadramento Profissional"
Janeiro	REAL promove um "Food Industry Brokerage Event"
Janeiro	Os SIG na gestão de recursos naturais em debate   "Os Sistemas de Informação Geográfica na gestão de recursos naturais : potencialidades e aplicações (Comunicação Docente ESA_IPVC)
Janeiro	Conferência: Educação e Ética Ambiental por José Carlos Costa
Janeiro e Fevereiro	Estudo de alunos motiva capa de revista nacional
Fev-Julho	Poliempreende regressa para a sua 8ª edição!   Concurso de Empreendedorismo
Fevereiro	Preservação de Flor que só existe na Península Ibérica   Estudo do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (Cibio-UP) e à Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Fevereiro	Visita a Unidade Hospitalar de Barcelona   Visita de estudo ao Institut Guttmann – Hospital de Neurorehabilitació. Instituto Universitário adstrito à Universidade Autònoma de Barcelona (UAB)   Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Reabilitação
Fev-Maio	Jogo de Gestão envolve Escolas da região   Jogo de Gestão – Global Challenge 4
Fevereiro	Projeto de Engenharia Alimentar " <b>Biofiambre de Legumes</b> " IPVC selecionado para estar representado no espaço <b>FOOD I&amp;DT</b> na Feira Alimentaria & Horexpo 2011, juntamente com projetos de outras instituições de ensino nacionais e internacionais
Fevereiro	Arroz de Sarrabulho motiva publicação   Lançamento do livro: "Sarrabulho de Ponte de Lima: A Gastronomia da Tradição   The Gastronomy of Tradition"
Fevereiro	Colóquio: Negócios do mar em debate
Fevereiro	Importância dos SIG na Gestão Florestal em análise
Fev-Abril	Workshop de Expressão Audiovisual
Fev-Abril	Curso Livre Cooperação, Cidadania e Desenvolvimento
Fev-Mar	Curso de Tratamento Estatístico de Dados com SPSS
Fev-Mar	Formação Pedagógica Inicial de Formadores
Março	Biotecnologia motiva publicação   "Biotecnologia, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável" é o título do livro, editado pela Publindústria, escrito por docentes e investigadores do Politécnico de Viana do Castelo e de outras instituições de ensino superior e centros de investigação
Março	Projeto CIM Alto Minho e IPVC é "Prémio SIG"   Projeto INFOGEO desenvolvido pela CIM Alto Minho, com a colaboração do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, recebe Prémio Projeto SIG, no âmbito do 9º Encontro de Utilizadores ESRI Portugal – EUE 2011

DATA	Eventos de Carácter Técnico, Científico e Cultural
Mar-Maio	Atividades Culturais - Ciclo de Primavera   "Gestão Artística e Cultural" e de "Educação Artística": 1ª Conferência "A Arte como prática Social: Produção Social do Artista, da Arte e do Gosto"
Março	Jornadas Ibéricas de Reabilitação
Março	Exposição de Design
Março	Jornadas em Ciências e Engenharia do Ambiente
Março	Seminário "Argamassas Funcionais para uma Construção Sustentável" - UIDM
Março	Festival Lethes: Lethes conta com o Raminhos do 5 Para a Meia Noite!
Março	Semana da Proteção Civil e Ambiente
Março	IPVC reúne especialistas em Segurança Informática   1ª edição da Conferência subordinada ao tema "Segurança Informática".
Março	Seleção de Agentes da Cooperação Portuguesa
23 Março	Construção Sustentável em debate   Seminário conta com a apresentação do Projeto que envolve a Universidade de Aveiro, a Universidade do Minho e o Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Março	Workshop: Art Log Café apresenta "Rumo à Logística"
Março	Seminário: Solidariedade entre Gerações   1º Seminário do Ciclo de Seminários Aprofundados em Gerontologia Social Aplicada, realizado no âmbito do Curso de Mestrado em Gerontologia Social.
Março	Os Sistemas de Informação em debate: Integrada no programa de atividades "30 minutos com...", realização da palestra subordinada ao tema "Sistemas de Informação para a Gestão", dinamizada por Filomena Machado, <i>Controller</i> Financeira de uma Multinacional Alemã e Consultora SAP.
Abril	IX Jornadas Computação Gráfica!
Abril-Maio	Exposição "Vidas Negras" na Oficina Cultural
Abril	Prémio Inovação instituído no IPVC   "Energias Renováveis" e "Eficiência Energética" são as áreas de incidência do prémio, que conta com o valor de 5000 Euros
Abril	Colóquio: A Situação atual e Futura do Leite em debate
Abril	Atividades Culturais - Ciclo de Primavera   "Gestão Artística e Cultural" e de "Educação Artística": 2ª Conferência: Cabeçudos e Cabeçudas em análise. A diferença do olhar. Arte, Educação e Cultura"
Abril	Promoção e Educação para a Saúde em debate   Conferência " <b>A importância do tempo livre para o bem-estar das crianças</b> "
Abril	IPVC em missão nos PALOP   A construção de uma Escola Superior de Educação na Guiné Bissau e a promoção do empreendedorismo em Cabo Verde são dois principais acontecimentos em agenda nesta semana >> Presidente do Politécnico de Viana tem reunião agendada com o Ministro da Educação Guineense, entre outros dirigentes governamentais do país
Abril	Docente do IPVC lança publicação "La influencia del Capital Intelectual en la Capacidad de innovación de las empresas del sector de automoción de la Euroregión Galicia Norte de Portugal"
Abril	Conversas de Fim de Tarde   Melhor Saúde: um Desafio Comum aos Hospitais e Cuidados Primários

DATA	Eventos de Carácter Técnico, Científico e Cultural
Maio	Atividades Culturais - Ciclo de Primavera   "Gestão Artística e Cultural" e de "Educação Artística": Publicação e divulgação do nº 2 da Revista "Diálogos com a Arte", de artigos escritos pelos professores convidados que colaboram nos Ciclos de Palestras que o Departamento de Artes tem vindo a promover há cerca de cinco anos, como iniciativa desse Departamento e com a participação de elementos do Centro de Investigação de Estudos da Criança, da Universidade do Minho.
Maio	Lançamento da 3ª ed. da Revista ODNI – Design de Ambientes prepara mais uma Revista ODNI!
Maio	X Conferências de Valença: "As Novas Tendências do Marketing para o Séc. XXI"
Maio	3ª Mostra Educação e Formação de Viana do Castelo
Maio	Semana Internacional do IPVC   Internacionalização do Ensino Superior
Maio	Dia Aberto da ESCE
Maio	Promoção e Educação para a Saúde em debate   Conferências: <b>"Migrações e a construção da doença mental" e "Cidadania Médica e Competência Intercultural"</b>
Maio	Atividades Culturais - Ciclo de Primavera   "Gestão Artística e Cultural" e de "Educação Artística": Educação Audiovisual em Conferência   "3º Encontro de Educação Audiovisual"
Maio	Workshop "Formação de Utilizadores"
Maio	Paisagens heterogéneas na Europa Ocidental   <b>Conferência e Curso Internacional</b>
Maio-Jun	Curso Básico de Inteligência Emocional
Maio-Jul	Exposição de Arquitetura "Encontro com a Obra" marca 25 Anos do IPVC
Maio	Ciência Provocatória... no IPVC! Três Atos "Científicos" intencionalmente provocatórios, e com a finalidade de promover as redes de fibra ótica do Alto-Minho: "Engenharia Eletrónica e Redes de Computadores?", "Quem disse que a Física não serve para nada?" e "Deve estar a brincar, Sr. Coordenador!" constituem as três questões que estiveram na base deste inédito desafio
Maio	Conferência "As Mulheres na Implantação da República"
Maio	e-Sol: Comunicações e Vídeo disponíveis   Jornada de Encerramento do Projeto e-SOL:
Maio	Rede REAL: Sessão de Encerramento
Maio	<i>Energia geotérmica da água termal a aquecer edifícios</i> <b>Jornadas de encerramento do projeto ESOL:</b> constituído por oito entidades do Norte de Portugal e da Galiza, encerrou na passada quinta-feira em Chaves com um resultado prático: a implementação de sistemas geradores de energias renováveis em diferentes edifícios públicos.
Maio	Sistemas de Informação Empresariais em debate
Maio	Atividades Culturais - Ciclo de Primavera   "Gestão Artística e Cultural" e de "Educação Artística": Conferência "Formação Cultural Estética do Cidadão",
Maio	Atividades Culturais - Ciclo de Primavera   "Gestão Artística e Cultural" e de "Educação Artística": Conferência " Quando a Poesia e o Cinema falam do ser Professor"
Maio	Atividades Culturais - Ciclo de Primavera   "Gestão Artística e Cultural" e de "Educação Artística": Seminário "Cinema e vídeo na escola: relato de uma investigação-Ação"
Junho	Projeto de Centro de Inovação Empresarial e Logístico
Jun-Jul	Campanha de Praia encerra com saldo positivo: Alertar os veraneantes para os perigos de uma incorreta exposição ao sol, a distribuição de protetores solares e de chapéus panamás foram das muito bem recebidas pelo público
Junho	Workshop Bioemprende "Biotecnologia e suas aplicações na Saúde e Produção Animal"

DATA	Eventos de Carácter Técnico, Científico e Cultural
Junho	Atividades Culturais - Ciclo de Primavera   "Gestão Artística e Cultural" e de "Educação Artística": Fórum Internacional de Gestão Artística e Cultural - FIGAC 2011 - "O Voluntariado na Cultura".
Junho	Espetáculo "História Breve da Lua"   Angariação de fundos para os Projetos de Voluntariado para a Cooperação do IPVC em África.
Junho	Crise financeira alvo de análise no IPVC   Conferência "Condições Globais de Mercados e Risco Sistemático depois da Crise Financeira da Grécia e Irlanda"
Junho	Inovação Transfronteiriça em análise no IPVC., <b>Iniciativa decorreu no âmbito da Sessão de Encerramento do Projeto ECA-IT</b> subordinada ao tema "Estruturas Conjuntas de Apoio à Inovação Transfronteiriça" Com a realização de várias conferências como "A importância da Inovação na Economia do Conhecimento", pelo <b>renomado orador Praveen Gupta, entre outras.</b>
Junho	III FÓRUM DA QUALIDADE ESCE/IPVC
Junho	Jornadas Engenharia Eletrónica Redes Computadores
Junho	Seminário "Campos de Férias: da Teoria à Prática"
Junho	Sessão de apresentação do Projeto Veículos de Transferência: Desenho, Consolidação e Melhoria de Veículos de Transferência Tecnológica na Euro-Região
Junho	"Sentidos do Olhar" em Exposição
Junho	"Fórum do Mar" analisa exploração sustentável O Fórum integrou três componentes principais: Feira, Conferência Internacional "Valorização Económica e Sustentabilidade dos Recursos Marinhos" e atividades paralelas
Junho	Campo de Empreendedorismo Melgaço
Junho	Vara Festiva assinala marco histórico IPVC
Junho	Confraria do Vinho Verde: IPVC entronizado como mecenas   Para além de ser entronizado como Confrade Mecenas, o IPVC assinou protocolo de parceria com a Confraria, tendo como objetivo central o aumento da notoriedade do vinho verde. Para além disso, o protocolo de colaboração vem reforçar o papel de Confrade Protetor, como forma de reconhecimento do papel estratégico do vinho verde para a economia local...
Junho	IPVC marca presença em mais uma Feira do Livro
Julho	Seminário Tributação do Património
Julho	Turismo na ATLAS Summer University 2011
Julho	Politécnico de Viana firma parceria com Universidade Chinesa   Entre outros, o protocolo prevê a implantação de um curso de Mandarim, a ser ministrado numa das Escolas Superiores do IPVC. Para além disso, e graças a esta parceria, alunos e docentes das duas instituições serão beneficiados com a possibilidade de intercâmbio.
Julho	Grafi - Acordo Ortográfico - foi criado o Software Educativo (Grafi) de apoio à aprendizagem do novo acordo ortográfico, um jogo interativo e lúdico-educativo, que tem como objetivo principal apoiar os alunos na sistematização de algumas regras do Acordo Ortográfico
Jul-Set	Projeto académico resulta em exposição: <b>Desk Top (Mobiliário de Escritório)</b>
Verão	Turismo reforça aposta na Internacionalização: estágios (opcionais) durante o Verão, com a duração de dois a três meses em resorts/unidades hoteleiras, de diversas ilhas de Espanha e da Grécia   No âmbito da mobilidade, está previsto a ida de alunos para a Grécia, República Checa, Alemanha e Polónia, no âmbito do Programa Erasmus, e para o Azerbaijão, Arménia e Geórgia no âmbito do programa Erasmus Mundus. Está também programado o acolhimento de alunos da República Checa, Itália, Azerbaijão, Arménia e Geórgia.

DATA	Eventos de Carácter Técnico, Científico e Cultural
Julho	O IPVC também estará no NEOPOP. E tu?! O Festival NEOPOP já alcançou uma dimensão internacional, com particular incidência na Galiza e, sobretudo, junto da comunidade estudantil. Trata-se de um evento cultural plural e aberto a várias áreas artísticas, com especial destaque para música (pop rock e jazz), cinema, natureza, património histórico e gastronomia.
Agosto	O IPVC estará em Paredes de Coura. E tu?!   Parceiro Tecnológico do festival de Paredes de Coura   Inovação tecnológica: IPVC sempre à frente! Ver vídeo: Assinatura de protocolo IPVC e Festival Paredes de Coura 2011
Setembro	IPVC coordena candidatura do Cavalo Garrano a Património Nacional
Setembro	Do universo académico ao profissional: o caminho a percorrer inquérito <i>on-line</i> que se destina a recolher informações que pretendem traçar um panorama da actual situação profissional dos diplomados (bacharelato ou licenciatura) do IPVC entre os anos letivos 2004/05 a 2006/07.
Setembro	ESA-IPVC pela proteção dos animais Em ação formativa desenvolvida em parceria com a Animarco, foram observados, vacinados e desparasitados mais de uma dezena de canídeos dos muitos que a associação acolhe em suas instalações de abrigo
Setembro	IPVC qualificado para serviços e consultoria em I&DT <b>e inovação a PME no âmbito dos Vales I&amp;DT e Inovação</b>
Setembro	CIM Alto Minho e IPVC levam empreendedorismo às escolas   <b>projeto visa fomentar a apropriação social do espírito e cultura empreendedora nos três primeiros níveis de ensino, através da criação de ambientes de aprendizagem motivadores.</b> Iniciativa a desenvolver no âmbito do eixo da "Educação para o Empreendedorismo", da Rede Regional de Apoio ao Empreendedorismo do Alto Minho, coordenada pelo IPVC
Setembro	Barco do Empreendedorismo 2011 é mote para apresentação de publicação sobre a temática: Concurso Nacional de Ideias e a apresentação do livro "Empreendedorismo e Motivações Empresariais no Ensino Superior", cujo coautor é o Vice-Presidente do IPVC, Nuno Vieira e Brito, fruto do resultado de uma investigação que abrangeu mais de 6500 alunos do Ensino Superior de cariz politécnico...
Setembro	ESTG marcará presença no UNWTO 2011: mesa redonda intitulada <i>Higher Tourism Education Systems at Worldwide Level</i> , que visa fomentar o debate acerca do futuro da formação académica em turismo a nível mundial. Coordenador de Turismo do IPVC convidado para debater o futuro próximo da formação em turismo a nível global
Setembro	ESCE participará pela 1ª vez nas "24 Horas de Logística"
Setembro	Alto Minho recebe o 1º Congresso Internacional do Garrano
Set-Out	ESTG apresenta Exposição MDI - >>> Projetos visam desenvolver um perfil profissionalizante, pluridisciplinar e polivalente que sirva aos interesses e às necessidades das empresas envolvidas
Outubro	Alunos de Turismo participam em conferência internacional: Congresso Internacional de Turismo subordinado ao tema "Turismo: Diversificação, Diferenciação e Desafios", promovido pelo IPCA, o curso de Turismo do IPVC irá apresentar o projeto "Planear o Turismo Localmente: O Caso do Monte de Santa Luzia em Viana do Castelo".
Outubro	Congresso Internacional de Enfermagem Veterinária: A Fisioterapia em Animais de Companhia
Outubro	Design do Produto na Bienal EXD'11 conta com trabalhos realizados por alunos finalistas do curso de Design do Produto do IPVC. Trata-se de um projeto que foi dirigido a todos os alunos finalistas dos cursos de licenciatura e mestrado relacionados com a área do <i>design</i> , em Portugal e no Reino Unido.
Outubro	Tecnologia: Capacitar para Formar – 1ª Sessão Internacional do projeto - Politécnico de Viana do Castelo segue com investimentos em novas tecnologias e em fibra ótica, no âmbito do projeto Capacitar para Formar
Outubro	ESCE: Marketing Territorial em debate - Conferência "Marca Portugal", por Frederico D'Orey
Outubro	Encontro Nacional das ESEs organizado pela ESE-IPVC e ARIPESE
Outubro	Workshop "Ter ideias para mudar o Mundo" visa fomentar empreendedorismo nas escolas <b>Empreendedorismo para crianças</b>

DATA	Eventos de Carácter Técnico, Científico e Cultural
Novembro	ESS: Sessão de Abertura do novo Ano Letivo   Mesa Redonda "A Saúde na Atualidade"
Novembro	Semana Cultural da ESCE   Ciclo de Palestras: "Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação" - Jorge Garcia, ESCE-IPVC "Avaliação da Performance" , José Nuno Azevedo ESCE-IPVC "Marketing Pessoal", Manuel Pereira, ESCE-IPVC "Marketing de Aviação", Álvaro Leite, responsável pela área de Marketing de Aviação da ANA - Aeroportos de Portugal
Novembro	IPVC coordena 4º Seminário Internacional do Hidrogénio "Advances in Hydrogen Energy Technologie"
Novembro	Ciência e Tecnologia Alimentar em debate   "A dieta alimentar: passado, presente e futuro" é o tema central da segunda edição das Jornadas em Ciência e Tecnologia Alimentar
Novembro	Silicon Valley Comes to Viana! Evento de tecnologia e empreendedorismo irá trazer empreendedores mundiais a Lisboa e apresentar histórias de inspiração e sucesso a estudantes e empreendedores, em direto, para diversas cidades do país. Viana do Castelo será uma delas! assumindo a responsabilidade pela retransmissão do ciclo de conferências através do IPVC TV, canal de vídeo institucional. Sendo parceiro do SVC2LX, o IPVC terá acesso exclusivo para retransmitir a conferência pública
Novembro	Empreendedorismo é tema central do Fórum de Twente >>> Poliempreeende será um dos temas debatidos no certame. Nuno Brito, Vice-Presidente do Politécnico de Viana do Castelo, é um dos nomes já convidados para a edição deste ano, na Holanda
Novembro	IPVC colabora no I Congresso Internacional de Gastronomia e Vinhos do Porto e Norte de Portugal: Manuela Vaz Velho, Diretora ESTG-IPVC, foi oradora no Painel I "O Tecido Produtivo Certificado e de Excelência" do evento com a comunicação – "Dieta Atlântica – Origem e características" - Atlantic Diet - Origin and Features" - Painel I -
Novembro	"Encontro de Outono" em Viana do Castelo. Manuela Vaz Velho Diretora ESTG-IPVC, integrou o painel de oradores da primeira Sessão do evento, denominada "O Futuro da Cidade Portuária, a Cidade Portuária do Futuro".
Novembro	MDI representado na DESIGNA 2011 - Conferência anual de investigação em Design que adota o tema do clássico ensaio de Tomás Maldonado A Esperança Projectual, com o propósito de refletir sobre o desempenho da criatividade em tempo de crise. O evento conta com um leque de conferencistas convidados, a par da apresentação de comunicações resultantes de um 'blind call for papers', a publicar.
Novembro	Gestão Ambiental e Ordenamento do Território segunda edição das Jornadas em Gestão Ambiental e Ordenamento do Território
Novembro	ESA comemora 26 anos de atividades   Lição de sapiência "Agricultura multifuncional e desenvolvimento rural: a experiência do Projeto Querença", por António Covas, professor catedrático da Universidade do Algarve
Novembro	"GREEN CAMPUS - Desafio Eficiência Energética no Ensino Superior". O IPVC apresentou três dos seus edifícios a concurso: ESTG, ESE e Centro Académico
Dezembro	projeto denominado "Momento" é premiado no concurso Libris Design 2011. Trata-se de um candeeiro de design moderno e singular que, após ser premiado, esteve exposto no Salão Internacional de Mobiliário e Decoração de Lisboa , em simultâneo com o Lisboa Design Show.
Dezembro	7º Encontro Internacional das Artes "Educação e Sociedade: Diálogos da Arte com a Ciência"

DATA	Eventos de Carácter Técnico, Científico e Cultural
Dezembro	Por um mundo de cooperação! I Fórum Viana do Castelo, Cidade Saudável "Pensar a Saúde, Sentir a Cidade" "Voluntariado Académico" Testemunhos de Alunos IPVC "Indicadores de Saúde da População de Viana do Castelo   Equipa do Observatório de Saúde", Carlos Subtil Docente ESS-IPVC "A Atividade Física em meio Urbano", Pedro Bezerra da ESDL-IPVC "Envelhecimento Ativo e Relacionamento Intergeracional, Alice Bastos da ESE-IPVC
Dezembro	PROTEC   GEORISK: evento reúne especialistas do sector Seminário "Avaliação e Gestão de Riscos: PROTEC   GEORISK – Proteção Civil e Gestão de Riscos no Alto Minho" e lançamento público da Acção n.º 2 – Inventariação, produção e aquisição de cartografia de base e temática, em que foram apresentados o campo de acção, o modelo de desenvolvimento e os produtos esperados no quadro deste projeto.
Dezembro	ESE promove Encontros Intergeracionais: Exposição "8 e 80 - Encontros Intergeracionais", no âmbito do "2012 - Ano Europeu do Envelhecimento Ativo", um projeto levado a cabo por alunas do 3º ano do curso de Educação Básica, no campo de ação da disciplina de Arte, Pedagogia e Cidadania Crítica. O principal objetivo desta exposição é destacar a importância de manter a solidariedade intergeracional em sociedades onde o número de pessoas idosas aumenta rapidamente.
Dezembro	Seleção de Agentes da Cooperação Portuguesa no âmbito do Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau – fase II (PASEG II)
Dezembro	ESA promove Workshop Bioemprende Empreendedorismo em Biotecnologia: desafios e oportunidades
Dezembro	IPVC convida para mais um lançamento literário Cerimónia de Divulgação do livro "O Sistema de Ensino Superior Português Expansão e Desregulação", autoria do Senhor Presidente do Conselho Geral IPVC, Prof. Luciano de Almeida
Dezembro	SIG apresenta Seminário Final: Seminário de encerramento da Pós-Graduação de Sistemas de Informação Geográfica " <b>A capacitação e o desenvolvimento dos Sistemas de Informação Geográfica Municipais</b> "
Dezembro	Conferência "A Crise Financeira e a Evolução Futura", pelo Prof. Elísio Brandão
Dezembro	GEED-IPVC promove voluntariado e mobilidade: Curso Livre – Cooperação, Cidadania e Desenvolvimento IV
Dezembro	ESA-IPVC e CNJ promovem Seminários: "Proteção Integrada da Vinha" e "Proteção Integrada da Macieira"
Dezembro	Workshop Eficiência Energética e Renováveis: Eficiência Energética e Renováveis vs Inovação"

(GCI-IPVC-2011)

Outras atividades desenvolvidas no âmbito da Promoção e Imagem, podem ser enquadradas nas seguintes áreas de intervenção: Divulgação Institucional, Imagem Campanha Anual, Publicidade nos Media, Semana Académica, Feiras do Livro, Eventos Culturais e Desportivos (Feira do Cavalo, Feira do Livro, Festival de Paredes de Coura, Arte na Leira, entre outros...), Campanha Anual nas Escolas Secundárias e Publicações.

Nesta última área de intervenção destacam-se as seguintes publicações:

- Publicação em parceria do Livro "O Empreendedorismo no Ensino Superior Politécnico" – Estudo realizado no âmbito do Poliemprende que caracteriza o espírito empreendedor dos alunos do Ensino Superior Politécnico.

- Publicação do Guia de Acolhimento 2011/2012;
- Publicação do "Guia do Estudante Erasmus do IPVC" – publicação bilingue com informações sectoriais necessárias ao bom acolhimento e informação a prestar aos estudantes que vêm do estrangeiro estudar para o IPVC, no âmbito de programas de mobilidade internacional;

### III.6. RELAÇÕES EXTERNAS

No que respeita às estratégias a prosseguir no âmbito da ligação à sociedade e internacionalização, tendo em vista a intensificação da cooperação com outras instituições e o incremento da mobilidade internacional o IPVC deu seguimento às políticas definidas para este vetor, nomeadamente:

- Continuar a celebrar parcerias/protocolos de cooperação com outras entidades, públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- Estabelecer redes de cooperação com instituições nacionais e internacionais;
- Divulgar os protocolos de cooperação do IPVC com outras instituições;
- Visitar outras instituições de ensino superior e organizar/preparar visitas de representantes de instituições parceiras do IPVC;
- Promover Programas de Mobilidade e Cooperação;
- Incrementar o número de estudantes e docentes em mobilidade;
- Desenvolver projetos de intercâmbio de estudantes e docentes;
- Aumentar o recrutamento de estudantes estrangeiros.

#### III.6.1. Ligações à Comunidade

O IPVC estabelece um elo com a sociedade que se alicerça num programa de iniciativas, atividades e ações que permitem estimular, desenvolver e difundir o conhecimento científico junto de todos os seus intervenientes, tal como estudantes, docentes, outras universidades nacionais e estrangeiras, empresas e instituições governamentais.

As ligações à comunidade podem estabelecer-se de formas distintas:

- Prestação de serviços (ocorre em duas áreas fundamentais: a formação e a investigação);
- Organização de iniciativas e eventos abertos à comunidade externa, ou tendo como destinatário o grande público;

- Parcerias com a sociedade civil;
- Participação, a título individual, de docentes em iniciativas diversas, devidamente autorizada ou com o conhecimento do IPVC e utilizando o seu nome.

Ao longo do ano de 2011, o IPVC contou com a comunidade em que está inserido, da mesma forma que a comunidade pôde contar com o IPVC, através do desenvolvimento de atividades científicas, prestação de serviços à sociedade e estabelecimento de parcerias com a sociedade civil.

### III.6.2. Saídas Profissionais

O IPVC disponibiliza uma Bolsa de Emprego *online* no seu portal na Internet.

Este serviço tem como principal objetivo dinamizar a empregabilidade dos seus diplomados, procurando a sua inserção no mercado de trabalho. Procura gerir a oferta de emprego por parte de entidades empregadoras da região, do país e até estrangeiras.

Para além disso, e relativamente à inserção dos diplomados na vida ativa existe, no seio do IPVC, uma estrutura que visa contribuir especificamente para esse fim: a **UNI-VA-IPVC** – Unidade de Inserção na Vida Ativa do IPVC. Trata-se de um projeto desenvolvido em parceria com o Instituto de Formação Profissional, que visa colaborar na inserção profissional dos jovens diplomados e candidatos a primeiro emprego, provenientes das Escolas Superiores do IPVC. Promove toda uma ação que visa o acolhimento, a informação, a orientação profissional, o apoio e o acompanhamento dos alunos nas suas experiências no mundo do trabalho, facilitando desta forma a articulação entre a formação académica e a posterior atividade profissional, nomeadamente através de:

- Aquisição de técnicas e competências na procura de emprego (elaboração de cartas de resposta a anúncios, elaboração de *curriculum vitae*, técnicas de procura de emprego, etc.);
- Informação sobre ofertas de emprego e/ou formação profissional;
- Entreatajuda e incentivo na procura de emprego;
- Promoção e divulgação de ofertas de emprego no estrangeiro – consultadoria EURES;
- Apoio na preparação de entrevistas para emprego.

Durante 2011, deu-se continuidade ao projeto do Portal dos Antigos Alunos e ao mecanismo de auscultação desses graduados do IPVC. Esta ferramenta tem como objetivo o apoio aos diplomados, divulgando informação sobre ofertas de emprego, de

estágios, de formações que permitam aos estudantes uma melhor integração na nova fase e que permita também às empresas/instituições empregadoras terem informações sobre os alunos finalistas e recém-licenciados. Ainda em 2011, foram levadas a cabo três palestras subordinadas ao tema: "Inserção na Vida Ativa", nomeadamente na Câmara Municipal de Ponte de Lima, Escola Profissional EPRALIMA e Escola Superior de Ciências Empresariais de Valença.

### III.6.3. Cooperação Nacional e Internacional

A cooperação passa pela colaboração e celebração de acordos e protocolos que abrangem diversos âmbitos, como relações de trabalho, de investigação e de ensino.

No ano de 2011, o IPVC celebrou acordos/protocolos com outras instituições (tabela nº 25):

**Tabela nº 25 - Acordos / Protocolos estabelecidos em 2011**

Acordos/Protocolos
- IPVC/FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia)
- IPVC/CESPU (Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário)
- IPVC/Metalúrgica do Levira, S.A.
- IPVC/Universidade Federal de Pernambuco
- IPVC/Município de Viana do Castelo
- IPVC/Confraria do Vinho Verde
- IPVC/Município de Valença
- IPVC/FCCN (Fundação para a computação Científica Nacional)
- IPVC/RITMOS (Agenciamento e Produção de Artistas e Espetáculos, Ld.ª)
- IPVC/Universidade Fernando Pessoa
- IPVC/CEFET/RJ (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro)
- IPVC/RETE (Associação para a colaboração entre Portos e Cidades)
- IPVC/GPCG (Grupo Português de Computação Gráfica)

- IPVC/Aprender a Empreender (Associação dos Jovens Empreendedores de Portugal)
- Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto (ESS-IPVC)
- Hospital Póvisa, SA – Espanha (ESS-IPVC)
- Ordem dos Enfermeiros (Programa Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem) (ESS-IPVC)
- Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE. (ESS-IPVC)

### III.6.4. Cooperação com os PALOP

O GEED tem por missão:

- 1) contribuir para o reforço e melhoria dos atuais instrumentos de cooperação e internacionalização;
- 2) potenciar e disseminar as suas atividades de intervenção e investigação na área da educação internacional e comparada;
- 3) reforçar os laços históricos e culturais com países do Sul, permitindo o emergir de novas relações internacionais na área da educação;
- 4) promover projetos de cooperação, no âmbito do combate à pobreza, através do incentivo à educação básica de qualidade para todos;
- 5) apoiar as práticas pedagógicas e outras iniciativas de consciencialização sobre o desenvolvimento;
- 6) permitir a integração na ESE e no IPVC de temáticas ligadas à cooperação e educação para o desenvolvimento;
- 7) contribuir para a pesquisa e a docência sobre as questões da cooperação internacional na área da educação de acordo com as solicitações dos parceiros no contexto de desenvolvimento.

Durante o ano de 2011, o GEED promoveu ações de constituição de várias missões de estudo, conceção, acompanhamento e avaliação de projetos envolvendo docentes do IPVC a Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau, a participação de estudantes em projetos de voluntariado para a cooperação, a formação de técnicos cooperantes, o apoio à cooperação descentralizada, entre outras atividades. Será de destacar o papel relevante que o IPVC tem no desenvolvimento curricular que se encontra associado à criação da Escola Superior de Educação de Bissau.

São fatores que demonstram o esforço da ESE-IPVC no sentido da apropriação e institucionalização desta área de trabalho e investigação. Foram desenvolvidos três Projetos de Voluntariado para a Cooperação, nos quais participaram 9 voluntários e no âmbito do Programa de mobilidade do IPVC em espaço lusófono (Ilha de Santiago, Cabo Verde) estiveram envolvidos 8 estudantes e 3 docentes.

### III.7. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A partir Janeiro de 2011, os Serviços de Informática do IPVC, iniciaram a implementação da gestão de execução física de projetos e pacotes de serviços segundo alguns dos requisitos da Framework, do PMI (Project Management Institute).

A tabela seguinte descreve todos os projetos executados (que tiveram atividade no ano de 2011) no período de análise deste relatório, sendo que alguns destes podem prolongar a sua execução para o ano de 2012.

Tabela n.º 26 – Serviços de Informática

PROJETO OU PACOTE DE SERVIÇOS	DATA DE INICIO	DATA DE FIM
Plataforma da UMA	01-01-2011	31-12-2011
Plataforma UIDICTA	01-06-2011	30-06-2011
Modernização dos Recursos Humanos	01-01-2011	31-12-2011
Plataforma UNIMINHO	01-01-2011	28-02-2011
OTIC: Módulo de Gestão de Projetos	01-03-2011	30-04-2011
Plataforma SPRENPLAN	01-11-2011	
Distribuição do Serviço de Docente – Análise e Operação	01-09-2011	30-09-2011
RH: Carregamento dos dados de Formação	01-12-2011	30-12-2011
POPH: Formação na área de Recursos Humanos	01-10-2011	30-11-2011
WebFlow	01-01-2011	31-01-2011
Suporte Apicacional/Informático aos SAF	01-01-2011	31-12-2011
PMO – Project Management Office	01-01-2011	28-02-2011
Gestão de Contratos	01-05-2011	30-07-2011
HelpDesk IPVC	01-06-2011	30-06-2011
OTIC: Módulo de Gestão de Orçamentos	01-03-2011	30-04-2011
Festival Paredes de Coura – Leitor de RSS	01-07-2011	30-08-2011
ON – Sistema de Gestão Documental	01-11-2011	
Plataforma Tecnológica Regional	01-01-2011	31-12-2011
Sistema de Monitorização de Comunicações	01-01-2011	31-12-2011
Sistema de Vídeo Vigilância	01-01-2011	31-01-2011
CIM: Sistema de Comunicações	01-01-2011	31-12-2011
ESDL: Comunicações	01-03-2011	30-03-2011
IPVC: Rede de Comunicações	01-11-2011	30-11-2011
IPVC: Matrículas e Inscrições 2011/2012	15-09-2011	20-10-2011
Sistema de Detecção de Incêndios	01-04-2011	30-04-2011
Implementação de Terminais VoIP	01-01-2011	31-12-2011
Eduroam: Evolução da Rede WiFi	01-01-2011	31-12-2011
Festival NEOPOP	01-07-2011	02-08-2011
Capacitar para Formar: Infraestrutura das Unidades	01-07-2011	14-09-2011
IPVC@TV	01-01-2011	31-12-2011
CMVC: Rede de Comunicações	01-01-2011	31-12-2011
Suporte à infraestrutura dos Serviços Centrais	01-01-2011	31-12-2011
Vídeo Conferências	01-01-2011	31-12-2011
VOIP@RCTS ESTG	01-01-2011	28-02-2011
REESTRUTURAÇÃO REDE CD E CTC NA ESTG	01-01-2011	31-01-2011
VOIP@RCTS ESA	01-02-2011	31-03-2011
VOIP@RCTS ESE	01-04-2011	30-05-2011
VOIP@RCTS SAS	01-04-2011	30-04-2011
VOIP@RCTS ESCE	01-04-2011	30-05-2011
VOIP@RCTS ESS	01-06-2011	30-07-2011
VOIP@RCTS ESDL	01-08-2011	15-09-2011
EVENTO FÍSICA EERC	01-05-2011	30-05-2011
I JORNADAS EERC	01-06-2011	30-06-2011
FESTIVAL PAREDES DE COURA 2011	01-08-2011	31-08-2011

PROJETO OU PACOTE DE SERVIÇOS	DATA DE INICIO	DATA DE FIM
LABORATÓRIOS ESTG	01-07-2011	15-09-2011
REESTRUTURAÇÃO COMUNICAÇÕES IPVC	01-10-2011	30-11-2011
LIGAÇÃO NOVOS EDIFÍCIOS CMVC	01-11-2011	31-12-2011
SUPORTE VOIP@RCTS	01-01-2011	31-12-2011
COMUNICAÇÕES CIM	01-01-2011	31-12-2011
MONITORIZAÇÃO DA REDE COMUNICAÇÕES IPVC	01-01-2011	31-12-2011
SUPORTE CMVC/SMSBVC	01-01-2011	31-12-2011
SUPORTE SALA ACESS GRID	01-01-2011	31-12-2011
CADERNOS ENCARGOS/ANÁLISE PROPOSTAS	01-01-2011	31-12-2011
SUPORTE UTILIZADORES SC	01-01-2011	31-12-2011
Inquérito a Licenciados (2004/05 a 2006/07)	01-01-2011	30-09-2011
Plano Estratégico	01-01-2011	31-01-2011
SAS-ON	01-02-2011	28-02-2011
UMA e Un. Matemática	01-02-2011	28-02-2011
Bolsas de Mérito	01-02-2011	28-02-2011
ADISPOR	01-02-2011	28-02-2011
Inquérito Avaliação da Qualidade do Ensino	01-03-2011	15-09-2011
Touch Screen IPVC para a promoção da Instituição	01-03-2011	30-03-2011
Inq. Aval. Satisf. Utilizadores Biblioteca	01-04-2011	30-04-2011
Candidaturas Maiores de 23 anos	01-04-2011	30-04-2011
Bolsa de Formadores	01-05-2011	30-05-2011
Inquérito da Avaliação da Satisfação dos Colaboradores	01-06-2011	30-06-2011
Concursos especiais + Reingresso, transferência e mudança de curso	01-07-2011	15-09-2011
World Finance Conference	01-08-2011	30-08-2011
Plataformas institucionais em produção	01-01-2011	31-12-2011
PORTAL CIT - UNIMINHO	01-01-2011	30-01-2011
Preparação de Diversos Projetos	01-02-2011	28-02-2011
Portal Candidatura do Garrano a Património Nacional	01-02-2011	01-07-2011
Redes Sociais	01-02-2011	30-03-2011
Portal Internacional	01-03-2011	30-05-2011
Portal 2º Congresso Internacional Enfermagem Veterinária	01-06-2011	30-07-2011
Portal ESDL	01-08-2011	30-08-2011
Portal Congresso Internacional de Valorização de Produtos Tradicionais	01-09-2011	20-10-2011
Portal IPVC MULTIMÉDIA	01-10-2011	31-12-2011
Portal IPVC V3	01-01-2011	31-12-2011
Portal IPVC	01-01-2011	31-12-2011

### III.8. APOIOS SOCIAIS

Ao nível dos SAS do IPVC, o reforço da ação social é uma abordagem que foi iniciada em 2008 através do alargamento do número de camas em residências, tendo tido continuidade no ano de 2009 e 2010. No ano de 2011, foram operacionalizadas um conjunto de medidas para aumentar o valor dos serviços prestados e regulamentado um novo formato de apoio social aos alunos (Bolsa de colaboradores).

### III.7.1. Alimentação

Os SAS, através da área da alimentação, asseguram à comunidade académica refeições a preços subsidiados, sendo possível diariamente a opção entre carne, peixe e dieta. O preço das refeições é, nos termos do despacho do Ministro da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior nº. 22 434/2002 (2ª. série), de 1 de Outubro, indexado ao valor do Salário Mínimo Nacional, sendo o mesmo atualizado no início de cada ano letivo.

Os SAS durante o ano de 2011 continuaram com medidas para melhorar os serviços de alimentação prestados, como já tem sido uma constante desde 2008.

Implementaram-se em todos os bares um serviço de saladas variadas frias, de modo a possibilitar diversidade da gama de refeições leves oferecidas.

Foram realizadas formações para todos os colaboradores com os temas:

- Princípios de nutrição e Alimentação (bar e cantina)
- Primeiros socorros (bar e cantina)
- Utilização de equipamentos de combate a incêndios — Extintores (bar e cantina)
- Funcionamento e conservação dos equipamentos das cozinhas (bar e cantina)
- Introdução ao Sistema HACCP (bar e cantina)
- Comunicação interpessoal (bar e cantina)
- Sistema SIVE (bar)
- Produção de refeições em atmosfera modificada. (cantina)

Tabela n.º 27 - Caracterização das Unidades Alimentares

Caracterização das Unidades Alimentares, com refeição subsidiada	
N.º Unidades exploradas diretamente	6
Capacidade (Lugares)	638
Nº de refeições servidas	98367
Nº de dias da semana em que estão abertas	5
Nº de dias em que estão abertas por ano	210
Tipo de refeições servidas	Almoço e Jantar
Nº de pratos de opção	3
Comparticipação do estudante (ano letivo 10/11)	€2,35
Escola Superior de Desporto e Lazer	
Refeições servidas no Restaurante	5723
Comparticipação do estudante (ano letivo 10/11)	€2,35
Custo da refeição	€4,80

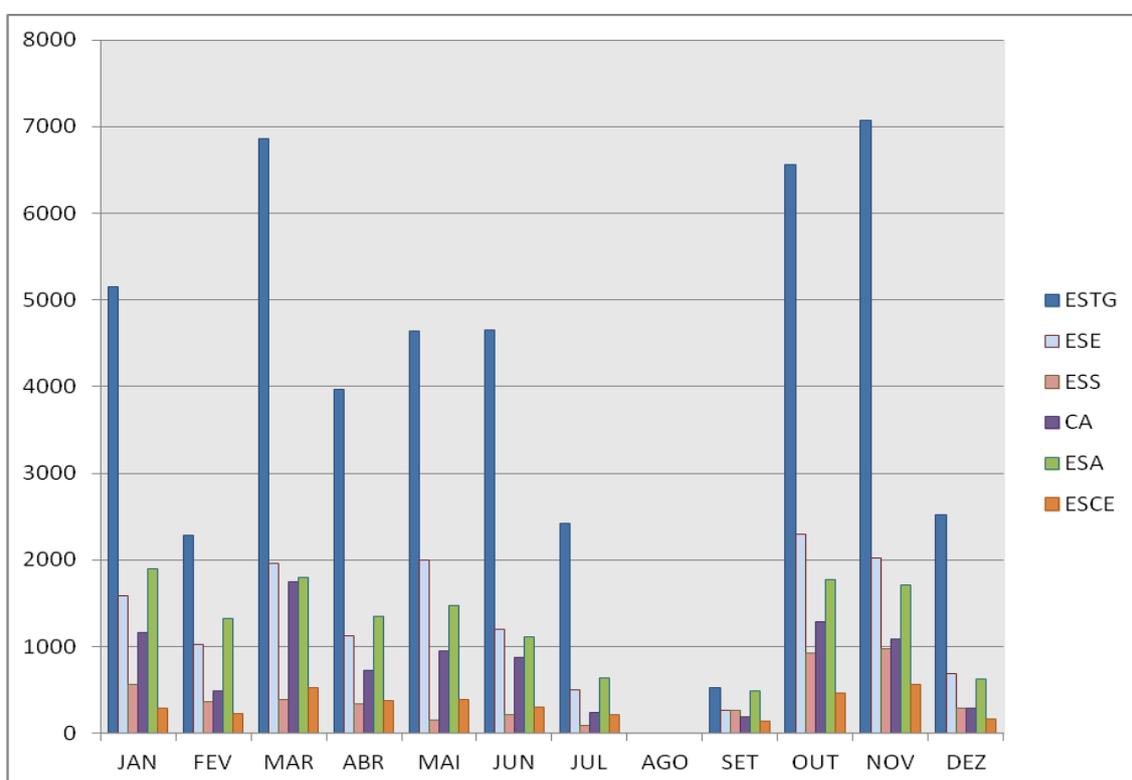


Gráfico n.º 13 - Número de refeições servidas nas cantinas dos SAS durante 2011. (Fonte SAS-IPVC-2012)

Pelo gráfico é fortemente visível o elevado número de refeições servidas na cantina da ESTG comparativamente com as restantes unidades onde são servidas refeições.

Contrariamente existe um decréscimo das refeições servidas na ESS, na ESA e no CA. Assim, a diminuição do número de jantares servidos no CA, pode estar refletida no aumento das refeições servidas na ESTG.

O aumento nas refeições servidas na cantina da ESE deve-se à implementação do serviço Grill e opções variadas.

Integrados na área alimentar, existem também bares, que fornecem serviços de cafetaria e padaria diversos e onde se podem adquirir refeições ligeiras. Os serviços de alimentação têm capacidade para prestar apoio a seminários, eventos ou outros serviços que a comunidade académica lhe solicite. De acordo com as solicitações são disponibilizados serviços de almoço ou jantar, *coffee-break*, e Porto ou Verde de Honra.

**Tabela n.º 28 - Caracterização de Outras Unidades Alimentares**

Caracterização de outras Unidades Alimentares (Snack-bars)	
Nº Unidades exploradas diretamente	5
Nº de dias da semana em que estão abertas	5
Nº de dias em que estão abertas por ano	210

### III.7.2. Alojamento

A atribuição do alojamento é feita por concurso anual podendo os estudantes de outras instituições de ensino superior utilizar as residências, respeitando o seu Regulamento Interno, aprovado com a colaboração das comissões de residentes. Na Residência CA além das abaixo mencionadas existem mais 12 camas divididas por 6 quartos duplos destinados a visitantes e convidados. Na Residência 03-ESA além do apartamento de 5 camas, existem ainda 1 quarto duplo e 1 quarto individual destinados igualmente a instituições e 1 quarto duplo para estudantes com mobilidade reduzida. As instalações poderão ser cedidas a docentes e alunos de outras instituições, bem como a outras entidades que o solicitem, desde que não haja incompatibilidade com as atividades escolares.

**Tabela n.º 29 - Número de alunos alojados por residência entre os anos de 2007 a 2011.**

Residência		Centro Académico		E.S.E.		E.S.A.	
		Nº Alunos Alojados	Taxa de Ocupação	Nº Alunos Alojados	Taxa de Ocupação	Nº Alunos Alojados	Taxa de Ocupação
Ano	2011	180	96%	119	96%	134	88%
	2010	180	100%	117	100%	129	100%
	2009	180	100%	114	96%	131	99%
	2008	180	100%	116	100%	128	97%
	2007	180	100%	111	95%	115	86%

(Fonte: SAS-2012)

### III.7.3. Bolsas de Estudo

No processo de atribuição de bolsas de estudo os SAS têm vindo a utilizar critérios, que se pretendem cada vez mais rigorosos e transparentes, tendo em vista que os estudantes verdadeiramente carenciados possam usufruir, em tempo útil, dos benefícios a que têm direito. Assim, são promovidas entrevistas aos candidatos, quer por sua iniciativa, quer por iniciativa dos serviços, proporcionando aos estudantes um total esclarecimento da decisão ou esclarecendo dúvidas encontradas nos requerimentos. Os SAS promovem ainda visitas domiciliárias com o objetivo de apurar a veracidade dos elementos declarados na candidatura a bolsa de estudo.

Este ano ficou marcado pela alteração da legislação com a publicação de um diploma único para atribuição de Bolsas de Estudo a estudantes do Ensino Superior Público, passando haver uma maior homogeneidade entre as instituições.

**Tabela n.º 30 - Caracterização da População Bolseira**

Caracterização da População Bolseira	
População escolar	4367
Nº de candidatos a bolseiros no ano letivo 10/11	2050
Nº de bolseiros	1450
Encargo global em (em euros) em 2011	3 086 509

(Fonte: SAS-2012)

### III.7.4. Bolsa de Colaboradores

O Conselho de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, atento à evolução das necessidades de uma comunidade estudantil cada vez mais heterogénea (resultado do alargamento do ensino superior a novos públicos e a novos estratos sociais) e tendo por base os resultados de diversos trabalhos de investigação realizados na Europa, na América do Norte e na Austrália, a análise de algumas das melhores práticas nacionais e internacionais de apoio aos alunos do ensino superior, bem como o disposto na alínea b), do nº1, do artigo 24º da Lei 62/2007 de 10 de Setembro (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior), no qual é atribuída às instituições de ensino superior a incumbência, no âmbito da sua responsabilidade social, de “reforçar as condições para o desenvolvimento da oferta de atividades profissionais em tempo parcial pela instituição aos estudantes, em condições apropriadas ao desenvolvimento simultâneo da atividade académica”, desenvolveu no âmbito das competências

previstas nos números 1 e 2 do artigo 11º do D.L. 129/93 de 22 de Abril, um novo esquema de apoio social, ao qual deu o nome de bolsa de colaboradores.

Através deste formato de apoio social pretende-se responder a novos tipos de carências identificadas ao longo dos últimos anos nos estudantes do IPVC, as quais não possíveis de ser ultrapassadas pelos tradicionais formatos de apoio social direto e indireto. Paralelamente, importa referir que os alunos atualmente debatem-se com diversos problemas que influenciam o seu sucesso académico e eventualmente contribuem de forma significativa para o abandono escolar. Estes problemas são, não só de natureza financeira dos alunos e dos respetivos agregados familiares, mas também de integração social e académica na instituição, de desenvolvimento de competências transversais e de acesso ao mercado de trabalho.

Importa ainda referir que os resultados de diversos estudos internacionais concluíram que a compatibilização entre a colaboração em tarefas na instituição de ensino superior a frequência de atividades letivas é possível e até desejável, uma vez que se traduz em níveis mais elevados de sucesso escolar, dado que estas atividades contribuem para ajudar os alunos a desenvolverem competências importantes na gestão das suas atividades de estudo, nomeadamente organização, responsabilidade, disciplina e método de trabalho.

Pretende assim, o Conselho de Ação Social do IPVC, para além de apoiar economicamente os alunos mais necessitados, estimular igualmente o desenvolvimento do estudante como um todo, na certeza que para além de permitir reduzir as situações de abandono escolar, este formato de apoio irá contribuir de forma significativa para promover o sucesso académico e assegurar melhores condições de empregabilidade e sucesso profissional.

**Tabela n.º 31 - Caracterização da Bolsa de Colaboradores (BC)**

Escola	Alunos	Alunos Inscritos na BC	Alunos Colaboradores	Total de Bolsas
E.S.E.	741	86	37	25.473,60 €
E.S.A	561	50	18	6.584,00 €
E.S.T.G.	2205	127	52	37.108,80 €
E.S.S.	395	0	0	0,00 €
E.S.C.E.	346	9	9	13.459,20 €
E.S.D.L.	119	2	2	168,00 €
<b>Total</b>	<b>4367</b>	<b>274</b>	<b>118</b>	<b>82.793,60 €</b>

(Fonte: SAS-2012)



Instituto Politécnico  
de Viana do Castelo

CAPÍTULO

# 4.

---

## RECURSOS

## IV. RECURSOS

### IV.1. RECURSOS HUMANOS

#### IV.1.1. DOCENTES

Através do Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de Agosto, alterado pela Lei n.º 7/2010, de 13 de Maio, uma profunda alteração foi operada ao Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP). Este articulado representou uma intensa atividade na área de recursos humanos para adaptação ao novo regime.

Extinguiram-se categorias existentes e foram consagradas novas categorias, impondo o doutoramento ou o título de especialista como exigência de qualificação para a entrada na carreira. O mesmo Decreto-Lei estabelece novos vínculos jurídicos do pessoal docente, assegurando assim a compatibilização desta carreira especial com o regime geral da função pública, nomeadamente, com a Lei de Vinculação, Carreiras e Remunerações (Lei n.º 12- A/2008, de 27 de Fevereiro).

Paralelamente à alteração ao ECPDESP, o citado diploma prevê um regime transitório, visando também, conforme consta do preâmbulo do diploma, a promoção d' "a estabilização do corpo docente dos institutos politécnicos". Assim, impõe a abertura, em espaço de tempo definido de dois e cinco anos, de concursos para a carreira.

Na mesma data da publicação do Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de Agosto, foi ainda publicado o Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de Agosto, que regulamenta o título de especialista. Este Decreto-Lei, com profundos e importantes reflexos na carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico, necessita de regulamentação do seu conteúdo, função enviada às instituições de ensino superior no seu conjunto.

O novo ECPDESP carece ainda de ampla regulamentação relativa à gestão do pessoal, de forma a conseguir atingir a sua plena eficácia. Essa regulamentação cabe às Instituições de ensino superior, no âmbito da sua autonomia.

As políticas de apoio à valorização e formação, nomeadamente através de bolsas para doutoramento, visaram qualificar o corpo docente e preparar para as exigências relativas à acreditação de cursos e sua aprovação pela Agência Nacional.

De referir ainda, que no decurso de 2011, foi objeto de discussão pública o Projeto de Regulamento de Avaliação de Desempenho do Pessoal Docente.

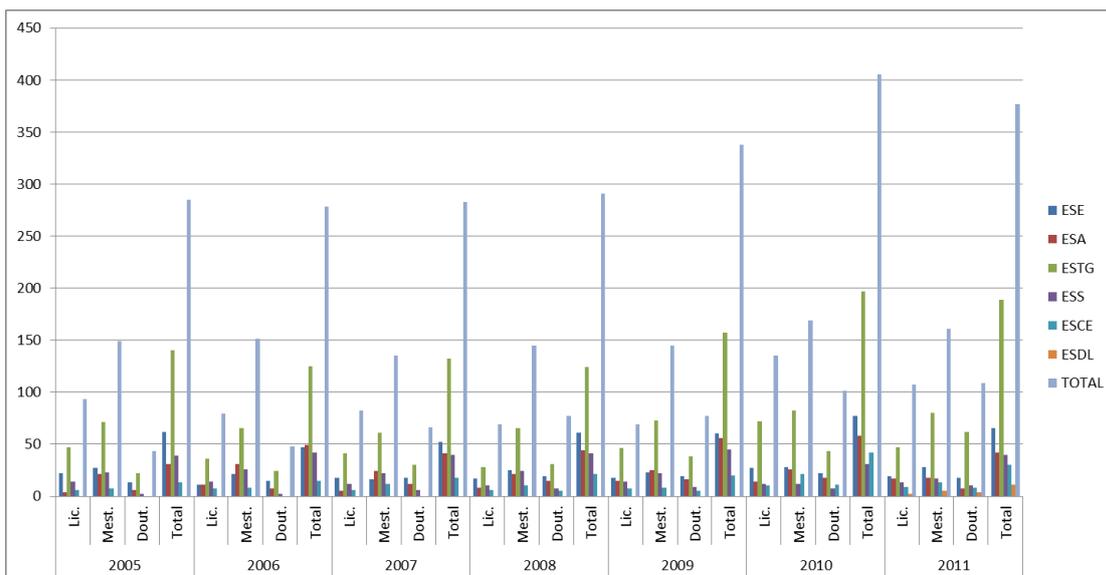


Gráfico nº 14 -Evolução do corpo docente 2005 a 2011  
(Fonte: Serviços de Recursos Humanos do IPVC - 2011)

O corpo docente do IPVC, considerando ETI, cifrava-se, a 31 de Dezembro de 2011, em 280,8 docentes, sendo que a sua distribuição por escola superior é a seguinte: ESE: 41,7; ESA: 37,0; ESTG: 137,9; ESCE: 21,4; ESDL: 7,7 e ESS: 35,1.

Tabela nº 32 - Corpo Docente por Escola e Grau de Formação (2011)

	ESE	ESA	ESTG	ESCE	ESS	ESDL	Total
Doutoramento	19	17	47	9	13	2	107
Mestrado	28	18	80	13	17	5	161
Licenciatura	18	7	62	8	10	4	108
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>42</b>	<b>189</b>	<b>30</b>	<b>40</b>	<b>11</b>	<b>376</b>

(Fonte: Serviços de Recursos Humanos do IPVC - 2011)

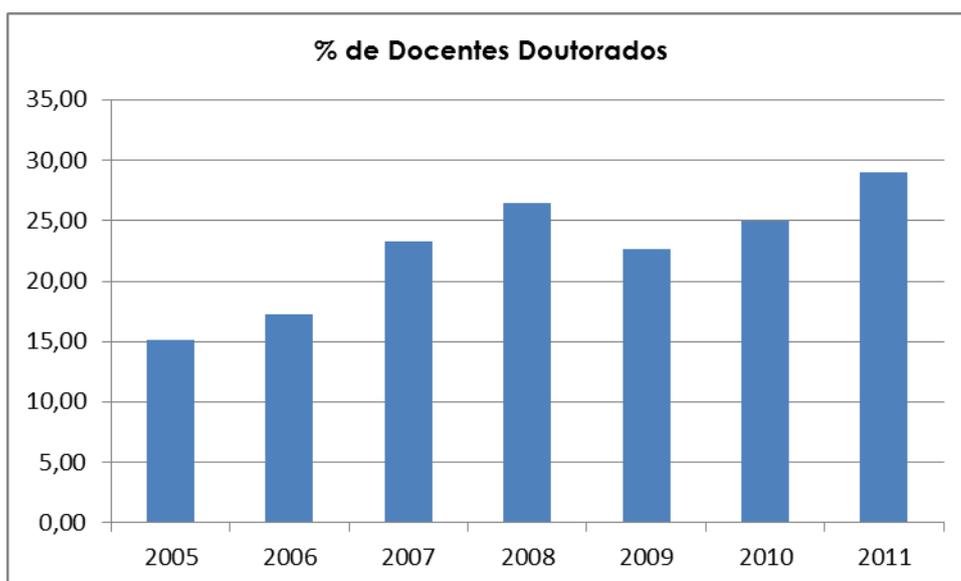


Gráfico nº 15 - Evolução da % de nº de Doutorados no Corpo Docente  
(Fonte: Serviços de Recursos Humanos do IPVC - 2011)

A existência de um corpo docente de qualidade é, para o IPVC, um dos seus principais objetivos. Neste sentido, tem vindo a ser realizado nos últimos anos um esforço significativo na melhoria da sua qualificação, que se pretende reforçar em 2012. Com efeito, mais de 70 docentes do IPVC encontram-se em doutoramento, com redução de tempo parcial de serviço docente. Registe-se que em 2011, nove docentes concluíram o seu Doutoramento.

O corpo docente apresenta, no final de 2011, a seguinte distribuição:

**Tabela n.º 33 - Distribuição dos docentes , por categoria**

Categoria	ESE	ESA	ESTG	ESCE	ESS	ESDL	Total
Professor Coordenador	3	2	10		6	0	21
Professor Adjunto	20	18	33	4	23	1	99
Professor Coordenador convidado	0	0	1	0	0	0	1
Equiparado a professor adjunto	1	2	8	1	2	1	15
Professor Adjunto Convidado	2		7	7	1	0	17
Assistente do 2º Triénio	0	1	0	0	0	0	1
Assistente do 1º Triénio	0	0	0	0	1	0	1
Equip. Assistente do 2º Triénio c/mestrado ou dout.	3	10	39	6	1	3	62
Equip. Assistente do 2º Triénio	0	2	13	2	2	0	19
Equiparado a Assistente do 1º Triénio	7	1	3	1	1	2	15
Assistente Convidado	28	6	75	9	3	4	125
<b>Total Docentes</b>	<b>64</b>	<b>42</b>	<b>189</b>	<b>30</b>	<b>40</b>	<b>11</b>	<b>376</b>

(Fonte: Serviços de Recursos Humanos do IPVC - 2011)

#### IV.1.2. Pessoal Não Docente

Em Dezembro de 2011, o IPVC, no seu todo, apresentava um total de 173 funcionários, como demonstra o quadro abaixo.

**Tabela n.º 34 - Evolução do Pessoal Não Docente por UO, no período de 2008-2011**

	SC	SAS	ESE	ESA	ESTG	ESCE	ESS	Total
<b>2008</b>	25	52	15	23	35	4	15	169
<b>2009</b>	37	63	12	22	29	4	13	180
<b>2010</b>	34	63	11	20	28	4	11	171
<b>2011</b>	35	63	9	20	30	5	11	173

(Fonte: Serviços de Recursos Humanos do IPVC – 2011)

**Tabela nº 35 – Caracterização do Pessoal Não Docente**

	SC	ESE	ESA	ESTG	ESCE	ESS	SAS	Total
Presidente	1							1
Vice-Presidente	2							2
Administrador	1						1	2
Chefe de Divisão	2							2
Técnico Superior	15	1	4	11	2	3	2	38
Coordenador Técnico	2			1		1		4
Assistente Técnico	7	3	4	12	2	6	7	41
Assistente Operacional	5	4	10	2	1	1	52	75
Informático	3	1	2	4			1	11
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>9</b>	<b>20</b>	<b>30</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>63</b>	<b>176</b>

(Fonte: Serviços de Recursos Humanos do IPVC – 2011)

## IV.1.3. Formação Profissional

No que concerne à formação do Pessoal Não Docente, dentro das possibilidades financeiras da instituição, continuou-se o esforço de investimento em ações de formação. Por outro lado, a nova realidade surgida dos estatutos em aprovação, conduziu a maior necessidade de formação e adaptação de novas responsabilidades e funções que necessitarão de ser acompanhadas de ações de formação. O SGGQ permite, igualmente, diagnosticar necessidades e colmatar deficiências, recorrendo mesmo a formadores internos.

Durante o ano de 2011 foram as seguintes as ações de formação frequentadas pelos colaboradores Docentes e Não Docentes do IPVC.

**Tabela nº 36 – Formação para Colaboradores em 2011**

<b>Ação – Designação</b>	<b>N.º horas</b>
Gestão do Tempo e Organização Pessoal	14
A Empreitada de Obras Públicas nos Contratos Públicos	28
International Staff Training Week on Internationalization of Universities	14
Práticas para uma escrita Profissional Eficaz - Nível II	7
Peritagem Contabilística e Fiscal	14
Estatuto da Carreira do Ensino Superior Politécnico	14
Ação de Capacitação para agente facilitador de Empreendedorismo	7
Controlo e Otimização de Sistemas e Redes de Comunicação	14
Seminário "Código dos Contratos Públicos"	7
1ª Conferência do Fórum da gestão do Ensino Superior	14
Novo regime de cálculo no processamento de Vencimentos	14
Colóquio Ibérico de Geografia	28
Building entrepreneurship and creativity in tourism education	14
9ª Reunião Nacional do programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade - Microbiologia dos Alimentos	7
Projeto de Design em Empresas II	14
A mild climate retrofitting case: Social Housing in Oporto	35
The Impact of the directive Yard	35
50th Congress of SECV	21
Reunião Anual Portfir - 1ª reunião Rede Portuguesa sobre Informação Microbiológica de Alimentos	21
World Congress on Solid Waste - ISWA, Hamburg 2010	35
4th International Congress in Food Science and Food Biotechnology	84
Business Innovation Congress	42
Saúde dos Médicos e outros profissionais	14
Sem Título	70
Promoting Mental Health and Well-being in workplaces	28
VIII Meeting do CICECO	14
Food Integrity and Traceability Conference	28
Sem Título	7

XVIII Jornadas de Classificação e Análise de Dados	21
TTRA 2011 European Chapter Conference Creativity and Innovation in Tourism	21
DBMC 2011 - 12th International Conference on Durability of Building Materials and Components	40
8th International Conference Consumer Behaviour, Tourism and Retail Research	49
Segurança na Cadeia Alimentar - do Perigo ao Risco Microbiológico	7
21th Optical Fiber Sensors	35
RED EUROCENTROAMERICANA PARA LA MEJORA SUSTENIBILIDAD Y CALIDAD DE LAS MIPYMES	42
COMPDM 2011	28
Hydrocolloid Effect on Texture Properties of non-fermented gluten-free dough for production of "rissois"	28
4th Nordic Design Research Conference	56
Workshop in Symbolic Data Analysis	35
12th Asean Food Conference	105
Morfologia Urbana em Portugal. Abordagens e Perspectivas	7
2.º Congresso Internacional de Biocombustíveis Sólidos	14
DPPI 1, 5th conference on designing pleasurable products and interfaces	28
20.º Congresso Nacional sobre Segurança e Conservação de Pontes	21
Influência do Processo de Ultracongelamento de Laminaria Ochroleuca nas suas propriedades físico-químicas e de textura	28
Projeto Larus	4
International Conference on Managing Services in the Knowledge Economy	21
CONET Summer School	49
58th World Statistics Congress of the International Statistical Institute	35
New Challenges for European Regions and Urban Areas in a globalized world	35
Water Quality and Management in the Agro-Food Industries	28
Action for Age - 3º Workshop	7
9th Pangborn Sensory Science Symposium 2011	28
European Network for Business and Industrial Statistics	35
XXI Congresso Nacional de ACEDE	21
Formação sobre as novas tendências do capital intelectual e da gestão do conhecimento	28
Info Day of ESPON 2013 Programme	14
UNWTO.TedQual Worldwide Event	14
ECCI XII, 12th European Conference on Creativity and Innovation	42
Food and Water Microbiology Conference	49
ISO27001 Implementador Coordenador	35
Water Supply and Drainage for Buildings	21
XIX Congresso da Sociedade Portuguesa de Estatística	35
Microbiologia Alimentar - Métodos Alternativos a Problemática da Acreditação das Novas Tecnologias	7
Reunião Arranque do Projeto GE2C	7
XIX Congresso da Sociedade Portuguesa de Estatística	28
Peritagem Contabilística e Fiscal	14
Formação Geral para Técnicos de Atendimento	7
Wich Life Do you Want?	7
Software Open Source para Publicações Científicas	14

Abordagem por processos no âmbito dos Sistemas de Gestão ISO 9001:2008	14
Metodologias para a aplicação das portarias de gestão de documentos	14
V Encontro de CTDI - Informação. Economia. Poder	7
10ª Reunião Nacional de Avaliação Externa da Qualidade em Microbiologia dos Alimentos	7
Jornadas FCCN	14
CEBIT	28
Técnico de Atendimento dos Pontos RIIBES	7
Missão de Cooperação no âmbito do "Saber Mais"	91
SEA Conference "visual Literacy" In	49
I Congresso da Sociedade Científica de Pedagogia e Desporto	21
Não Definido	14
Encontro do PFCM e Reunião de Coordenação do PFCM	14
Reunião da direção do ETEN	56
1º Congresso da APECATE	14
CICE Coimbra Conference	14
Colóquio Augustina Bessa-Luís	28
Seventh Congress of European Society for Research in Mathematics Education	105
Modulo Curricular AFDAS I e II	56
Encontro do PFCM	14
Visita Intercalar à Universidade de Timor Leste	56
Science for Kids: safety hits 4 Kids	28
2011 SRCD Biennial Meeting	21
Conferência Anual 2011 - ETEN	42
ETEN	35
VVI European Congress Healthy and Active Ageing for all Europeans	21
II Colóquio da Primavera	21
Challenges 2011 - VII Conferencia Internacional de TIC na Educação	14
Science in a Digital Society	21
Specialist Internacional Seminar	14
L' individu et le collectif;	28
4th Annual Meeting of the EUA-CDE Promoting Creativity	28
II Conferência Nacional de Educação de Infância	14
XI Congresso SPCE	21
16th annual congress of the ECSS	42
16th annual congress of the ECSS	28
PME Annual Conference	56
Seminário Internacional Educação Física, Laser e Saúde	28
Congresso Ibérico "Pedagogia para a Autonomia"	21
CIEAEM 63	56
III Bienal da Aprendizagem - Encontro de Professores e Investigadores dos Países de Língua Portuguesa	77
XI congresso Internacional Galego-Portugues Psicopedagogoxi	63
Reunião Científica na Universidade de Maastricht	56
Edulink Teacher Quality in Lusophone Countries - 3º Seminário	280
XII congresso português de Gerontologia Social	14

II SERP	42
World Diabetes Congress	49
Educação para a Cidadania "Family around the Table"	21
Curso de Antropometrista 2º Nível	28
13º Congresso de Logística	14
Financial Management Association Annual Conference	49
CRC2010 - 10ª Conferência sobre Redes de Computadores	14
PhD Course MF 9120 Introduction to infectious disease modelling	35
Southern Finance Association Annual Conference	49
XXI Jornadas Hispano-Lusas de Gestão Científica	21
2nd Workshop Dynamical Systems applied to Biology and Natural Sciences	21
Midwest Finance Association Annual Conference	49
The Swedish Network for European Studies in Economics and Business	28
International Conference on Communications ICC2011	35
8th European Conference on Mathematical and Theoretical Biology	49
Description of a practical application of an Information Security Audit Framework	21
Ministrar diversos seminários a alunos de mestrado e pós-graduação da univ. São Paulo bem como participar como júri de provas de doutoramento	63
International Seminar	42
NARSC 2011 and RSAmericas 2011 Conference	28
Monitoring Europe's biodiversity in a post 2010	21
Sistemas de Gestão Qualidade no Ensino Superior	7
1ªs Jornadas Ibéricas de Infra-estruturas de Dados Especiais	14
II Congresso Nacional de Zootecnia	14
Implementação da qualidade em IPSS	7
Reuniões de trabalho	7
GreenFood	14
Norma ISSO 9004:2009	7
VII Congresso Ibérico sobre gestão e planeamento da Agua	21
9º reunião de coordenação geral de projeto BIOEMPRENDE	7
9º reunião de coordenação geral de projeto BIOEMPRENDE	7
Encontro de Projeto SIAC I&ES	21
Claves de éxito en la creacion y consolidacion de empresas biotecnologicas	14
Remote sensing workshop	28
XIV Jornadas sobre producció n animal	14
10º Reunião de coordenação geral do projecto BIOEMPRENDE	7
21 International Conference on MCDM	35
INSPIRED by 2020	28
17º Congresso da APDR	28
The 62nd Annual Meeting of the European Association for animal Production	35
Projeto Escola Ativa - "Participar para crescer"	98
Enfermagem e Sistema de Informação em Saúde 2010	42
XI Conferência Internacional em Enfermagem	84
3º Congresso Nacional/Luso-brasileiro de Educação para a Saúde	28
Saúde e Qualidade de Vida	14

Gestão em Enfermagem	7
4º Fórum de Empreendedorismo	7
Conferencia Del Ciey Crn	245
Visita de Estudo e Formação	21
XI Conferência Ibero-Americana de Educação em Enfermagem	280
Seminário "Investigação: Método, teoria e Prática"	7
Curso de Inteligência Emocional em Saúde	40
Ambiente Digita Aberto: impactos e desafios	14
III Fórum da Qualidade	7
SIADAP do IPVC - Apresentação da aplicação informática	8
SIADAP do IPVC - Apresentação da aplicação informática	8
Segurança Contra Incêndios em Edifícios Escolares	4
Divulgação do Manual de Higienização	3
10135A - Microsoft Exchange 2010	3

(Fonte: Serviços de Recursos Humanos do IPVC - 2012)

## IV.2. RECURSOS FINANCEIROS

### IV.2.1 – FONTES DE FINANCIAMENTO

Em 2011, a execução do orçamento de receita e despesa distribuiu-se pelos seguintes programas e medidas:

- Programa 18 – Investigação e Ensino Superior
- Medida 018 – Educação – Estabelecimentos de Ensino Superior
  - Medida 019 – Serviços Auxiliares de Ensino

E pelas fontes de financiamento:

- 3 – Esforço Financeiro Nacional – OE.
  - 311 – Estado – Receitas Gerais (RG) – não afetas a projetos cofinanciados.
  - 313- Estado – Saldos de RG não afetas a projetos cofinanciados
  - 314- Estado – Saldos de RG afetas a projetos cofinanciados
  - 319 – Transferências de RG entre organismos
- 4 – Financiamento da União Europeia
  - \* 411 – Feder - QCA III
  - \* 412 – Feder – PO Fatores de Competitividade
  - \* 413 –Feder – PO Valorização do Território
  - \* 414 – Feder – PO Regional Norte
  - \* 421 – Feder - Cooperação Transfronteiriça
  - \* 422 – Feder – Cooperação Transnacional
  - \* 441 – FSE –QCA III
  - \* 442 – FSE – PO Potencial Humano
  - \* 451 – Feoga Orientação
  - \* 452 – FEADER
  - \* 462 - FEAGA
  - \* 480 – Outros
- 5 – Auto Financiamento
  - \* 510 - Auto Financiamento
  - \* 520 – Saldos de receitas próprias transitados
  - \* 540 – Transferências de receitas próprias entre organismos

## IV.2.2 - ORÇAMENTO DE ESTADO

A dotação inicial do Orçamento do Estado para 2011 foi de 12.830.933 € (orçamento de funcionamento), traduzindo um decréscimo face à dotação inicial atribuída no ano anterior, conforme se constata na tabela seguinte.

**Tabela n.º 37 – Evolução da Dotação Orçamental Inicial nos Últimos Cinco Anos**

<b>Orçamento do Estado</b>	<b>Dotação Inicial</b>
<b>2007</b>	10.059.310,00
<b>2008</b>	10.003.687,00
<b>2009</b>	10.459.244,00
<b>2010</b>	14.569.373,00
<b>2011</b>	12.830.933,00

(FONTE: Serviços Financeiros IPVC - 2012)

A diminuição das transferências do OE tem subjacente o corte remuneratório imposto pela Lei do Orçamento do Estado para 2011. É de referir ainda que o montante acima expresso respeita totalmente às verbas transferidas pelo MEC no âmbito do orçamento de funcionamento – medida 018.

Pela análise da tabela e gráfico a seguir apresentados, verifica-se que o montante cobrado de propinas sofreu um acréscimo face ao ano anterior. O montante relativo às restantes receitas próprias apresentou em 2011 um valor aproximado ao do ano anterior. Estas receitas respeitam, essencialmente, ao montante cobrado no âmbito de prestações de serviços ao exterior e ao financiamento da UE, no âmbito das execuções financeiras apresentadas às respetivas entidades financiadoras.

**Tabela n.º 38 – Evolução do Orçamento de Funcionamento**

<b>Ano</b>	<b>OE</b>	<b>Propinas</b>	<b>Outras Receitas Próprias</b>
<b>2007</b>	10.467.974 €	2.076.699 €	6.409.415 €
<b>2008</b>	12.363.679 €	2.927.904 €	4.979.899 €
<b>2009</b>	13.396.672 €	3.696.848 €	2.733.265 €
<b>2010</b>	14.569.373 €	3.433.384 €	3.575.501 €
<b>2011</b>	12.830.933 €	3.938.420 €	3.566.356 €

(FONTE: Serviços Financeiros IPVC - 2012)

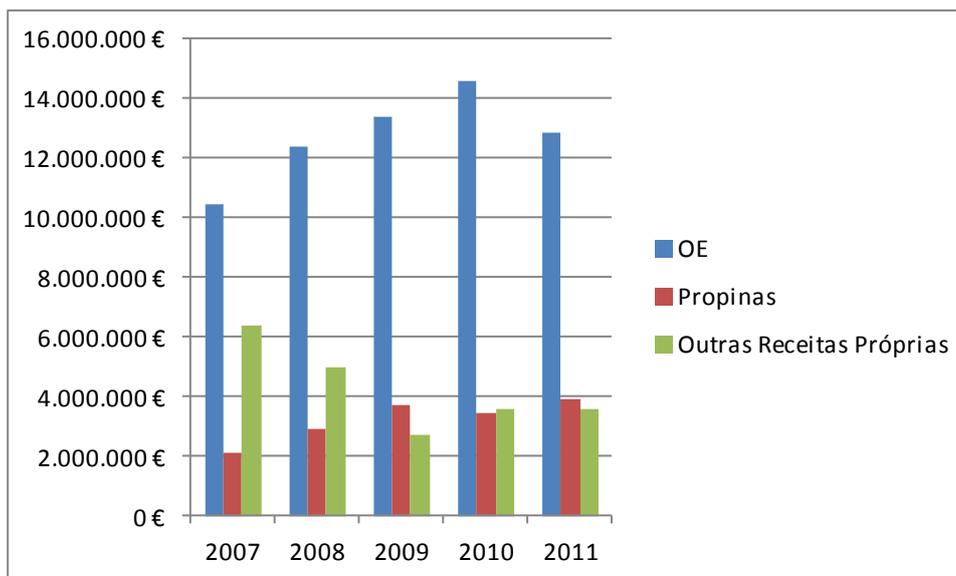


Gráfico nº 16 – Evolução da Dotação Orçamental nos Últimos Cinco Anos  
(FONTE: Serviços Administrativos e Financeiros IPVC - 2012)

#### IV.2.3 – SALDOS DE GERÊNCIA

O saldo de gerência apurado em 2011 totaliza 12.029,30 euros, sendo este saldo exclusivamente relativo ao orçamento de funcionamento.

A diminuição deste saldo face ao ano anterior, justifica-se pela necessidade de financiar:

- despesa relativa à obra de ampliação da ESS;
- despesas com pessoal, especificamente, o encargo da entidade relativo à Caixa Geral de Aposentações.

**Tabela n.º 39 – Saldo de Gerência (2008-2011)**

Saldos de Gerência	2008	2009	2010	2011
Orçamento do Estado (F.F. 311)	3.290,30	564.023,60	192.790,33	0,42
Outras receitas (Restantes F.F.)	215.682,70	721.729,49	413.631,42	12.028,88
<b>Total</b>	<b>218.973,00</b>	<b>1.285.753,09</b>	<b>606.421,75</b>	<b>12.029,30</b>

(Serviços Administrativos e Financeiros IPVC)

IV.2.4- ORÇAMENTO DA RECEITA

Apresenta-se seguidamente a evolução do Orçamento Global da receita, nas suas várias Fontes de Financiamento e tipo de receita.

Tabela n.º 40 – Orçamento Global da receita

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Receita Cobrada Líquida			
			Previsão Inicial	Previsões Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
311 - Estado - Receitas Gerais (RG) não afetadas a projetos cofinanciados	06,00,00	Transferências correntes						
	06,03,00	Administração Central	12.830.933,00	12.831.920,00	12.831.920,00	63,10%	100,00%	100,01%
Subtotal F.F. 311			12.830.933,00	12.831.920,00	12.831.920,00	63,10%	100,00%	100,01%
313 - Saldos de Receitas Gerais (RG) não afetados a projetos cofinanciados	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental		777,00	776,28	0,00%	99,91%	-
Subtotal F.F. 313				777,00	776,28	0,00%	99,91%	-
314 - Saldos de Receitas Gerais (RG) afetados a projetos cofinanciados	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental		1,00	0,62	0,00%	62,00%	-
Subtotal F.F. 314				1,00	0,62	0,00%	62,00%	-
319 - Transferências de Receitas Gerais entre organismos	06,00,00	Transferências correntes						
	06,03,00	Administração Central	180.000,00	311.630,00	305.354,06	1,50%	97,99%	169,64%
Subtotal F.F. 319			180.000,00	311.630,00	305.354,06	1,50%	97,99%	169,64%
411 - Feder - QCA III	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental		1.953,00	1.952,35	0,01%	99,97%	-
Subtotal F.F. 411				1.953,00	1.952,35	0,01%	99,97%	-
	06,03,00	Administração Central		26.832,00	26.831,92	0,13%	100,00%	-
	06,09,00	Resto do mundo	201.058,00	54.430,00	21.092,90	0,10%	38,75%	10,49%
	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental		1,00	0,82	0,00%	82,00%	-
Subtotal F.F. 412			201.058,00	81.263,00	47.925,64	0,24%	58,98%	23,84%

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO - RELATÓRIO ATIVIDADES 2011

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Receita Cobrada Líquida			
			Previsão Inicial	Previsões Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
413 - Feder - PO Valori- zação do Território	06,00,00	Transferências correntes						
	06,03,00	Administração Central		1.008.840,00	1.008.839,23	4,96%	100,00%	-
	10,00,00	Transferências correntes						
	10,09,00	Administração Central	2.014.911,00	707.847,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Subtotal F.F. 413			2.014.911,00	1.716.687,00	1.008.839,23			50,07%
414 - FEDER - PO Regional Norte	06,00,00	Transferências correntes						
	06,09,00	Resto do mundo	365.894,00	425.894,00	126.919,88	0,62%	29,80%	34,69%
Subtotal F.F. 414			365.894,00	425.894,00	126.919,88	0,62%	29,80%	34,69%
421 - FEDER - Coopera- ção Transfronteiriça	06,00,00	Transferências correntes						
	06,03,00	Administração Central		144.926,00	144.925,44	0,71%	100,00%	-
	06,09,00	Resto do mundo	281.446,00	136.520,00	12.029,61	0,06%	8,81%	4,27%
	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental		2.038,00	2.037,33	0,01%	99,97%	-
Subtotal F.F. 421			281.446,00	283.484,00	158.992,38	0,78%	56,09%	56,49%
422 - FEDER - Coopera- ção Transnacional	06,00,00	Transferências correntes						
	06,09,00	Resto do mundo		3.757,00	3.756,25	0,02%	99,98%	-
Subtotal F.F. 422			0,00	3.757,00	3.756,25	0,02%	99,98%	-
441 - FSE - QCA III	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental		4,00	3,63	0,00%	90,75%	-
Subtotal F.F. 441			0,00	4,00	3,63	0,00%	90,75%	-
442 - Fundo Social Euro- peu - PO Potencial Hu- mano	06,00,00	Transferências correntes						
	06,06,00	Segurança Social	462.137,00	598.948,00	136.811,98	0,67%	22,84%	29,60%
	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental		4.930,00	4.929,10	0,02%	99,98%	-
Subtotal F.F. 442			462.137,00	603.878,00	141.741,08	0,70%	23,47%	30,67%

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO - RELATÓRIO ATIVIDADES 2011

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Receita Cobrada Líquida			
			Previsão Inicial	Previsões Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
452 - FEADER	06,00,00	Transferências correntes						
	06,03,00	Administração Central		27.192,00	26.578,47	0,13%	97,74%	-
	06,09,00	Resto do mundo	81.708,00			0,00%	-	0,00%
	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental		618,00	617,52	0,00%	99,92%	-
Subtotal F.F. 452			81.708,00	27.810,00	27.195,99	0,13%	97,79%	33,28%
462 - FEOGA	06,00,00	Transferências correntes						
	06,03,00	Administração Central		1.570,00	1.569,33	0,01%	99,96%	-
	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental		12.602,00	12.601,45	0,06%	100,00%	-
Subtotal F.F. 462				14.172,00	14.170,78	0,07%	99,99%	-
480 - Outras	06,00,00	Transferências correntes						
	06,09,00	Resto do mundo	168.155,00	189.650,00	189.649,79	0,93%	100,00%	112,78%
	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental		33.218,00	33.217,20	0,16%	100,00%	-
Subtotal F.F. 480			168.155,00	222.868,00	222.866,99	1,10%	100,00%	132,54%

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO - RELATÓRIO ATIVIDADES 2011

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Receita Cobrada Líquida			
			Previsão Inicial	Previsões Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
510 - Auto Financiamento (RP)	04,00,00	Taxas, multas e outras penalidades						
	04,01,00	Taxas	3.480.000,00	4.517.650,00	4.183.001,75	20,57%	92,59%	120,20%
	05,00,00	Rendimentos de propriedade						
	05,02,00	Juros - Sociedades financeiras	1.800,00	2.800,00	2.407,59	0,01%	85,99%	133,76%
	06,00,00	Transferências correntes						
	06,05,00	Administração Local	284.682,00	86.199,00	2.605,26	0,01%	3,02%	0,92%
	06,07,00	Instituições sem fins lucrativos	98.504,00	10.969,00	10.968,30	0,05%	99,99%	11,13%
	07,00,00	Venda de bens e serviços correntes						
	07,01,00	Venda de bens	4.000,00	21.097,00	18.884,36	0,09%	89,51%	472,11%
	07,02,00	Serviços	514.850,00	704.542,00	579.417,91	2,85%	82,24%	112,54%
	08,00,00	Outras receitas correntes						
	08,01,00	Outras		42.300,00	39.212,25	0,19%	92,70%	-
	15,00,00	Reposições não abatidas aos pagamentos						
	15,01,00	Reposições não abatidas aos pagamentos		247.425,00	247.425,00	1,22%	100,00%	-
Subtotal F.F. 510			4.383.836,00	5.632.982,00	5.083.922,42	25,00%	90,25%	115,97%
520 - Saldos de Receitas Próprias Transitados	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental		358.272,00	358.271,40	1,76%	100,00%	-
Subtotal F.F. 520				358.272,00	358.271,40	1,76%	100,00%	-
540 - Transferências de Receitas Próprias entre organismos	06,00,00	Transferências correntes						
	06,03,00	Administração Central		1.100,00	1.100,00	0,01%	100,00%	-
Subtotal F.F. 540				1.100,00	1.100,00	0,01%	100,00%	-
TOTAL			20.970.078,00	22.518.452,00	20.335.708,98	100,00%	90,31%	96,97%

(Fonte: Serviços Administrativos e Financeiros do IPVC)

**IV.2.5 - ORÇAMENTO DA DESPESA**

Tabela n.º 41 – Orçamento Global da despesa

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Despesa Realizada			
			Dotação Inicial	Dotações Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
311 - Estado - Receitas Gerais (RG) não afetadas a projetos cofinanciados	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01 01 00	Remunerações certas e permanentes	10.999.691,00	10.812.276,00	10.812.252,65	53,20%	100%	98%
	01 02 00	Abonos variáveis ou eventuais	11.212,00	22.123,00	22.116,14	0,11%	100%	197%
	01,03,00	Segurança social	1.799.039,00	1.955.732,00	1.955.706,33	9,62%	100%	109%
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens		1.672,00	1.671,78	0,01%	100%	-
	02 02 00	Aquisição de serviços		31.551,00	29.077,68	0,14%	92%	-
	04,00,00	Transferências correntes						
	04 08 00	Famílias	23.520,00	11.095,00	11.095,00	0,05%	100%	47%
<b>Subtotal FF 311</b>			<b>12.833.462,00</b>	<b>12.834.449,00</b>	<b>12.831.919,58</b>	<b>63,14%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
313 - Saldos de Receitas Gerais (RG) não afetados a projetos cofinanciados	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01,03,00	Segurança social		777,00	776,28	0,00%	100%	-
<b>Subtotal FF 313</b>				<b>777,00</b>	<b>776,28</b>	<b>0,00%</b>	<b>100%</b>	<b>-</b>
314 - Saldos de Receitas Gerais (RG) afetados a projetos cofinanciados	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01,03,00	Segurança social		1,00	0,62	0,00%	62%	-
<b>Subtotal FF 314</b>				<b>1,00</b>	<b>0,62</b>	<b>0,00%</b>	<b>62%</b>	<b>-</b>

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO - RELATÓRIO ATIVIDADES 2011

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Despesa Realizada			
			Dotação Inicial	Dotações Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
319 - Transferências de Receitas Gerais entre organismos	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01 01 00	Remunerações certas e permanentes		128.521,00	123.928,74	0,61%	96%	-
	01 02 00	Abonos variáveis ou eventuais	43.071,00	6.372,00	6.370,71	0,03%	100%	15%
	01,03,00	Segurança social		10.913,00	10.910,89	0,05%	100%	-
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens	2.400,00			0,00%		0%
	02 02 00	Aquisição de serviços	130.000,00	133.641,00	133.637,25	0,66%	100%	103%
	07 00 00	Transferências de capital						
	07 01 00	Investimentos	2.000,00	29.654,00	29.653,78	0,15%	100%	1483%
Subtotal FF 319			177.471,00	309.101,00	304.501,37	1,50%	99%	172%
411 - FEDER - QCA III	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01,03,00	Segurança social		1.890,54	1.890,54	0,01%	100%	-
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 02 00	Aquisição de serviços		62,46	61,81	0,00%	99%	-
Subtotal FF 411				1.953,00	1.952,35	0,01%	100%	-
412 - Feder - PO Fatores de Competitividade	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens	6.047,00	3.117,00	36,90	0,00%	1%	1%
	02 02 00	Aquisição de serviços	185.650,00	76.777,00	47.644,99	0,23%	62%	26%
	06 00 00	Outras despesas correntes						
	06 02 00	Diversas		240,00	240,00	0,00%	100%	-
	07 00 00	Transferências de capital						
	07 01 00	Investimentos	9.361,00	1.129,00	0,00	0,00%	0%	0%
Subtotal FF 412			201.058,00	81.263,00	47.921,89	0,24%	59%	24%
413 - Feder - PO Valorização do Território	07 00 00	Transferências de capital						
	07 01 00	Investimentos	2.014.911,00	1.716.687,00	1.008.839,23	4,96%	59%	50%
Subtotal FF 413			2.014.911,00	1.716.687,00	1.008.839,23	4,96%	59%	50%

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO - RELATÓRIO ATIVIDADES 2011

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Despesa Realizada			
			Dotação Inicial	Dotações Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
414 - FEDER - PO Regional Norte	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens	18.656	7.610,00	5.933,44	0,03%	78%	32%
	02 02 00	Aquisição de serviços	23.600	110.412,00	47.321,52	0,23%	43%	201%
	07 00 00	Transferências de capital						
	07 01 00	Investimentos	323.638	307.872,00	73.051,77	0,36%	24%	23%
Subtotal FF 414			365.894,00	425.894,00	126.306,73	0,62%	30%	35%
421 - FEDER - Cooperação Transfronteiriça	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01 02 00	Abonos variáveis ou eventuais		499,00	498,34	0,00%	100%	-
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens		3.202,00	2.880,22	0,01%	90%	-
	02 02 00	Aquisição de serviços	281.446,00	162.793,00	38.623,77	0,19%	24%	14%
	07 00 00	Transferências de capital						
	07 01 00	Investimentos		116.990,00	116.989,21	0,58%	100%	-
Subtotal FF 421			281.446,00	283.484,00	158.991,54	0,78%	56%	56%
422 - FEDER - Cooperação Transnacional	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01 02 00	Abonos variáveis ou eventuais		251,00	250,17	0,00%	100%	-
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 02 00	Aquisição de serviços		3.506,00	3.383,12	0,02%	96%	-
Subtotal FF 422				3.757,00	3.633,29	0,02%	97%	-
441 - FSE - QCA III	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01,03,00	Segurança social	0,00	4,00	3,63	0,00%	91%	
Subtotal FF 441			0,00	4,00	3,63	0,00%	91%	

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO - RELATÓRIO ATIVIDADES 2011

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Despesa Realizada			
			Dotação Inicial	Dotações Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
442 - Fundo Social Europeu - PO Potencial Humano	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01 01 00	Remunerações certas e permanentes	400.787,00	328.344,00	0,00	0,00%	0%	0%
	01 02 00	Abonos variáveis ou eventuais		346,00	345,87	0,00%	100%	
	01,03,00	Segurança social	61.350,00	55.776,00	0,00	0,00%	0%	0%
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens		4.853,00	4.850,62	0,02%	100%	-
	02 02 00	Aquisição de serviços		130.162,00	97.756,12	0,48%	75%	-
	06 00 00	Outras despesas correntes						
	06 02 00	Diversas		31.633,00	1.500,00	0,01%	5%	-
	07 00 00	Transferências de capital						
07 01 00	Investimentos		52.764,00	37.220,14	0,18%	71%	-	
Subtotal FF 442			462.137,00	603.878,00	141.672,75	0,70%	23%	31%
452 - FEADER	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01 02 00	Abonos variáveis ou eventuais	7.833,00	781,00	140,00	0,00%	18%	2%
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens	8.273,00	1.716,00	1.715,88	0,01%	100%	21%
	02 02 00	Aquisição de serviços	33.702,00	10.358,00	9.270,12	0,05%	89%	28%
	07,00,00	Transferências de capital						
	07 01 00	Investimentos	31.900,00	14.955,00	14.953,83	0,07%	100%	47%
Subtotal FF 452			81.708,00	27.810,00	26.079,83	0,13%	94%	32%

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO - RELATÓRIO ATIVIDADES 2011

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Despesa Realizada			
			Dotação Inicial	Dotações Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
462 - FEOGA	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens		771,00	770,00	0,00%	100%	-
	02 02 00	Aquisição de serviços		2.042,00	2.039,92	0,01%	100%	-
	04 00 00	Transferências correntes						
	04,08,00	Famílias		732,00	731,50	0,00%	100%	-
	07 00 00	Transferências de capital						
	07 01 00	Investimentos		10.627,00	10.626,25	0,05%	100%	-
Subtotal FF 462				14.172,00	14.167,67	0,07%	100%	-
480 - Outras	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01 02 00	Abonos variáveis ou eventuais	784,00	2.142,00	2.141,12	0,01%	100%	273%
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens		840,00	838,43	0,00%	100%	-
	02 02 00	Aquisição de serviços	68.871,00	60.159,00	51.761,44	0,25%	86%	75%
	04 00 00	Transferências correntes						
	04,08,00	Famílias	98.500,00	115.523,00	115.522,52	0,57%	100%	117%
	06 00 00	Outras despesas correntes						
	06 02 00	Diversas		31.081,00	31.080,32	0,15%	100%	-
	07 00 00	Transferências de capital						
07 01 00	Investimentos		13.123,00	13.122,33	0,06%	100%	-	
Subtotal FF 480			168.155,00	222.868,00	214.466,16	1,06%	96%	128%

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO - RELATÓRIO ATIVIDADES 2011

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Despesa Realizada			
			Dotação Inicial	Dotações Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
510 - Receita Própria do Ano	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01 01 00	Remunerações certas e permanentes	1.565.538	1.392.188,00	958.592,97	4,72%	69%	61%
	01 02 00	Abonos variáveis ou eventuais	84.741,00	100.316,00	99.351,19	0,49%	99%	117%
	01,03,00	Segurança social		150.885,00	150.869,58	0,74%	100%	-
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens	300.000,00	212.131,00	207.277,76	1,02%	98%	69%
	02 02 00	Aquisição de serviços	1.431.628,00	2.421.309,00	2.337.847,85	11,50%	97%	163%
	04 00 00	Transferências correntes						
	04 03 00	Administração central	130.000,00	92.400,00	92.399,49	0,45%	100%	71%
	04,08,00	Famílias		70.250,00	70.211,30	0,35%	100%	-
	06 00 00	Outras despesas correntes						
	06 02 00	Diversas		184.501,00	184.252,92	0,91%	100%	-
	07 00 00	Transferências de capital						
	07 01 00	Investimentos	850.000,00	1.009.002,00	982.312,45	4,83%	97%	116%
Subtotal F.F. 510			4.361.907,00	5.632.982,00	5.083.115,51	25,01%	90%	117%
520 - Saldos de Receitas Próprias Transitados	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01,03,00	Segurança social		67.953,00	67.953,00	0,33%	100%	-
	07 00 00	Transferências de capital						
	07 01 00	Investimentos		290.319,00	290.318,40	1,43%	100%	-
subtotal F.F. 520				358.272,00	358.271,40	1,76%	100%	-
540 - Transferências de Receitas Próprias entre organismos	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 02 00	Aquisição de serviços		1.100,00	1.059,85	0,01%	96%	-
subtotal F.F. 540				1.100,00	1.059,85	0,01%	96%	-
TOTAL			20.948.149,00	22.518.452,00	20.323.679,68	100,00%	90%	97%

(Fonte: Serviços Administrativos e Financeiros do IPVC)

#### IV.2.5.1. Obras de Manutenção de Edifícios

Em 2011 foram executadas obras de manutenção e reparação, no montante total de 3.012.326,45 €. Na tabela são discriminadas as intervenções de valor superior a 1000€, o seu montante unitário e a empresa a quem foram adjudicadas.

**Tabela n.º 42- Obras de manutenção e reparação em 2011**

Designação	Valor (c/ IVA)	Empresa
Adaptação dos Espaços físicos para acondicionar as unidades do projeto "Capacitar Para Formar"	30.635,71 €	Predilethes – Construções Lda.
Construção Complexo Pedagógico da ESS	2.568.704,98 €	António Alves Ribeiro & Filhos, Lda
Requalificação do Sistema de Aquecimento da ESE	134.732,37 €	Arlindo Torre, Lda
Execução do Ramal de Água Quente na ESTG	13.339,23 €	António Alves Ribeiro & Filhos, Lda
Instalação de Aquecimento do Laboratório de Energias Renováveis e Instalação de Infraestrutura para Ligação à Rede Interna de Água Quente	6.150,00 €	Tecnilima – Equipamentos e Serviços, Lda
Requalificação dos Parâmetros de Betão Armado da ESTG – Sector I	81.278,40 €	Habililima – Sociedade de Construções, Lda
Construção do Hangar de Máquinas Agrícolas, Instalações Sanitárias e Fecho do Coberto da ESA	56.082,12 €	Alves, Lourenço & Rocha, Lda
Movimento de Terras e Estabilização dos Taludes da ESS	30.719,96 €	Anorte – Construção e Engenharia, Lda
Obras de Conservação de Coberturas e Infraestruturas com Material Aplicado	33.740,98 €	Manuel Sousa & Irmão, Lda
Requalificação Acústica do Centro de Produção Audiovisual	26.371,20 €	Silêncio – Insonorizações Profissionais, Lda
Reparação do Sistema Elétrico das Estufas da ESA	1.279,20 €	João Barros Unipessoal, Lda
Renovação Piso do Ginásio da ESE	11.808,00 €	Sports Partner – Distribuição e Fabrico de Equipam. Desportivos, Lda
Reparação Fotómetro Chama da ESA	1.567,24 €	Vidrolab2 – Vidros e Material de Laboratório, Lda
Reparação Reboque Herculano da ESA	1.230,00 €	Moisés & Gonçalves, Lda
Reparação Reboque Galucho da ESA	1.353,00 €	Moisés & Gonçalves, Lda
Manutenção Relvado Sintético do Campo de Jogos da ESE	1.341,56 €	Sport Relva, Lda
Fornecimento e Instalação de um Sistema de Controlo de Acesso de Veículos – ESTG	9.225,00 €	Soltráfego - sol. de trânsito, estacionamento e comunicações, s.a.
Fornecimento de Cartões para o Sistema de Controlo de Acesso de Veículos – ESTG	2.767,50 €	Soltráfego - sol. de trânsito, estacionamento e comunicações, s.a.
<b>Total:</b>	<b>3.012.326,45 €</b>	

(Fonte: Serviços Administrativos e Financeiros do IPVC)

## IV.2.5.2- Edifícios e Construções Diversas

A tabela seguinte resume os valores do investimento, por fonte de financiamento, em Edifícios e construções no ano de 2011. Como se pode verificar, o investimento realizado foi efetuado com recurso ao auto financiamento e outras fontes de financiamento que não o Orçamento de Estado.

**Tabela n.º 43- Investimento em Edifícios e Construções diversas de 2011**

Ano	Fonte de Financiamento							Total
	313	319	413	421	480	510	520	
2011								2.310.224,57 €
Edifícios	192.014,04 €	29.653,78 €	1.716.686,76 €	68.971,50 €	12.580,09 €	543.463,52 €	290.318,40 €	
Terrenos e Recursos Naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Construções Diversas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	30.635,71 €	0,00 €	146.914,26 €	0,00 €	177.549,97 €

Fonte: Serviços Administrativos e Financeiros do IPVC

## IV.2.5.3- Equipamentos

Apresenta-se seguidamente o investimento em equipamentos, por fonte de financiamento, no ano de 2011. Verifica-se que o mesmo foi efetuado com recurso maioritário ao auto financiamento (f.f. 510) e a outras fontes de financiamento que não o Orçamento de Estado (f.f. 310). Destaca-se o investimento em equipamento de informática e equipamento básico, bem como na aquisição de *software* informático.

**Tabela n.º 44- Investimento em equipamento de 2011**

2011	414	421	442	452	462	510	Total
Equipamento Informático	69.483,04 €	0,00 €	0,00 €	14.953,83 €	1.551,25 €	33.312,55 €	<b>119.300,67 €</b>
Software Informático	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	93.698,03 €	<b>93.698,03 €</b>
Equipamento Administrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	321,03 €	<b>321,03 €</b>
Equipamento Básico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9.075,00 €	120.735,30 €	<b>129.810,30 €</b>
Ferramentas e Utensílios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8.138,34 €	<b>8.138,64 €</b>
Outros Investimentos	3.568,73 €	21.379,86 €	60.086,73 €	0,00 €	0,00 €	103.327,28 €	<b>188.362,60 €</b>
<b>Total:</b>	<b>73.051,77 €</b>	<b>21.379,86 €</b>	<b>60.086,73 €</b>	<b>14.953,83 €</b>	<b>10.626,25 €</b>	<b>359.532,53 €</b>	<b>539.630,97 €</b>

(Fonte: Serviços Administrativos e Financeiros do IPVC)

## IV. 2.5.5 – Despesas com aquisição de bens e serviços.

**Tabela n.º 45- Despesas com aquisição de bens e serviços de 2008 a 2011**

	2008	2009	2010	2011
<b>Aquisição de bens</b>	306.642,1€	315.342,7 €	517.219,08€	209.652,31 €
<b>Aquisição de serviços</b>	2.564.174,6€	2.164.080,4 €	2.796.996,06€	2.799.971,03 €
<b>Total:</b>	<b>2.870.816,7 €</b>	<b>2.479.423,1 €</b>	<b>3.314.215,14€</b>	<b>3.009.623,34 €</b>

(Fonte: Serviços Administrativos e Financeiros do IPVC)

## IV.2.5.4- Despesas com Pessoal

Conforme se constata pela tabela abaixo apresentada, verificou-se em 2011 um decréscimo das despesas com pessoal face ao ano anterior. Para este decréscimo contribuiu o corte remuneratório previsto na Lei do Orçamento para 2011. Por outro lado, também se verificou uma diminuição ao nível das despesas relativas aos abonos variáveis ou eventuais.

Ao nível do subagrupamento 01.03 – Segurança Social constou-se que o nível de execução em 2011 aproximou-se do nível de execução de 2010. Esta evolução quase constante não seria expectável face ao corte remuneratório aplicável em 2011. No entanto, importa referir que em 2011 as contribuições da entidade para a segurança social foram acrescidas do encargo inerente à ADSE.

**Tabela n.º 46 - Despesa com pessoal (2008-2011)**

	2008	2009	2010	2011
Remunerações certas e permanentes	11.449.785	11.873.521	12.305.043	11.894.774
Abonos variáveis ou eventuais	257.539	396.758	277.871	131.214
Segurança social	1.374.462	1.977.711	2.189.582	2.188.111
<b>Total</b>	<b>13.081.786</b>	<b>14.247.990</b>	<b>14.772.496</b>	<b>14.214.099</b>

(Fonte: Serviços Administrativos e Financeiros do IPVC)

## IV. 2.5.5 – Execução Orçamental no âmbito do PIDDAC – Receita

Em termos de execução orçamental, a receita cobrada reflete apenas o montante de saldo de gerência que transitou de 2010 no montante de 192.014,05 euros. Apesar de inscrito no orçamento de investimento inicial o montante de 400.000 euros, em 2011 não foi transferida pelo MEC qualquer verba neste âmbito.

**Tabela n.º 47 - Receita PIDDAC**

Fontes de Financiamento	Designação		Ano 2011
311 – RG não afetas a projetos cofinanciados	10,00,00	Transferências de capital	
	10,03,00	Administração central	0,00
313 – Saldos de RG não afetas a projetos cofinanciados	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior	
	16,01,00	Saldo Orçamental	192.014,05
<b>TOTAL</b>			<b>192.014,05</b>

(Fonte: Serviços Administrativos e Financeiros do IPVC)

#### IV. 2.5.6 – Execução Orçamental no âmbito do PIDDAC - Despesa

A despesa paga no montante global de 192.014,05 euros relativa ao orçamento de investimento traduz-se no seguinte:

- 76.109,55 euros afetos ao financiamento da instalação de aquecimento central na ESE;
- 115.904,50 euros afetos ao financiamento da obra de ampliação da ESS.

**Tabela n.º 48- Despesa PIDDAC**

Fontes de Financiamento	Designação		Ano 2011
311 – RG não afetas a projetos cofinanciados	07,00,00	Transferências de capital	
	07,01,00	Investimentos	0,00
313 – Saldos de RG não afetas a projetos cofinanciados	07,00,00	Transferências de capital	
	07,01,00	Investimentos	192.014,05
<b>TOTAL</b>			<b>192.014,05</b>

(Fonte: Serviços Administrativos e Financeiros do IPVC)



Instituto Politécnico  
de Viana do Castelo

CAPÍTULO

5.

AVALIAÇÃO  
FINAL

## V. AVALIAÇÃO FINAL

O ano em análise, 2011, foi um ano em que se acentuou uma profunda crise económica que, apesar de ser mundial, se faz sentir de modo muito especial na Europa, e que em múltiplos aspetos é inédita, além de intensa e que se anuncia duradoura.

O IPVC não ficou alheio, obviamente, a esta crise. Apesar disso prosseguiu no seu esforço de consolidação e afirmação institucional. Internamente concluiu os aspetos essenciais da sua maior reforma de sempre – reforma do seu modelo organizacional e modernização de toda a sua atividade, materializada na implementação dos seus novos estatutos; internamente, ainda, viu nascer com muita certeza do seu sucesso a Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço. Ao nível das infraestruturas teve em construção o Pavilhão Pedagógico da Escola Superior de Saúde e iniciou a construção dos edifícios da ESCE, em Valença, e da ESDL, em Melgaço, construções que têm como entidades responsáveis pela obra as respetivas Câmaras Municipais. O valor total destas obras e dos seus equipamentos ronda os 30 milhões de euros. Reformamos ainda, alguns profundamente, significativa parte dos nossos laboratórios e equipamentos de apoio ao ensino/aprendizagem.

Ainda ao nível interno, 2011 distinguiu-se pela possibilidade do apoio que conseguimos dar aos nossos docentes que se encontram em doutoramento – cerca de 100 – a quem pagamos as propinas e dispensamos 50% da componente letiva do seu trabalho docente. Este é dos maiores e mais relevantes investimentos do IPVC, de que muito nos orgulhamos.

Continuamos empenhados na valorização das nossas pessoas, quer funcionários quer professores, no desenvolvimento do seu percurso profissional e científico numa perspetiva de formação ao longo da vida.

Tivemos um excelente nível de atividade e desempenho na área do ID+I e na prestação de serviços à comunidade. Ao nível do ID+I alguns dos nossos professores, alunos e ex-alunos, foram reconhecidos com prémios de elevada distinção e mérito, nacionais e internacionais.

Mantivemos a certificação do nosso Sistema de Gestão de Qualidade e fomos uma das entidades selecionadas pela A3ES, entre a maioria de IES que a tal concorreu, para, juntamente com a Agência, implementarmos, como entidade piloto, o Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade que, no futuro, será a responsável pela acreditação dos nossos próprios cursos e à nossa experiência haverão de recorrer as outras IES.

Aumentamos e diversificamos de modo considerável e inovador a nossa oferta formativa, assim como revimos a grande maioria dos planos de estudo dos nossos ciclos de estudo,

como sinal de atenção ao desenvolvimento da ciência, do conhecimento e das profissões para as quais formamos.

Consolidamos a nossa posição em matéria de número de alunos com incremento em todas as áreas da nossa oferta formativa, batendo, de novo, o recorde do número de alunos matriculados, com um particular incremento dos segundos ciclos.

Fruto de uma gestão de rigor e de todos motivarmos para a adesão ao sacrifício necessário, necessidade por todos compreendida – recebam o nosso reconhecimento e gratidão pela vossa compreensão – conseguimos um ano financeiro equilibrado, ainda com um nível de autofinanciamento interessante para os tempos de crise que vivemos. Passamos o ano económico sem deslize de quaisquer despesas ou quaisquer encargos assumidos e controlo absoluto de variáveis tão complexas como os custos com pessoal.

Os nossos Serviços de Ação Social apresentam indicadores de desempenho de bom nível, como recolhem a simpatia e agradabilidade dos nossos alunos.

A Oficina Cultural, com quatro anos já, prosseguiu o seu trabalho de mérito sendo notável a exposição que promoveu nos nossos 25 anos, tendo como objeto e honrando o nosso próprio património edificado.

Na ligação com a Comunidade/Região/País, o IPVC prosseguiu, em 2011, o seu trabalho constante e abnegado como parte interessada, por missão e vontade política, com intervenção em diferentes áreas e níveis. Salientamos a da organização do ensino superior, presidindo ao CCISP, à APNOR, à ADISPOR; a da ligação ao mundo das intuições e empresas, com múltiplos níveis de intervenção e envolvimento: ADRIL, ADRIMINHO, Área Alto Minho, In.Cubo, Incubadora de Artes Criativas da Bienal de Cerveira, Arte na Leira, etc. Salientamos, também, os esforços e o trabalho para uma nova cultura do empreendedorismo; nas artes e, de modo muito especial, no *design*, no desporto, na saúde, na educação, nas tecnologias, nas ciências empresariais, no desenvolvimento do mundo rural e na incubação, como exemplos. Refira-se, por mero simbolismo e como indicador da abrangência do IPVC, o projeto de capacitação das redes sociais do distrito que o IPVC neste momento promove e coordena ou outro de capacitação do mundo rural pelo desenvolvimento de uma agricultura de valor acrescentado em algumas freguesias da Ribeira Lima.

Ao nível internacional destacamos a excelente adesão aos programas de mobilidade, agora cada vez mais e também de professores e de projetos, e o excelente trabalho que se vem a fazer no âmbito da Cooperação, em particular na Guiné Bissau, país irmão e amigo

onde a educação básica e a formação de professores sofre uma profunda ação estruturante do IPVC.

Em resumo – 2011 voltou a ser um ano bom para o IPVC, tendo sempre o mesmo segredo como suporte: o trabalho empenhado de todos.

OBRIGADO A TODOS, TAMBÉM, COMUNIDADES INTERNA E EXTERNA.

Podemos e vamos melhorar ainda: o apuro do nosso modelo organizacional e melhoria de muitos dos nossos circuitos e ferramentas de trabalho, primando pela constante inovação e a partir do empenho de todos; a nossa entrega à região onde cada um dos nossos professores há-de encontrar o espaço para construir o seu curriculum, apoiado na mais-valia do seu conhecimento e potenciador da criação de riqueza e de bem-estar para todos.

Viana do Castelo, 5 de abril de 2012



Instituto Politécnico  
de Viana do Castelo

# ANEXOS

## Anexo

### Legislação

(Ponto I.3.5. LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO INTERNA)

#### Listagem de Requisitos Legais, Regulamentares e Estatutários

Legislação transversal às atividades do IPVC	
Portaria nº 249/2011, de 22 de Junho	Aprova, em anexo à presente portaria, que dela fazem parte integrante, os seguintes modelos: a) Requerimento do rendimento social de inserção, modelo RSI 1/2011-DGSS; b) Requerimento do abono de família pré-natal e do abono de família para crianças e jovens, modelo RP 5045/2011-DGSS; c) Declaração da composição e rendimentos do agregado familiar, modelo MG 8/2011-DGSS. Revoga a Portaria n.º 598/2010, de 2 de Agosto.
Lei nº 64-C/2011, de 30 de Dezembro	Aprova a estratégia e os procedimentos a adotar no âmbito da lei de enquadramento orçamental, bem como a calendarização para a respetiva implementação até 2015
Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro	Orçamento do Estado para 2012
Portaria nº 314/2011, de 29 de Dezembro	É aprovada a declaração modelo 10 para cumprimento da obrigação declarativa a que se referem as alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 119.º do Código do IRS e o artigo 128.º do Código do IRC e respetivas instruções de preenchimento, anexas à presente portaria.
Decreto-Lei nº 125/2011, de 29 de Dezembro	Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Educação e Ciência
Lei n.º 57/2011, de 28 de Novembro	Institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)
Lei nº 52/2011, de 13 de Outubro	Introduz alterações à Lei de Enquadramento Orçamental e procede, em consequência, à sua republicação. Determina a apresentação da estratégia e dos procedimentos a adotar em matéria de enquadramento orçamental.
Lei n.º 48/2011, de 26 de Agosto	Procede à primeira alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2011, aprovada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, no âmbito da iniciativa de reforço da estabilidade financeira.

Legislação transversal às atividades do IPVC (continuação)	
Despacho n.º 7534/2011, II Série do D.R. de 23 de Maio de 2011	Determino quais os temas de frequência obrigatória para a formação de atualização dos titulares de cargos de direção superior e de direção intermédia.
Despacho 15248-A/2010, de 07 Outubro	Regras limitativas sobre procedimentos concursais e concursos até 31 Dezembro de 2010
Portaria n.º 182/2011, de 5 de Maio	Regula a instrução e tramitação da opção voluntária pela situação de mobilidade especial e licença extraordinária.
Despacho n.º 6440/2011, II Série do D.R. de 18 de Abril de 2011	Regula pedido de autorização para o exercício de funções públicas por aposentados, apresentados nos termos do artigo 78.º do Estatuto da Aposentação, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, ou do artigo 173.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.
Portaria n.º 159/2011, de 15 de Abril	Exercício de funções públicas por aposentados antecipadamente.
Portaria n.º 146/2011, de 7 de Abril	Define e regulamenta os cursos cuja frequência, com aproveitamento, depende o exercício de cargos de direção superior e intermédia, ou equiparados, nos serviços e organismos da administração pública central, nos termos dos n.ºs 1 e 5 do artigo 12.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redação dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.
Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril	Altera a Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro (regulamenta a tramitação do procedimento concursal), e procede à sua republicação. As alterações introduzidas à Portaria n.º 83-A/2009 aplicam-se apenas aos procedimentos concursais publicitados após dia <b>7 de Abril de 2011</b> , data da entrada em vigor da Portaria n.º 145-A/2011.
Despacho n.º 4932-A/2011, II Série do DR, de 21 de Março	As férias transitadas em acumulação, vencidas em 2010, devem ser efetivamente gozadas até ao final do 1.º trimestre do ano de 2011.
Resolução da Assembleia da República n.º 37/2011, de 15 de Março	Recomenda a aprovação e implementação de um programa para a redução das deslocações de dirigentes e funcionários do sector público para presença em reuniões através da sua substituição pela utilização de novas tecnologias de comunicação, designadamente videoconferência, teleconferência, videochamada, conferência telefónica via VOIP ou correio eletrónico.
Resolução da Assembleia da República n.º 36/2011, de 15 de Março	Recomenda ao Governo a utilização de novas tecnologias de comunicação e de sistemas de teleconferência e videoconferência em substituição de reuniões presenciais.
Despacho n.º 4402/2011, II Série do D.R., de 10 de Março de 2011	Regulamento para Atribuição do Título de Especialista no Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Legislação transversal às atividades do IPVC (continuação)	
Despacho n.º 4322/2011, II Série do D.R., de 08 de Março	Delegação de competências do Presidente do IPVC no Vice-Presidente do IPVC; Doutora Carlos Rodrigues, e nos Diretores das Escolas.
Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de Março	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2011.
Despacho n.º 3779/2011, II Série do D.R. de 28 de Fevereiro	Determino a concessão de tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas na administração central e nos institutos públicos no próximo dia 8 de Março de 2011, 3ª Feira de Carnaval.
Portaria n.º 92/2011, de 28 de Fevereiro	Regula o Programa de Estágios Profissionais. São revogados: a) A Portaria n.º 129/2009, de 30 de Janeiro, com a redação dada pelas Portarias n.ºs 127/2010, de 1 de Março, e 681/2010, de 12 de Agosto; b) A Portaria n.º 131/2009, de 30 de Janeiro, com a redação dada pelas Portarias n.ºs 262/2009, de 12 de Março, 128/2010, de 1 de Março, e 681/2010, de 12 de Agosto; c) A Portaria n.º 127/2010, de 1 de Março, com a redação dada pela Portaria n.º 681/2010, de 12 de Agosto; d) A Portaria n.º 154/2010, de 11 de Março, alterada pela Portaria n.º 285/2010, de 25 de Maio; e) O despacho n.º 7384/2010, publicado no <i>Diário da República</i> , 2.ª série, de 27 de Abril.
Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro	O presente decreto regulamentar procede à regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, adiante designado Código, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2011.
Resolução Conselho Ministros 77/2010, de 11 Outubro	Aprova regras sobre simplificação legislativa. Fixa as Regras de legística na elaboração de atos normativos. Ver Regras de Legística da Assembleia da República. Ver Guia Prático para a Elaboração de Atos Normativos do Governo.
Portaria 994/2010, de 29 de Setembro	Determina a validade dos certificados de aptidão pedagógica de formador, emitidos ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 66/94, de 18 de Novembro. Aos formadores da Administração Pública é aplicável o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei 9/94, de 13 de Janeiro
Decreto-Lei n.º 143/2010, de 31 de Dezembro	Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2011.

Legislação transversal às atividades do IPVC (continuação)	
Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro	Orçamento do Estado para 2011 - Alterações: - Redução das remunerações totais ilíquidas mensais, de valor superior a € 1500; Alteração à Lei n.º 21/85, de 30 de Julho, que aprova o estatuto dos Magistrados Judiciais, em que prevê que as componentes do sistema retributivo dos magistrados possam ser reduzidas nos termos da lei do Orçamento do Estado; Alteração à Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, que aprova o Estatuto do Ministério Público, em que prevê que as componentes do sistema retributivo dos magistrados possam ser reduzidas nos termos da lei do Orçamento do Estado; Redução dos valores pagos por contratos de aquisição de serviços, que venham a celebrar-se ou renovar-se em 2011, com idêntico objeto e a mesma contraparte; Redução dos valores pagos por contratos que visem o desenvolvimento de atividades de docência ou de investigação e que sejam financiados por entidades privadas, pelo Programa Quadro de Investigação & Desenvolvimento da União Europeia ou por instituições estrangeiras ou internacionais, exclusivamente na parte financiada por fundos nacionais do Orçamento do Estado. Vedada a prática de quaisquer atos que consubstanciem valorizações remuneratórias dos titulares dos cargos e demais pessoal identificado no n.º 9 do artigo 19.º do O.E. Alteração dos artigos 5.º, 53.º e 61.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro
Lei n.º 119/2010, de 30 de Dezembro	1ª alteração à Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, que estabelece uma nova data para a entrada em vigor do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.
Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro	É aprovado um conjunto de medidas adicionais de redução de despesa com vista à consolidação orçamental prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-B/2010, de 27 de Dezembro	Aprova a Iniciativa para a Competitividade e o Emprego.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2010, de 27 de Dezembro	Concretiza medidas de consolidação orçamental previstas na lei do Orçamento do Estado para 2011 e no Programa de Estabilidade e Crescimento e implementa um sistema especial de controlo trimestral da despesa pública para o ano de 2011.
Lei n.º 50/2010, de 7 de Dezembro	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2010.
Portaria n.º 879-A/2010, de 29 de Novembro	Aprova os modelos oficiais do recibo verde eletrónico para os titulares de rendimentos de categoria B.

Legislação transversal às atividades do IPVC (continuação)	
Portaria nº 1196/2010, de 24 de Novembro	Aprova as taxas devidas no âmbito da certificação de entidades formadoras.
Portaria nº 1190/2010, de 18 de Novembro	Fixa os fatores de correção extraordinária das rendas para vigorar em 2011.
Portaria nº 1189/2010, de 17 de Novembro	Procede à identificação de domínios de habilitação para a docência em vários graus de ensino.
Decreto-Lei nº 124/2010, de 17 de Novembro	Aprova a orgânica da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, procedendo, em consequência à alteração da Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e à revogação de várias disposições do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.
RCM nº 89/2010, de 17 de Novembro	Aprova o plano de Ação para a formação profissional dos trabalhadores da Administração Pública para o período 2011-2013.
Portaria n.º 1113/2010, de 28 de Outubro	Fixa os montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal e das respetivas majorações do segundo titular e seguintes e situações de monoparentalidade.
Decreto-Lei n.º 116/2010, de 22 de Outubro	Elimina o aumento extraordinário de 25% do abono de família nos 1.º e 2.º escalões e cessa a atribuição do abono aos 4.º e 5.º escalões de rendimento, procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto.
Portaria 851/2010, de 6 Setembro	Regula o sistema de certificação de entidades formadoras previsto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto -Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro
Lei 42/2010, de 3 Setembro	Altera Lei 34/87, de 16 de Junho que regulamenta os crimes da responsabilidade dos titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos
Lei 32/2010, de 2 Setembro	Altera Código Penal, designadamente crimes cometidos por funcionário. Entra em Vigor 180 dias após publicação
Lei nº 34/2010, de 2 Setembro	Altera o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, no capítulo referente às garantias de imparcialidade (terceira alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro).  O exercício de funções não pode ser acumulado com o de funções ou atividades privadas.
Lei 7/2010, de 13 de Maio	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei nº 207/2009, de 31 de Agosto, que procede à alteração do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.

Legislação transversal às atividades do IPVC (continuação)	
Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril	<p>Orçamento do Estado para 2010. Alterações:</p> <p>Aditamento à Lei n.º 53 -D/2006, de 29 de Dezembro - ADSE (Artigo 16.º)</p> <p>Alteração ao Decreto -Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro – ADSE (Artigo 17.º)</p> <p>Alteração à Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro – LVCR (Artigo 18.º)</p> <p>Negociação do posicionamento remuneratório (Artigo 19.º)</p> <p>Alteração ao Decreto -Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro – contratos de tarefa e avença (Artigo 20.º)</p> <p>Revisão das carreiras, dos corpos especiais e dos níveis remuneratórios das comissões de serviço e de estatutos (Artigo 21.º)</p> <p>Trabalhadores de órgãos e serviços das administrações regionais e autárquicas (Artigo 22.º)</p> <p>Admissões de pessoal (Artigo 23.º)</p> <p>Atualização de suplementos remuneratórios (Artigo 24.º)</p> <p>Alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro (Artigo 25.º)</p> <p>Alteração ao Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (Artigo 26.º)</p> <p>Atualização da informação sobre efetivos na administração do Estado (Artigo 27.º)</p> <p>Manutenção da inscrição na CGA, I. P. (Artigo 28.º)</p> <p>Alteração ao Estatuto da Aposentação (Artigo 29.º)</p> <p>Conceito de remuneração mensal relevante para efeitos do artigo 5.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de Dezembro (Artigo 30.º)</p>
Declaração de Retificação n.º 81/2009, de 27 de Outubro	Retifica o Decreto--Lei n.º 230/2009, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.
Portaria n.º 1264/2009, de 16 de Outubro	Regula e aprova os modelos de anúncios previstos no Decreto -Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto
Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro	Alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro
Decreto-lei n.º 272/2009, de 1 de Outubro	Estabelece as medidas específicas de apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento – atletas de alta competição. Alteração aos artigos 3.º, 18.º e 19.º do Decreto -Lei n.º 393 -A/99, de 2 de Outubro.
Decreto-Lei n.º 269/2009, de 30 de Setembro	Cria um regime excecional de prorrogação da atual mobilidade até 31 de Dezembro de 2010.
Lei n.º 111/2009, de 16 de Setembro	Procede à primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo DL n.º 104/98, de 21 de Abril, entrando em vigor a partir de 01-01-2010.

Legislação transversal às atividades do IPVC	
Decreto-lei n.º 230/2009, 14 de Setembro	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, e determina a desmaterialização de procedimentos relativos ao processo individual do estudante e à emissão dos documentos comprovativos da titularidade dos graus e diplomas, e simplifica o procedimento relativo à equiparação a bolseiro de docentes, investigadores e outros trabalhadores das instituições de ensino superior públicas.
Portaria n.º 1031/2009, de 10 de Setembro	Define as Provas de ingresso obrigatórias para o ingresso nos primeiros ciclos de estudos e ciclos de estudos integrados de mestrado. O disposto na presente portaria aplica -se a partir do ingresso no ensino superior no ano letivo de 2012 -2013, inclusive.
Decreto-Lei n.º 220/2009, de 8 de Setembro	Regime jurídico da habilitação profissional para a docência
Despacho n.º 19868-B/2009, 31 de Agosto	Determina a interrupção, suspensão ou encerramento de serviços e estabelecimentos, nos casos em que se reconheça o perigo de contágio pelo vírus H1N1 e estabelece medidas de proteção social para os beneficiários que se encontrem impedidos do exercício da sua atividade profissional.
DL 206/2009, 31 de Agosto	Aprova o regime jurídico do título de especialista a que se refere o artigo 48º da Lei nº 62/2007 de 10 de Setembro, que aprovou o regime jurídico das instituições de ensino superior.
DL 207/2009, 31 de Agosto	Procede à alteração do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei nº 185/81, de 1 de Julho
Decreto-Lei n.º 203/2009, de 31 de Agosto	Cria um título de transporte destinado a todos os estudantes do ensino superior.
DR 15/2009, 31 de Agosto	Estabelece a composição, as competências e o modo de funcionamento do Conselho Coordenador do Ensino Superior
Portaria n.º 782/2009, de 23 de Julho	Regula o Quadro Nacional de Qualificações e define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais.
Portaria n.º 781/2009 de 23 de Julho	Estabelece a estrutura e organização do Catálogo Nacional de Qualificações.
Despacho n.º 11809/2009, 15 de Maio	Fixa o procedimento aplicável no tratamento das reclamações, a adotar pelas instituições de ensino superior públicas. (ver Legislação associada no subprocesso EAR, página 14 deste documento)
Deliberação n.º 1377/2009, do Conselho da Prevenção da Corrupção, de 14 Maio	Define regras sobre a prevenção acrescida do risco de corrupção e infrações conexas no âmbito das aquisições efetuadas pelo sector público

Legislação transversal às atividades do IPVC	
Portaria n.º 420/2009, de 20 de Abril	Procede à revisão das categorias de bens e serviços cujos acordos quadro e procedimentos de contratação da aquisição são celebrados e conduzidos pela ANCP.
Decreto-Lei n.º 88/2009, de 9 de Abril	Republicação do Decreto -Lei n.º 290 -D/99, de 2 de Agosto que regula a validade, eficácia e valor probatório dos documentos eletrónicos, a assinatura eletrónica
Decreto-Lei n.º 69-A/2009, 24 de Março	Estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2009
Portaria n.º 292/2009, 23 de Março	Estabelece a taxa contributiva aplicável aos trabalhadores que exercem funções públicas abrangidos pelo disposto no artigo 10.º da Lei n.º 4/2009, de 29 de Janeiro
Declaração de Retificação n.º 21/2009, 18 de Março	Retifica a Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova a revisão do Código do Trabalho
Despacho n.º 7382/2009, 12 de Março	Regulamentação do parque de veículos do Estado
Portaria n.º 383/2009, 12 de Março	Identificação e regime de utilização de veículos
Lei n.º 10/2009, de 10 de Março	Procede à primeira alteração à Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2009) Alteração do art. 32º da Lei n.º 4/2009, de 29 de Janeiro, em que define a proteção social dos trabalhadores que exercem funções públicas
Deliberação n.º 569/2009, 26 de Fevereiro	Reconhecimento de graus pré-Bolonha conferidos nos países constantes da deliberação genérica n.º 5, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro
Deliberação n.º 568/2009, 26 de Fevereiro	Reconhecimento de graus académicos de ensino superior, atribuídos no Reino Unido, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro
Deliberação n.º 547/2009, 23 de Fevereiro	Delegação de competências nos Conselhos Diretivos para autorizar despesas, na respetiva escola, até ao limite de €2000, sem prejuízo da faculdade de avocar.
Lei nº 7/2009, 12 de Fevereiro	Aprova a revisão do Código do Trabalho.
Despacho normativo nº 7/2009, DR, II Série de 6 Fevereiro	Homologação dos Estatutos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.
Decreto-Lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro	Estabelece medidas excecionais de contratação pública.

Legislação transversal às atividades do IPVC	
Lei n.º 4/2009, 29 de Janeiro	Define a proteção social dos trabalhadores que exercem funções públicas
Portaria n.º 83-A/2009, 22 de Janeiro	Regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR): ocupação imediata de postos de trabalho e constituição de reservas de recrutamento.
Portaria n.º 62/2009, de 22 de Janeiro	Aprova os modelos de termos de aceitação da nomeação e de termo de posse.
Circular DGO n.º 1347, de 12/01/2009	Processamento de vencimentos, de harmonia com os novos valores dos índices 100 para 2009.
Deliberação n.º 2430/2008	Reconhecimento aos graus de licenciado e mestre no final do primeiro ciclo de estudos nos países da união Europeia
Deliberação n.º 2429/2008	Reconhecimento de Grau de Doutor nos países da União Europeia (revoga deliberação n.º 2097/2008)
Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de Dezembro	Procede à revisão anual das tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem, bem como dos suplementos remuneratórios, para os trabalhadores em funções públicas e atualiza as pensões de aposentação e sobrevivência, reforma e invalidez.
Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro	Aprova a tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, contendo o número de níveis remuneratórios e o montante pecuniário correspondente a cada um e atualiza os índices 100 de todas as escalas salariais.

Legislação transversal às atividades do IPVC	
Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro	<p>Orçamento de Estado para 2009.</p> <p>Alteração dos seguintes diplomas:</p> <p>Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro, já alterado e republicado pelo DL n.º 234/2005, de 30 de Dezembro, relativo à ADSE;</p> <p>DL n.º 4/89, de 6 de Janeiro, alterado pelo DL n.º 276/98, de 11 de Setembro, relativo a abono para falhas;</p> <p>DL n.º 259/98, de 18 de Agosto, alterado pelo DL n.º 169/2006, de 17 de Agosto, relativo à duração e horário de trabalho;</p> <p>DL n.º 100/99, de 31 de Março, alterado por vários diplomas, relativo à lei de férias, faltas e licenças na Administração Pública;</p> <p>DL n.º 503/99, de 20 de Novembro, relativo a acidentes em serviço;</p> <p>Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, relativa ao estatuto de pessoal dirigente;</p> <p>DL n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, relativa ao regime comum de mobilidade;</p> <p>Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, relativa à mobilidade dos trabalhadores da Administração Pública com contrato individual de trabalho;</p> <p>Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, relativa aos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.</p>
Lei n.º 59/2008, 11 de Setembro	Aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas
Lei n.º 58/2008, 9 de Setembro	Aprova o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas
Decreto Regulamentar n.º 14/2008, 31 de Julho	Identifica os níveis da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas
Decreto-Lei n.º 121/2008, 11 de Julho	Identifica e extingue carreiras e categorias cujos trabalhadores transitam para uma de três carreiras
Decreto-Lei n.º 107/2008, 25 Junho	Progresso da Concretização do Processo de Bolonha – Elaboração do Relatório Anual
Resolução n.º 19/2008, 19 Maio	Estruturação de um Sistema de Garantia da Qualidade
Lei n.º 12-A/2008, 27 Fevereiro	Estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas
Lei n.º 11/2008, 20 de Fevereiro	1ª Alteração à Lei n.º 53/2007, que estabelece o regime comum de mobilidade entre serviços dos funcionários e agentes da Administração Pública
Portaria n.º 30/2008, 10 Janeiro	Regulamenta o suplemento ao diploma

Legislação transversal às atividades do IPVC	
Portaria nº 29/2008, 10 Janeiro	Aprovação do regulamento do Processo de Registo de Diplomas Estrangeiros ao abrigo do DL nº 341/2007
Portaria nº 1633/2007, 31 de Dezembro	Aprovação dos modelos de fichas de autoavaliação e avaliação do desempenho (SIADAP)
Lei nº 66-B/2007, 28 de Dezembro	Estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP)
Decreto-Lei nº 369/2007, 05 Novembro	Cria a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e aprova os respetivos estatutos, como agência de avaliação e acreditação para a garantia da qualidade do ensino superior
Decreto-Lei nº 341/2007, 12 Outubro	Aprovação do regime jurídico do reconhecimento de graus académicos superiores estrangeiros
Lei nº 62/2007, 10 Setembro	Aprova o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.
Decreto-Lei nº 309-A/2007, 07 Setembro	Sistema específico de empréstimo a estudantes e bolsiros do ensino superior, investigadores e instituições de investigação científica;
Lei nº 38/2007, 16 Agosto	Aprova o Regime Jurídico de Avaliação do Ensino Superior (Agência de Avaliação)
Decreto-Lei nº 241/2007, 21 Junho	Regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental
Portaria nº 401/2007, 05 Abril	Aprova o Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no Ensino Superior
Decreto-Lei nº 45/2007, 23 de Fevereiro	Alteração ao Decreto-Lei nº 296-A/98, de 25 de Setembro. Introdução progressiva do recurso à Internet como forma de realizar o concurso nacional de acesso ao ensino. Substituição da edição anual em papel dos guias com a informação sobre o Ensino Superior e as condições de acesso aos cursos pela sua divulgação através da internet
Lei nº 53/2006, 7 de Dezembro	Estabelece o regime comum de mobilidade entre serviços dos funcionários e agentes da Administração Pública
Decreto-Lei nº 151/2006, 02 de Agosto	Autorização para acumulação de funções nos estabelecimentos de ensino superior público
Lei nº 23/2006, 23 de Junho	Regime jurídico do associativismo juvenil
Decreto-Lei nº 88/2006, 23 Maio	Cursos de Especialização Tecnológica
Despacho nº 7287-A/2006	Normas de organização dos processos referentes às alterações de ciclos de estudos, publicado no DR nº 65 de 31 de Março
Despacho nº 7287-B/2006	Normas de organização dos processos referentes ao registo de adequação de ciclos de estudos, publicado no DR nº 65 de 31 de Março

Legislação transversal às atividades do IPVC	
Despacho n.º 7287-C/2006	Normas de organização dos processos referentes a novos ciclos de estudos, publicado no DR n.º 65 de 31 de Março
Decreto-Lei n.º 74/2006, 24 Março	Aprova regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, em desenvolvimento do disposto nos artigos 13.º a 15.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), e o disposto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto (estabelece as bases do financiamento do ensino superior, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho
Decreto-Lei n.º 64/2006, 21 de Março	Regulamenta as provas para os maiores de 23 anos
Portaria n.º 231/2006, 18 de Janeiro	ETI por curso, por área de formação inicial do ensino superior; Base de financiamento do ensino superior;
Despacho n.º 484/2006	Avaliação Global e avaliação da qualidade do sistema do Ensino Superior Português
Deliberação n.º 1134/2006	Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior
Deliberação n.º 1126/2006	Deliberação da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior
Directiva 2005/36/CE 07 de Setembro de 2005	Relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais Profissões Regulamentadas pela União Europeia
Lei n.º 51/2005, 30 de Agosto	1ª Alteração à Lei n.º 2/2004 que estabelece as regras para as nomeações dos altos cargos dirigentes da Administração Pública
Lei n.º 49/2005, 30 de Agosto	Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior
Parecer n.º 2/2005, 25 Maio	Parecer sobre o novo guião de autoavaliação de uma unidade funcional: Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior
Despacho n.º 10543/2005, 11 de Maio	Princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior; Normas técnicas para apresentação das estruturas curriculares e dos planos de estudos dos cursos superiores; Bolonha;
Decreto-Lei n.º 67/2005, 15 de Março	Regula o reconhecimento pelo Estado Português dos graus académicos conferidos na sequência da conclusão com êxito de um curso de mestrado «Erasmus Mundus» e a sua titulação
Decreto-Lei n.º 42/2005, 22 Fevereiro	Aprova os princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior
Decreto-Lei n.º 10/2005, 06 Janeiro	Aprova a orgânica do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior
Aviso n.º 10 093/2004, 25 de Outubro	Publicado no DR n.º 255, 2ª Série (Regulamento de Bolsas de Mérito do IPVC)

Legislação transversal às actividades do IPVC	
Parecer n.º 7/2004, 25 de Agosto	Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar (PNAPAE)
Lei n.º 99/2003, 27 de Agosto	Código do Trabalho, artigos 79º a 85º) e respetiva regulamentação (Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, artigos 147º a 156º) (regulamentam o estatuto de trabalhador estudante)
Lei n.º 37/2003, 22 de Agosto	Estabelece as bases do financiamento do ensino superior, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto
Deliberação n.º 1062/2003, 23 de Julho	Aprova o Regulamento da aplicação do disposto no artigo 20.º-A do Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2003, de 7 de Fevereiro
Deliberação n.º 857/2004, 18 de Maio	Homologa a tabela com as instituições de ensino superior que aplicam o disposto no artigo 20.º-A do Decreto-lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro, e a tabela de correspondência de disciplinas estrangeiras homólogas das provas de ingresso
Lei n.º 2/2004, 15 de Janeiro	Estabelece as regras para as nomeações dos altos cargos dirigentes da Administração Pública
Decreto-Lei n.º 26/2003, 07 de Fevereiro	2ª alteração ao Dec-Lei n.º 296-A/98, já antes alterado pelo Dec-Lei n.º 99/99, do Regime de Acesso e Ingresso no Ensino Superior
<b>Lei n.º 1/2003, 04 Janeiro</b>	Aprova Regime Jurídico do Desenvolvimento e da Qualidade do Ensino Superior.
Portaria n.º 532/2002, 18 de Maio	Regulamento da Formação Inicial, contínua e especializada do pessoal não docente dos estabelecimentos da educação e ensino superior
<b>Portaria n.º 106/2002, 01 de Fevereiro</b>	Revogada pelo Decreto-Lei n.º 64/2006 de 21 de Março, à exceção do art. 22.º que aprovava o Regulamento do Exame Extraordinário de Avaliação de Capacidade para Acesso ao Ensino Superior
<b>Portaria n.º 854-A/99, 04 de Outubro</b>	Aprova o Regulamento dos Concursos Especiais de Acesso ao Ensino Superior, a que se refere o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro
<b>Portaria n.º 854-B/99, 04 de Outubro</b>	Aprova o Regulamento dos Regimes Especiais de Acesso ao Ensino Superior, a que se refere o artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de Outubro
<b>Decreto-Lei n.º 393-A/99, 02 de Outubro</b>	Regula os Regimes Especiais de Acesso e Ingresso no Ensino Superior e foi publicado na Série I- A do Diário da República n.º 231, de 2 de Outubro de 1999

Legislação transversal às atividades do IPVC	
Decreto-Lei n.º 393-B/99, 02 de Outubro	Regula os Concursos Especiais de Acesso e Ingresso no Ensino Superior e foi publicado na Série I-A do Diário da República n.º 231, de 2 de Outubro de 1999. Várias disposições revogadas pelo Decreto-Lei n.º 196/2006 de 10 de Outubro.
Decreto-Lei n.º 373/99, 18 de Setembro	Estabelece a revalorização das carreiras docentes do ensino superior
<a href="#">Decreto-Lei n.º 296-A/98</a>	Regula o Regime de Acesso e Ingresso no Ensino Superior; alterado por: D-L n.º 99/99, D-L n.º 26/2003, D-L n.º 76/2004, D-L n.º 158/2004
Decreto-Lei n.º 205/98, 11 de Julho	Cria o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior
Recomendação n.º 98/561 CE	Cooperação Europeia com vista à garantia da Qualidade do Ensino Superior
Decreto-Lei n.º 216/97, 18 Agosto	Reconhecimento do grau de Doutor obtido no estrangeiro por portugueses
Decreto-Lei n.º 129/97, 24 de Maio	Definição de funções de Administrador e Secretário das Instituições do Ensino Superior Politécnico;
Lei n.º 38/94, 21 de Novembro	Avaliação do Ensino Superior
Decreto-Lei n.º 216/92, 13 de Outubro	Atribuição de graus de mestre e doutor; ensino superior; formação pós-graduada; isenção de pagamento de propinas aos docentes e agentes do ensino superior;
Decreto-Lei n.º 245/91, 06 de Julho	Estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior universitário e do politécnico e do pessoal dirigente;
Despacho Conjunto n.º 41/ME/90, 28 de Março	Prevê a possibilidade do pessoal dirigente exercerem em regime de acumulação, atividades docentes em estabelecimentos de ensino superior
Decreto-Lei n.º 408/89, 18 de Novembro	Estabelece regras sobre o estatuto remuneratório do pessoal docente universitário, do pessoal docente do ensino superior politécnico e do pessoal de investigação científica e aprova as escalas salariais para regime de dedicação exclusiva
Decreto-Lei n.º 69/88, 03 de Março	Alteração do Decreto-Lei n.º 185/81 - Estatuto da carreira docente do Ensino Superior Politécnico
Decreto-Lei n.º 145/87, 24 de Março	Alterações às disposições relativas ao regime de dedicação exclusiva nas carreiras docentes universitária e do ensino superior politécnico e de investigação científica
Lei n.º 6/1987, 27 de Janeiro	Alterações às disposições relativas ao regime de dedicação exclusiva nas carreiras docentes universitária e do ensino superior politécnico e de investigação científica

Legislação transversal às atividades do IPVC	
Lei n.º 46/86, 14 de Outubro	Lei de Bases do Sistema Educativo, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, e pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto
Portaria n.º 1071/83, 29 de Dezembro	Fixa os impressos para requerimento de equivalência e reconhecimento de habilitações superiores estrangeiras
Decreto-Lei n.º 316/83, 02 de Julho	Estabelece normas sobre a concessão de equivalência de habilitações nacionais de nível superior. O Capítulo II é revogado vigorando o Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de Junho e o Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro
Decreto-Lei n.º 283/83, 21 Junho	Reconhecimento de graus académicos
Decreto-Lei n.º 185/81, 01 de Julho	Estatuto da carreira do pessoal docente do Ensino superior Politécnico
Decreto-Lei n.º 524/73, 13 de Outubro	Gratuidade do ensino obrigatório; isenção de propinas para os docentes ou agentes de ensino que se matriculem em cursos de ensino superior; complementos de formação;

**Legislação relativa Acesso ao Ensino Superior**

Portaria 478/2010, de 9 de Julho	Aprova o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2010-2011.
Deliberação n.º 994/2010, de 07/06	Aplicação do art.º 20-A do Dec.Lei n.º 296-A/98 para a candidatura em 2011/2012
Deliberação n.º 7/2010, de 25/05	Divulga alterações de elencos de provas de ingresso para 2011, 2012 e 2013
Deliberação n.º 699/2010, de 19/04	Regula a fixação de elencos de provas de ingresso para 2010-2011 e 2013-2014
Deliberação n.º 636/2010, de 07/04	Retifica o Grupo F de pré-requisitos do anexo I da Deliberação n.º 337/2010, de 11/02, da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior
Deliberação n.º 635/2010, de 07/04	Fixa uma nova forma de comprovação de pré-requisitos a partir da candidatura para o ano letivo de 2010-2011
Deliberação n.º 346/2010, de 12/02	Divulga os exames nacionais do ensino secundário que satisfazem as provas de ingresso exigidas para a candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior no ano letivo de 2010-2011
Deliberação n.º 337/2010, de 11/02	Fixa os pré-requisitos para o ano letivo de 2010-2011, o calendário de ações e o regulamento do Grupo P
Deliberação n.º 336/2010, de 11/02	Esclarece o âmbito de aplicação das regras de conversão das classificações do ensino secundário estrangeiro, para utilização a partir da candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior no ano letivo de 2011-2012
Deliberação n.º 3259/2009, de 07/12	Dá uma nova redação ao anexo I da Deliberação n.º 1704/2009, de 18/06
Deliberação n.º 3258/2009, de 07/12	Elenco de provas de ingresso a partir de 2012/2013
Deliberação n.º 2263/2009, de 31/07	Esclarece o âmbito de utilização da tabela de conversão fixada ao abrigo da Deliberação n.º 904/2008, de 27/03
Deliberação n.º 1704/2009, de 18/06	Aplicação do art.º 20-A do Dec.Lei n.º 296-A/98 para a candidatura em 2010/2011
Deliberação n.º 1703/2009, de 18/06	Fixação dos elencos de provas de ingresso para 2009/2010 e para anos futuros
Deliberação n.º 1702/2009, de 18/06	Utilização dos exames nacionais como provas de ingresso
Deliberação n.º 1664/2008, II Série do DR n.º 115, de 17/06	Aprova o regulamento da aplicação do disposto no artigo 20.º-A do Decreto-Lei n.º 296-A/98
Deliberação n.º 1650/2008, II Série do DR n.º 113, de 13/06	Classificação final do ensino secundário a atribuir aos candidatos cujo diploma, nos termos da lei, não inclua essa classificação
Retificação da Deliberação n.º 1649/2008, de 13/06	Retificação do n.º 2 do artigo 1.º
Deliberação n.º 933/2008 - II Série do DR n.º 63, de 31/03	Utilização dos exames nacionais como provas de ingresso
Deliberação n.º 904/2008 - II Série do DR n.º 61, de 27/03	Conversão de classificações para aplicação do disposto no art.º 20.º-A do D.L. 296-A/98
Aplicação do art.º-A do D.L. n.º 296-A/98	(Utilização de exames estrangeiros como provas de ingresso)

## LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO IPVC:

- O **Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC)** é uma instituição de Ensino Superior Público, criado pelo Decreto-Lei nº 380/80, de 16 de Agosto
- Estatutos do IPVC - Despacho Normativo nº 7/2009, de 26 de Janeiro, publicado na II Série do D.R. de 06-02-2009.

### **Escola Superior de Educação (ESE)**

- Criada pelo Decreto-Lei nº 513-T/79, de 26/12
- Estatutos (Despacho Normativo IPVC-P-06/96, de 19/04)

### **Escola Superior Agrária (ESA)**

- Criada pelo Decreto do Governo nº 46/85, 22/11
- Estatutos (Despacho IPVC-P-05/96, de 08/03)

### **Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG)**

- Criada pelo Decreto do Governo nº 46/85, 22/11
- Estatutos (Despacho IPVC-P-10/96, de 04/06)

### **Escola Superior de Ciências Empresárias (ESCE)**

- Criada pelo Decreto-Lei nº 264/99, 14/07
- Estatutos (Despacho nº 16 638/2004, de 14/09)

### **Escola Superior de Enfermagem (ESEnf), agora, segundo os novos Estatutos do IPVC, Escola Superior de Saúde (ESS)** Reconvertida em Escola Superior de Enfermagem pela Portaria nº 821/89, 15/9

- Estatutos (Despacho Normativo n.º 7/2000, de 27/01)
- Decreto-lei n.º 99/2001 de 28 de Março (art. 3.º) integração da Escola Superior de Enfermagem de Viana do Castelo no Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

### **Serviços de Ação Social (SAS)**

- Criados pelo Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de Abril
- Regulamento Orgânico dos Serviços de Ação Social do IPVC, aprovado pelo despacho nº 9/95, do Presidente do IPVC, publicado na II série do Diário da República nº 198, de 28 de Agosto de 1995
- Regulamento Funcional dos Serviços de Ação Social *Diário da República, 2.ª série — N.º 58 — 24 de Março de 2010*

### **Tabela de Emolumentos do IPVC.** Define os valores a cobrar pelos atos praticados e documentos emitidos pelo IPVC

Declaração de retificação n.º 2081/2009 de 25 de Agosto, Aprova a Tabela de Emolumentos do IPVC e republica a deliberação n.º 2427/2009, publicado no DR, II Série, de 19 de Agosto.

**Regulamento de contratação de pessoal docente**, especialmente contratado, ao abrigo do artigo 8º do ECDPESP, aprovado pelo Despacho-IPVC-P-16/2009. Define as regras para a contratação de docentes convidados.

Deliberação n.º 547/2009 IPVC. **Delegação de competências**

Regulamento n.º 78/2010 **Regulamento de Creditação de Competências** do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

**Regulamento n.º 172/2008** - Regulamento dos **Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso e dos Concursos Especiais** do IPVC, *Diário da República*, 2.ª série — N.º 68 — 7 de Abril

**Regulamento IPVC n.º 127/2008** - Regulamento dos maiores de 23 anos, Publicado em DR n.º 53, 2ª série, 14 de Março

**Regulamento geral de propinas e prescrição do IPVC**, aprovado por despacho do Presidente do IPVC, de **07.08.2009**, que vem revogar o regulamento aprovado pelo Aviso n.º 1730/2004, publicado na IIª série do Diário da República, n.º 31, de 06.02.2004.

Define o Regulamento de pagamento de Propinas e de Prescrições dos alunos do 1º e 2º ciclos do IPVC, aprovado pelo Despacho n.º 19176/2009, publicado na IIª série do Diário da República, n.º159, de 18 de Agosto.

**Regulamento Bolsa de Mérito do IPVC**, Despacho n.º 13531/2009, de 9 de Junho

**LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS CURSOS DE 1º CICLO, IPVC**

(Ano Letivo 2011/2012)

	<b>Curso</b>	<b>Portaria/Despacho</b>
<b>ESE</b>	Desporto e Lazer	Despacho nº 4698/2007, 14 de Março
	Educação Básica	Portaria nº 1419/2007, 30 de Outubro
	Educação Social Gerontológica	Portaria nº 1382/2007, 23 de Outubro
	Gestão Artística e Cultural (Pós-Laboral)	Portaria nº 1412/2007, 29 de Outubro
<b>ESA</b>	<b>Curso</b>	<b>Portaria/Despacho</b>
	Biotecnologia	Portaria nº 1431/2007, 2 de Novembro
	Enfermagem Veterinária	Portaria nº 714-A/2006, 14 de Julho Portaria nº 989/2007, 27 de Agosto
	Enfermagem Veterinária (Pós Laboral)	Portaria nº 714-A/2006, 14 de Julho Portaria nº 989/2007, 27 de Agosto Aprovado pela DGES
	Engenharia Agronómica Ramos: Espaços verdes/Zootécnica	Despacho nº 12813/2006, 20 de Junho
Engenharia do Ambiente	Despacho nº 12813/2006, 20 de Junho	
<b>ESTG</b>	<b>Curso</b>	<b>Portaria/Despacho</b>
	Cerâmica Artística	Portaria nº 1537/2007, 5 de Dezembro plano alterado pelo Presidente do IPVC
	Design de Ambientes	Despacho nº 4698/2007, 14 de Março plano alterado pelo Presidente do IPVC
	Design do Produto	Despacho nº 4698/2007, 14 de Março
	Engenharia de Sistemas de Energias Renováveis	Portaria nº 1424/2007, 31 de Outubro plano alterado pelo Presidente do IPVC
	Engenharia Alimentar	Despacho nº 4698/2007, 14 de Março plano alterado pelo Presidente do IPVC
	Engenharia Civil e do Ambiente	Despacho nº 4698/2007, 14 de Março
	Engenharia Civil e do Ambiente (Pós Laboral)	Aprovado pela DGES
	Engenharia Eletrónica e Redes de Computadores	Despacho nº 4698/2007, 14 de Março
	Engenharia Informática	Despacho nº 12813/2006, 20 de Junho plano alterado pelo Presidente do IPVC
	Gestão	Despacho nº 4698/2007, 14 de Março plano alterado pelo Presidente do IPVC
	Gestão (Noturno)	Aprovado pela DGES plano alterado pelo Presidente do IPVC
	Engenharia da Computação Gráfica e Multimédia	Despacho nº 4698/2007, 14 de Março Despacho nº 9617/2010, de 7 Junho
	Turismo	Despacho nº 4698/2007, 14 de Março plano alterado pelo Presidente do IPVC
Turismo (Pós-Laboral)	Aprovado pela DGES plano alterado pelo Presidente do IPVC	
Engenharia e Tecnologia dos Materiais	Aprovado pela DGES, aguarda publicação em Diário da República	
<b>ESCE</b>	<b>Curso</b>	<b>Portaria/Despacho</b>
	Contabilidade e Fiscalidade(Pós Laboral)	Aprovado pela DGES, aguarda publicação em Diário da República
	Distribuição e Logística	Despacho nº 12813/2006, 20 de Junho
	Informática de Gestão	Despacho nº 12813/2006, 20 de Junho
Marketing e Comunicação Empresarial	Aprovado pela DGES, aguarda publicação em Diário da República	
<b>ESS</b>	<b>Curso</b>	<b>Portaria/Despacho</b>
	Enfermagem	Despacho nº 6317/2008, 5 de Março

**LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS CURSOS DE 2º CICLO, IPVC**  
(Ano Letivo 2010/2011)

<b>ESE</b>	<b>Curso</b>	<b>Portaria/Despacho</b>
	Didática da Matemática e das Ciências	Despacho nº 1369/2010, 20 de Janeiro
	Inovação e Mudança Educacional	Despacho nº 1371/2010, 20 de Janeiro
	Supervisão Pedagógica	Despacho nº 1291/2010, 19 de Janeiro
	Educação Artística	Despacho nº 1370/2010, 20 de Janeiro
	Promoção e Educação para a Saúde	Despacho nº 2063/2010, 29 de Janeiro
	Ensino do 1º Ciclo Ensino Básico	Despacho nº 2064/2010, 29 de Janeiro
	Ensino do 1º e do 2º Ciclo Ensino Básico	Despacho nº 2066/2010, 29 de Janeiro
	Educação Pré-Escolar	Despacho nº 1902/2010, 27 de Janeiro
	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo EB	Despacho nº 1981/2010, 28 de Janeiro
	Didática da Língua Portuguesa	Despacho nº 1901/2010, 27 de Janeiro
	Gestão Artística e Cultural	Despacho nº 1369/2010, 20 de Janeiro
Gerontologia Social	Despacho nº 1367/2010, 20 de Janeiro	
Educação, Especialidade em Aprendizagem, Desenvolvimento e Inovação Educacional	Despacho nº 2065/2010, 29 de Janeiro	
<b>ESA</b>	<b>Curso</b>	<b>Portaria/Despacho</b>
	Agricultura Biológica	Despacho 11654/2008, 23 de Abril
	Gestão Ambiental e Ordenamento do Território	A aguarda publicação
<b>ESTG</b>	<b>Curso</b>	<b>Portaria/Despacho</b>
	Tecnologia e Gestão de Sistema de Informação	Despacho nº 11653/2008, 23 de Abril
	Tecnologia Cerâmica	Despacho nº 11659/2008, 23 de Abril
	Empreendedorismo e Inovação na Indústria Alimentar	Aprovado a aguardar publicação
	Gestão da Qualidade de Laboratórios	Aprovado a aguardar publicação
	Design Integrado	Aprovado a aguardar publicação; plano alterado pelo Presidente do IPVC
	Contabilidade e Finanças (em associação APNOR)	Aprovado a aguardar publicação
	Construções Cívicas (Engenharia Civil)	Aprovado a aguardar publicação
	Gestão das Organizações -Ramo de Gestão de Empresas (em associação APNOR)	Aprovado a aguardar publicação
	Turismo, Inovação e Desenvolvimento	Aprovado a aguardar publicação plano alterado pelo Presidente do IPVC
<b>ESCE</b>	<b>Curso</b>	<b>Portaria/Despacho</b>
Logística (em associação APNOR)	Aprovado a aguardar publicação	
<b>ESS</b>	<b>Curso</b>	<b>Portaria/Despacho</b>
	Gestão das Organizações -Ramo de Gestão de Unidades de Saúde (em associação APNOR)	Aprovado a aguardar publicação
	Promoção e Educação para a Saúde (em parceria com a ESE)	Despacho nº 2063/2010, 29 de Janeiro

## AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E A ACREDITAÇÃO

### **Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)- Quadro Normativo, Guiões e Procedimentos**

*Regulamento n.º1/2009*, que estabelece o regime de procedimentos de avaliação e acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos

*Deliberações n.º1/2009*, que fixa os prazos para apresentação dos pedidos de acreditação e *n.º2/2009*, que fixa as taxas a cobrar pelos procedimentos de acreditação.

Autoavaliação de Ciclos de Estudos em Funcionamento (ACEF) - Ensino Politécnico

ACEF Polit 2009 PT.pdf

Avaliação / Acreditação de Ciclos de Estudos em Funcionamento (AACEF) - Ensino Politécnico

- AACEF Polit 2009 PT.pdf

### Normas para Avaliação Externa

Tendo como referência o regime jurídico da avaliação e acreditação do ensino superior, no essencial, constante da **Lei n.º 38/2007**, de 16 de Agosto, mas integrando, também, disposições dispersas por outros diplomas legais, designadamente o **Decreto-Lei n.º 74/2006**, de 24 de Março, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 107/2008**, de 25 de Junho, a **Lei n.º 62/2007**, de 10 de Setembro, e o **Decreto-Lei n.º 369/2007**, de 5 de Novembro, **a avaliação da qualidade e a acreditação do ensino superior** tem por objeto o desempenho das instituições de ensino superior (IES), medindo o grau de cumprimento da sua missão através de parâmetros de desempenho relacionados com a respetiva atuação e com os resultados dela decorrentes.

		Legislação específica de processos do SGQ-IPVC	
Processo	Sub-processo	Requisitos Legais e Regulamentares	
Acção Social	Alimentação	Portaria 1129/2009, 1 de Outubro de 2009 (RECTIFICAÇÃO 82/2009, 28 de Outubro de 2009)	- Aprova o Regulamento do Controlo Metrológico dos Instrumentos de Medição e Registo da Temperatura a Utilizar nos Meios de Transporte nas Instalações de Depósito e Armazenagem dos Alimentos a Temperatura Controlada e revoga a Portaria n.º 1150/97, de 12 de Novembro.
		DL 267/2009, 29 de Setembro	Aprova o regime jurídico da gestão de óleos alimentares usados, produzidos pelos sectores da industria, da hotelaria e restauração e doméstico.
		Portaria n.º 394/2008, 28 de Março	Procede à atualização, para 2008, do preço de venda de refeições a fornecer a refeitórios dos serviços e organismos da administração pública destinados a funcionário e agentes
		Regulamento (CE) n.º 1441/2007, de 05 de Dezembro	Altera o Regulamento (CE) n.º 2073/2005 relativo a critérios microbiológicos aplicáveis aos géneros alimentícios
		Decreto-Lei n.º 306/2007, de 17 de Agosto	Estabelece o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano, procedendo à revisão do Decreto -Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 98/83/CE, do Conselho, de 3 de Novembro, tendo por objetivo proteger a saúde humana dos efeitos nocivos resultantes da eventual contaminação dessa água e assegurar a disponibilização tendencialmente universal de água salubre, limpa e desejavelmente equilibrada na sua composição
		Declaração de Retificação n.º 49/2006, de 11 de Agosto	De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 113/2006, que estabelece as regras de execução, na ordem jurídica nacional, dos Regulamentos (CE) n.º 852/2004 e 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativos à higiene dos géneros alimentícios e à higiene dos géneros de origem animal, respetivamente, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 113, de 12 de Junho de 2006
		Decreto-Lei n.º 113/2006, de 22 de Junho	Estabelece as regras de execução, na ordem jurídica nacional, dos Regulamentos (CE) N.ºs 852/2004 e 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativos à higiene dos géneros alimentícios e à higiene dos géneros alimentícios de origem animal, respetivamente
		Reg. (CE) n.º 2073/2005	Critérios Microbiológicos
		Portaria n.º 24/2005, 11 de Janeiro	Define as regras relativas ao modo de apresentação do azeite destinado a ser utilizado como tempero de prato nos estabelecimentos de hotelaria, de restauração e de restauração e bebidas.
		Reg. (CE) n.º 1935/2004	Materiais em contacto com alimentos

Legislação específica de processos do SGQ-IPVC			
		Reg. (CE) n.º 852/2004 do parlamento europeu e do conselho de 29 Abril	Relativo à higiene dos géneros alimentícios, <b>alterado</b> pelo Reg (CE) n.º 2074/2005 da comissão de 5 de Dezembro e por Reg (CE) 1019/2008.
		Despacho n.º 22434/2002, 18 Outubro	Indexação automática dos preços mínimos de refeição e de alojamento para os estudantes do ensino superior ao salário mínimo nacional
		Portaria n.º 390/2002, 11 de Abril	Regulamento relativo às prescrições mínimas em matéria de consumo, disponibilização e venda de bebidas alcoólicas nos locais de trabalho da administração pública central e local

<b>(Cont. da Lista de Requisitos Legais e Regulamentares)</b>		
<b>Alimentação</b>	Reg. (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Janeiro	Determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios.
	Decreto-Lei n.º 9/2002, 24 de Janeiro	Estabelece restrições à venda e consumo de bebidas alcoólicas
	Decreto-Lei n.º 243/2001, 05 Setembro	Regula a qualidade da água destinada ao consumo humano
	Portaria n.º 149/88, 09 de Março	Fixa regras de asseio e higiene a observar na manipulação de alimentos
	Portaria n.º 426/78, 29 de Julho	Revê as regras de fornecimento de refeições aos funcionários e agentes da Administração Pública.
	Portaria n.º 329/75, de 28 de Maio	Estabelece medidas de higiene respeitantes ao consumo de produtos alimentares - Revoga a Portaria n.º 24082, de 17 de Maio de 1969 (vigente apenas o n.º 2)
	Decreto-Lei n.º 240/94, de 22 de Setembro	Estabelece normas de qualidade e condições de utilização das gorduras e óleos comestíveis na preparação e fabrico de géneros alimentícios fritos
<b>Alojamento</b>	Despacho n.º 22434/2002	Indexação automática dos preços mínimos de refeição e de alojamento para os estudantes do ensino superior ao salário mínimo nacional
<b>Bolsas</b>	Despacho n.º 14474/2010, de 16 Setembro Ministério Ciência Tecnologia Ensino Superior	Aprova o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior.  São revogados os seguintes diplomas: a) Despacho n.º 10 324 -D/97 (2.ª série), de 31 de Outubro, alterado pelos despachos n.os 13 766 -A/98 (2.ª série), de 7 de Agosto, 20 768/99 (2.ª série), de 3 de Novembro, 7424/2002 (2.ª série), de 10 de Abril, 24 386/2003 (2.ª série), de 18 de Dezembro, e 4183/2007 (2.ª série), de 6 de Março; b) Despacho n.º 11 640 -D/97 (2.ª série), de 24 de Novembro, alterado pelos despachos n.os 16 233 -A/98 (2.ª série), de 14 de Setembro, 20 767/99 (2.ª série), de 3 de Novembro, 1808/2004 (2.ª série), de 27 de Janeiro, 15 158/2004 (2ª série), de 28 de Julho, e 12 190/2007, de 19 de Junho; c) Despacho n.º 22 840/2009 (2.ª série), de 15 de Outubro; d) Despacho n.º 1199/2005 (2.ª série), de 19 de Janeiro. 2 — Cessam a sua vigência, independentemente da forma que revistam, todas as regras técnicas aprovadas ao abrigo dos diplomas revogados pelo número anterior.
	Decreto-Lei 70/2010, de 16 Junho	Define novas regras aos apoios no âmbito da ação social no ensino superior público – SAS Estabelece as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações do subsistema de proteção familiar e do subsistema de solidariedade, bem como para a atribuição de outros apoios sociais públicos, e procede às alterações na atribuição do rendimento social de inserção, tomando medidas para aumentar a possibilidade de inserção dos seus beneficiários, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 164/99, de 13 de Maio, à segunda alteração à Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril
	DL 204/2009, 31 de Agosto	Procede à terceira alteração do Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de Abril, que estabelece os princípios da política de ação social no ensino superior.

	Despacho n.º 4183/2007, 06 Março	Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes de estabelecimentos de Ensino Superior Público"
<b>Cooperação In-ternacional</b>	Normas para a Gestão das Subvenções da Mobilidade Erasmus 2008/2009	Da Agência Nacional para o Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (PROALV) – Programa Sectorial Erasmus

**Gestão de Empreitadas e de Infra-estruturas (GEI)****(VER ANEXO-I) TABELA – Requisitos - GEI (no processo GEI)**

<b>Ambiente Higiene e Segurança</b>	Decreto-Lei n.º 319/2009, de 3 de Novembro	Regulamenta a eficiência na utilização final de energia e aos serviços energéticos.
	Plano de Contingência do IPVCI face à Gripe A, homologado em 14.09.2009	Adicionalmente: Manual de Normas e Procedimentos, Anexo ao Plano de Contingência da Gripe A
	Portaria n.º 773/2009, de 21 de Julho	
	Decreto-Lei n.º 188/2009, de 12 de Agosto	Estabelece as regras a que se encontra sujeita a prática de atos de desfibrilhação automática externa.
	Portaria n.º 610/2009, de 8 de Junho	Regulamenta o funcionamento do sistema informático previsto no n.º 2 do artigo 32.º do Decreto -Lei n.º 220/2008
	Portaria n.º 64/2009	
	DL 6/2009, de 6 de Janeiro	Estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores,
	Despacho n.º 2074/2008	
	Portaria n.º 1532/2008, 29 de Dezembro	Aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE)
	Decreto-Lei n.º 220/2008, 12 de Novembro	Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios

(Cont. da Lista de Requisitos Legais e Regulamentares)

<b>Gestão de Projetos</b>	QREN 2007-2013	<a href="http://www.qren.pt/download.php?id=421">www.qren.pt/download.php?id=421</a>
	Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/2007, DR n.º 126, I Série, de 03 de Julho	Definição das Prioridades Estratégicas Nacionais a Prosseguir pelo QREN e pelos Programas operacionais no Período 2007-2013 <a href="http://www.poph.qren.pt/upload/docs/legisla%C3%A7%C3%A3o/nacional/RCM_86_2007_03.07.2007.pdf">http://www.poph.qren.pt/upload/docs/legisla%C3%A7%C3%A3o/nacional/RCM_86_2007_03.07.2007.pdf</a>
	Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2006, DR n.º 50, I Série, de 10 de Março	Referencial Estratégico e Operacional do QREN e dos Programas Operacionais <a href="http://www.poph.qren.pt/upload/docs/legisla%C3%A7%C3%A3o/nacional/RCM_25_2006_10Mar%C3%A7o.pdf">http://www.poph.qren.pt/upload/docs/legisla%C3%A7%C3%A3o/nacional/RCM_25_2006_10Mar%C3%A7o.pdf</a>
	Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de Setembro	Define o modelo de governação do QREN e dos respetivos PO <a href="http://www.poph.qren.pt/upload/docs/legisla%C3%A7%C3%A3o/nacional/DR%20312%202007_17.09.2007.pdf">http://www.poph.qren.pt/upload/docs/legisla%C3%A7%C3%A3o/nacional/DR%20312%202007_17.09.2007.pdf</a>
	Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade 2007-2013	<a href="http://www.qren.pt/download.php?id=374">www.qren.pt/download.php?id=374</a>
	Regulamento Específico dos Apoios à Formação Profissional	Regulamento aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais e pela Comissão Ministerial de Coordenação do PO Fatores de Competitividade a 30 de Abril de 2008 <a href="http://www.qren.pt/download.php?id=662">www.qren.pt/download.php?id=662</a>
	Programa Operacional Temático – Valorização do Território 2007-2013	<a href="http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/C8A94E97-3125-42D7-8D38-9EDB17812ABF/0/PO_ValORIZacao_Territorio.pdf">http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/C8A94E97-3125-42D7-8D38-9EDB17812ABF/0/PO_ValORIZacao_Territorio.pdf</a>
	Regulamento Específico Tipologia de Intervenção	Eixo IX – Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano <a href="http://www.qren.pt/download.php?id=487">www.qren.pt/download.php?id=487</a>
	Manual de Procedimentos POVT	<a href="http://www.povt.qren.pt/tempfiles/20080723144930moptc.pdf">http://www.povt.qren.pt/tempfiles/20080723144930moptc.pdf</a>
	Regulamento Geral Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e Fundo de Coesão	Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão <a href="http://www.qren.pt/download.php?id=419">www.qren.pt/download.php?id=419</a>
	POCTEP - Manual de Gestão de Projetos	<a href="http://www.poctep.eu/index.php?id_documento=66&amp;modulo=publicacion&amp;pagina=documentos.php&amp;busqueda=&amp;busquedagr=&amp;origen=&amp;tipo=15&amp;padre_anterior=0&amp;categoria_anterior=0&amp;padre=0&amp;categoria=15">http://www.poctep.eu/index.php?id_documento=66&amp;modulo=publicacion&amp;pagina=documentos.php&amp;busqueda=&amp;busquedagr=&amp;origen=&amp;tipo=15&amp;padre_anterior=0&amp;categoria_anterior=0&amp;padre=0&amp;categoria=15</a>
	POCTEP - Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro	Aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP), que estabelece a disciplina aplicável a contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo. <a href="http://www.poctep.eu/index.php?id_documento=34&amp;modulo=publicacion&amp;pagina=documentos.php&amp;busqueda=&amp;busquedagr=&amp;origen=&amp;tipo=1&amp;padre_anterior=0&amp;categoria_anterior=0&amp;padre=0&amp;categoria=1">http://www.poctep.eu/index.php?id_documento=34&amp;modulo=publicacion&amp;pagina=documentos.php&amp;busqueda=&amp;busquedagr=&amp;origen=&amp;tipo=1&amp;padre_anterior=0&amp;categoria_anterior=0&amp;padre=0&amp;categoria=1</a>
	POCTEP - Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu	Coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviço. <a href="http://www.poctep.eu/index.php?id_documento=33&amp;modulo=publicacion&amp;pagina=documentos.php&amp;busqueda=&amp;busquedagr=&amp;origen=&amp;tipo=1&amp;padre_anterior=0&amp;categoria_anterior=0&amp;padre=0&amp;categoria=1">http://www.poctep.eu/index.php?id_documento=33&amp;modulo=publicacion&amp;pagina=documentos.php&amp;busqueda=&amp;busquedagr=&amp;origen=&amp;tipo=1&amp;padre_anterior=0&amp;categoria_anterior=0&amp;padre=0&amp;categoria=1</a>
	Regulamento Específico Valorização Económica de Recursos Específicos	Define as condições de acesso e as regras gerais de atribuição de cofinanciamento comunitário, através do FEDER, a aplicar no domínio da "Valorização Económica de Recursos Específicos"

<b>Gestão de Projetos</b>		cos", no âmbito do Eixo Prioritário – Valorização Económica de Recursos Específicos do ON2. – O Novo Norte 2007-2013. <a href="http://www.qren.pt/download.php?id=644">www.qren.pt/download.php?id=644</a>
	ON2 – Industrias Criativas – Aviso Abertura	<a href="http://www.qren.pt/download.php?id=997">www.qren.pt/download.php?id=997</a>
	Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas	Define as condições de acesso e as regras gerais de atribuição de cofinanciamento comunitário, através do FEDER, a aplicar no domínio do "Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas" <a href="http://www.qren.pt/download.php?id=820">www.qren.pt/download.php?id=820</a>
	ON2 - Infraestruturas tecnológicas - Aviso Abertura	<a href="http://www.qren.pt/download.php?id=1003">www.qren.pt/download.php?id=1003</a>
	Cordis FP7 Seventh Framework Programme - Aviso Abertura	<a href="http://cordis.europa.eu/fp7/dc/index.cfm">http://cordis.europa.eu/fp7/dc/index.cfm</a>
	Programa Operacional Temático – Potencial Humano 2007-2013	<a href="http://www.qren.pt/download.php?id=375">www.qren.pt/download.php?id=375</a>
	Regulamento Específico Tipologia de Intervenção	3.3 "Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central e Local e dos Profissionais da Saúde" <a href="http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/3_3.pdf">http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/3_3.pdf</a>
	EQUAL	<a href="http://www.equal.pt/non_accessible/Normativos/index.asp">http://www.equal.pt/non_accessible/Normativos/index.asp</a>
	Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida Subprograma Leonardo Da Vinci	<a href="http://alv.addition.pt/np4/179.html">http://alv.addition.pt/np4/179.html</a> <a href="http://alv.addition.pt/np4/98.html">http://alv.addition.pt/np4/98.html</a>
	Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007	Estabelece o regime geral de aplicação do Fundo Social Europeu (FSE) <a href="http://www.qren.pt/download.php?id=467">www.qren.pt/download.php?id=467</a>
	Declaração de Retificação n.º 3/2008, DR n.º 21, I Série, de 30 de Janeiro	Retificação ao Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007 <a href="http://www.qren.pt/download.php?id=527">www.qren.pt/download.php?id=527</a>
	Declaração de Retificação n.º 5-A/2008 de 8 de Fevereiro	Retificação ao Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007 <a href="http://www.qren.pt/download.php?id=534">www.qren.pt/download.php?id=534</a>
	Decreto Regulamentar n.º 13/2008 de 18 de Junho	Altera o Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007 <a href="http://www.qren.pt/download.php?id=703">www.qren.pt/download.php?id=703</a>
	Regulamento Específico Tipologia de Intervenção	3.5 "Qualificação dos Profissionais do Sector da Educação" <a href="http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18369-08_Tl_3.5.pdf">http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18369-08_Tl_3.5.pdf</a>
	Despacho n.º 18369/2008 de 9 de Julho	Aprova o regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção n.º 3.5, «Qualificação dos profissionais do sector da educação». <a href="http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18369-08_Tl_3.5.pdf">http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/D_18369-08_Tl_3.5.pdf</a>
Regulamento (CE) n.º 1081/2006 de 5 de Julho	Estabelece as atribuições do Fundo Social Europeu, o âmbito da sua intervenção, disposições específicas e os tipos de despesa elegível para a intervenção. <a href="http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:210:0012:0018:PT:PDF">http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:210:0012:0018:PT:PDF</a> Retificação ao Regulamento: <a href="http://www.igfse.pt/upload/docs/QREN/2007/Rectif%20ao%20Reg%201081%202006_28062007.pdf">http://www.igfse.pt/upload/docs/QREN/2007/Rectif%20ao%20Reg%201081%202006_28062007.pdf</a>	
Despacho Normativo n.º 4-A/2008	Veio introduzir alterações no quadro normativo que enquadra a gestão do Fundo Social Europeu (FSE) no âmbito do período de programação 2007 -2013 <a href="http://www.poph.qren.pt/upload/docs/legisla%C3%A7%C3%A3o/nacional/Despacho%20Normativo%20n_4-A_24_01_2008.pdf">http://www.poph.qren.pt/upload/docs/legisla%C3%A7%C3%A3o/nacional/Despacho%20Normativo%20n_4-A_24_01_2008.pdf</a>	
Despacho n.º 17035/2001, de 14 de Agosto - II Série	Aprova o regulamento de formação à distância <a href="http://www.poefds.pt/GOV_PRT_POEFDS/docs/F883246824/Despacho%2017035-2001%20de%2014%20Agosto.pdf">http://www.poefds.pt/GOV_PRT_POEFDS/docs/F883246824/Despacho%2017035-2001%20de%2014%20Agosto.pdf</a>	

<b>Gestão de Projetos</b>	Decreto-Lei n.º 287/88 de 19 de Agosto	Normas orientadoras da Profissionalização em Serviço <a href="http://www.ua.pt/cifop/ReadObject.aspx?obj=4064">www.ua.pt/cifop/ReadObject.aspx?obj=4064</a>
	Decreto-Lei n.º 345/89 de 11 de Outubro	Altera o Decreto-Lei n.º 287/88 de 19 de Agosto <a href="http://www.montezo.eu/dlei345_89.htm">http://www.montezo.eu/dlei345_89.htm</a>
	Decreto-Lei n.º 127/2000 de 6 de Julho	Altera o Decreto-Lei n.º 287/88 de 19 de Agosto <a href="http://www.dre.pt/pdfgratis/2000/07/154A00.pdf">http://www.dre.pt/pdfgratis/2000/07/154A00.pdf</a>
	Despacho Conjunto n.º 812/2005, 24 de Outubro	Criação do Programa de Formação Contínua em Matemática para Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico <a href="http://minedu.pt/np3content/?newsId=1206&amp;fileName=despacho_conjunto_812_2005.pdf">http://minedu.pt/np3content/?newsId=1206&amp;fileName=despacho_conjunto_812_2005.pdf</a>
	Despacho n.º 546/2007 de 11 de Janeiro	Criação do Programa Nacional de Ensino do Português no 1º CEB: PNEP <a href="http://www.dre.pt/pdf2sdip/2007/01/008000000/0089900900.pdf">http://www.dre.pt/pdf2sdip/2007/01/008000000/0089900900.pdf</a>
	Despacho n.º 2143/2007 de 9 de Fevereiro	Programa de formação em ensino experimental das Ciências para Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico: C1 <a href="http://minedu.pt/np3content/?newsId=1208&amp;fileName=despacho_2143_2007.pdf">http://minedu.pt/np3content/?newsId=1208&amp;fileName=despacho_2143_2007.pdf</a>
	Despacho n.º 6754/2008 de 7 de Março	Altera o Despacho Conjunto n.º 812/2005 de 24 de Outubro <a href="http://minedu.pt/np3content/?newsId=1751&amp;fileName=despacho_6754_2008.pdf">http://minedu.pt/np3content/?newsId=1751&amp;fileName=despacho_6754_2008.pdf</a>
	Despacho Normativo n.º 12/2009 de 17 de Março	Altera o Despacho Normativo n.º 4-A/2008, de 24 de Janeiro <a href="http://www.poph.qren.pt/upload/docs/legislação/nacional/DN_12_2009_17Mar.pdf">http://www.poph.qren.pt/upload/docs/legislação/nacional/DN_12_2009_17Mar.pdf</a>
	Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22 de Abril	Alteração ao Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, diploma que define o modelo de governação do QREN 2007-2013 <a href="http://www.poph.qren.pt/upload/docs/legislação/nacional/DL_74_2008_22Abril.pdf">http://www.poph.qren.pt/upload/docs/legislação/nacional/DL_74_2008_22Abril.pdf</a>
	Regulamento da medida V.4, «Investigação e desenvolvimento científico-tecnológico»,	Define as condições de acesso e de atribuição de financiamento, no âmbito do FEDER e do Orçamento do Estado (OE), para o apoio a projetos de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico. <a href="http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/projectos/docs/DR_Regulamento_25_2005.pdf">http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/projectos/docs/DR_Regulamento_25_2005.pdf</a>
FCT/PIDDAC – Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico	Normas de Execução Financeira <a href="http://www.fct.mctes.pt/projectos/formularios/09-2005/Normas_Execucao_Financeira_PIDDAC%2022-09-05.pdf">http://www.fct.mctes.pt/projectos/formularios/09-2005/Normas_Execucao_Financeira_PIDDAC%2022-09-05.pdf</a>	

(Cont. da Lista de Requisitos Legais e Regulamentares)

<b>Gestão Económico-Financeira</b>	<b>Aprovisionamento</b>	DL 223/2009, de 11 de Setembro	Altera o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, prorrogando até 31 de Outubro de 2009 a possibilidade de os documentos que constituem a proposta ou a candidatura poderem ser apresentados em suporte papel
		Portarias n.º 701-A a G / 2008, 29 Julho	Regulamentação do Código dos Contratos Públicos
		Decreto-Lei n.º 143-A /2008, 25 Julho	Princípios e regras das comunicações, trocas e arquivo de dados e informações previstas no CCP
		Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, 28 Março	Retifica o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos
		Código dos Contratos Públicos	Código dos Contratos Públicos - Revoga o Decreto-Lei 197/99, com exceção dos art. 16º a 22º e 29º; DL 196/99; DL 104/2002; DL 1/2005
		Circular interna n.º 2/2007	Consentimento para consultar a situação tributária da Instituição
		Regulamento n.º 2002/2195/CE	Vocabulário comum de contratos públicos (CPV)
		Portaria n.º 949/99, 28 de Outubro	Aprova os modelos de documentos de contratação pública
		Decreto-Lei n.º 197/99, 08 de Junho	art. 16º a 22º e 29º
	<b>Contabilidade e Tesouraria</b>	Lei 12-A/2010, de 30 Junho	Aprova medidas de consolidação orçamental, fixando no artigo 9.º regras de controlo do recrutamento de trabalhadores na Administração Pública.
		Despacho n.º 2500-A/2010, de 5 Fevereiro	Despacho Ministro Finanças o Administração Pública sobre verbas orçamentais a afectar a encargos com remunerações.
		Portaria n.º 794/2000, 20 de Setembro	POC- Educação
		Instrução n.º 1/2004	Do Tribunal de Contas
		Lei do Orçamento do Estado	Publicada anualmente
		Decreto-Lei de Execução Orçamental	Publicado anualmente
		Circulares	Da Direção Geral do Orçamento
	<b>Património</b>	Portaria n.º 95/2009, de 29 de Janeiro	Defina as regras da inventariação completa dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais e dos imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos
		Portaria n.º 671/2000 (2ª série), 17 Abril	São aprovadas as instruções regulamentadoras do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) e respetivo classificador geral, bem como os anexos a esta portaria, da qual fazem parte integrante.

(Cont. da Lista de Requisitos Legais e Regulamentares)				
<b>Recursos Técnico-Educativos (RTE)</b>	<b>Gestão de Espaços Educativos (GEE)</b>	Portaria n.º 1049/2004, 19 de Agosto	Fixa normas relativamente às condições técnicas e de segurança a observar na conceção, instalação e manutenção das balizas de futebol, de andebol, de hóquei e de pólo aquático e dos equipamentos de basquetebol existentes nas instalações desportivas de uso público.	
		Portaria n.º 369/2004, 12 de Abril	Estabelece o regime de intervenção das entidades acreditadas em ações ligadas ao processo de verificação das condições técnicas e de segurança a observar na instalação e manutenção das balizas de futebol, de andebol, de hóquei e de pólo aquático e dos equipamentos de basquetebol existentes nas instalações desportivas de uso público, define os requisitos de atribuição dessa acreditação e estabelece as linhas gerais do respetivo processo de avaliação.	
		Decreto-Lei n.º 82/2004, de 14 de Abril	Altera o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança a Observar na Conceção, Instalação e Manutenção das Balizas de Futebol, de Andebol, de Hóquei e de Pólo Aquático e dos Equipamentos de Basquetebol existentes nas Instalações Desportivas de Uso Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 100/2003	
		Decreto-Lei n.º 100/2003, 23 de Maio	Aprova o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança a Observar na Conceção, Instalação e Manutenção das Balizas de Futebol, de Andebol, de Hóquei e de Pólo Aquático e dos Equipamentos de Basquetebol Existentes nas Instalações Desportivas de Uso Público. (alterado pelo Decreto-Lei n.º 82/2004)	
		Decreto-Lei n.º 317/97, 25 de Novembro	Estabelece o regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público, independentemente de a sua titularidade ser pública ou privada e visar ou não fins lucrativos.	
	<b>BIB</b>	Lei n.º. 62/98	Regula o disposto no artigo 82.º. do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. "D.R."	
		Lei n.º. 50/2004	Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º. 2001/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Maio, relativa à harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade de informação (quinta alteração ao Código do Direito de autor e dos Direitos Conexos e primeira alteração à Lei n.º. 62/98, de 1 de Setembro). "D.R." I	
	<b>Gestão da Informação</b>	<b>Comunicação e Arquivo</b>	Portaria n.º 896/2008, 18 de Agosto	Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 371/2007, que veio alterar o Decreto-Lei n.º 156/2005, alargando a <b>obrigação de existência e disponibilização do livro de reclamações</b> a todos os estabelecimentos que se encontrem instalados com carácter fixo ou permanente nos quais seja exercida, de modo habitual ou profissional, uma atividade, foi publicada a Portaria n.º 70/2008, que altera a Portaria n.º 1288/2005, sem, contudo, ter sido publicado o respetivo anexo I. Por este motivo, procede -se agora a essa publicação, aproveitando -se a oportunidade para republicar a Portaria n.º 1288/2005, de 15 de Dezembro.
			Decreto-Lei n.º 29/2000, 13 de Março	Medidas de modernização administrativa e de simplificação dos circuitos nos procedimentos administrativos gratuitos. Aceitação da fotocópia simples como elemento idóneo para instrução d e processos
			Decreto-Lei n.º 135/99, 22 de Abril	Sistematiza um conjunto de áreas fundamentais na relação cidadão - Administração, tão vastas e variadas como são o acolhimento e atendimento ao público, a comunicação administrativa, a simplificação de procedimentos, a audição dos utentes, os sistemas de informação para a gestão e a divulgação de informação administrativa.
Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro			Define regime geral dos arquivos e do património arquivístico	
Decreto-Lei n.º 121/92, de 2			Estabelece os princípios de gestão de documentos relativos a	

	de Julho	recursos humanos, recursos financeiros e recursos patrimoniais
	Decreto-Lei n.º 447/88, de 10 de Dezembro	Regula a pré-arquivagem de documentação

(Cont. da Lista de Requisitos Legais e Regulamentares)

	Lei 34/2010, de 2 Setembro  Lei 5/2010, de 5 de Maio	Altera a Lei 12-A/2008 Alteração ao Decreto -Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, obrigando a Administração Pública, quando promove concursos como forma de recrutamento e selecção de pessoal para os quadros, a contactar, por via electrónica ou postal simples, todos os desempregados que detenham as habilitações literárias requeridas para o concurso, inscritos no centro de emprego da área geográfica do posto de trabalho, bem como nos imediatamente limítrofes.
<b>Recursos Humanos</b>	Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, de 2 Março	Extensão do acordo colectivo de trabalho n.º 1/2009 (acordo colectivo de carreiras gerais), publicado no <i>Diário da República</i> , 2.ª série, n.º 188, de 28 de Setembro de 2009
	Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 Fevereiro	Estabelece os critérios a aplicar na realização da ponderação curricular prevista no artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, bem como os procedimentos a que a mesma deve obedecer
	Decreto-Lei n.º 5/2010:15 Janeiro	Actualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2010
	Portaria n.º 1316/2009, de 21 de Outubro	Regulamenta a prova da situação escolar e altera a Portaria n.º 984/2007, de 27 de Agosto, que fixa os procedimentos relativos à prova anual da situação escolar estabelecida no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto
	Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, II Série, de 28 de Setembro de 2009	Acordo Colectivo de Carreiras Gerais: acções de formação e aperfeiçoamento profissional; período experimental dos trabalhadores; Duração e organização do tempo de trabalho; Tele-trabalho; Actividade sindical; Articulação entre instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho.
	Decreto-Lei n.º 242/2009, de 16 de Setembro	Dispensa a obrigatoriedade de atestado médico para efeitos de comprovação da robustez física e do perfil psíquico exigidos para o exercício de funções profissionais, públicas ou privadas, e revoga o Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto
	Lei n.º 105/2009, de 14 de Setembro	Regulamenta e altera o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, e procede à primeira alteração da Lei n.º 4/2008, de 7 de Fevereiro
	Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro	Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.
<b>Recursos Humanos</b>	Decreto-Lei n.º 201/2009, de 28 de Agosto	Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, que instituiu o abono de família para crianças e jovens e definiu a protecção na eventualidade de encargos familiares no âmbito do subsistema de protecção familiar, instituindo uma nova prestação denominada bolsa de estudo.
	Despacho n.º 15409/2009, Série II, de 08 Julho de 2009	Abono para falhas
	Portaria n.º 609/2009, de 05 de Junho	Aprova o modelo de registo de trabalho extraordinário e os elementos que deve conter
	Declaração de Rectificação n.º 40/2009, II Série, de 05 de Junho de 2009	Rectifica o Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de Abril, que regulamenta a protecção na parentalidade, no âmbito da eventualidade de maternidade, paternidade e adopção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de protecção social convergente, publicado no <i>Diário da República</i> , 1.ª série, n.º 70, de 9 de Abril de 2009 / Presidência do Conselho de Ministros
	Decreto-Lei n.º 118/2009, de 19 de Maio	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral, criando a rede telemática de informação comum
	Portaria n.º 511/2009, de 14	Fixa os montantes das prestações por encargos familiares

	de Maio	
	Decreto-Lei n.º 91/2009, de 09 de Abril	Estabelece o regime jurídico de protecção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade e revoga o Decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de Abril, e o Decreto-Lei n.º 105/2008, de 25 de Junho
	Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de Abril	Regulamenta a protecção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adopção, no regime de protecção social convergente.
	Decreto-Lei n.º 245/2008, de 18 de Dezembro	Regulamenta a protecção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adopção, no regime de protecção social convergente.
	Despacho n.º 27266-A/2008, II Série do DR, de 24 de Outubro	Possibilidade de colocação em situação de mobilidade especial por opção voluntária do funcionário ou agente
	Portaria n.º 425/2008, 16 de Junho	Montantes das prestações mensais por abono de família – actualização Extraordinária
<b>Recursos Humanos</b>	Portaria n.º 346/2008, 02 de Maio	Montantes das prestações mensais por abono de família
	Portaria n.º 1633/2007, de 31.12	Aprova os modelos de fichas de avaliação de desempenho
	Decreto-Lei n.º 234/2007, 30 de Dezembro	Regime jurídico da inscrição na ADSE - alteração
	Portaria n.º 1223/2007, de 20 de Setembro	Aprovação do modelo de certificação médica do tempo de gravidez, modelo GF 44-DGSS.
	Portaria n.º 666-A/2007, de 1.06	Férias, Faltas e Licenças – Aprovada modelo de declaração
	Decreto-Lei n.º 181/2007, de 09.05	Férias, Faltas e Licenças - alteração
	Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro	Estabelece o regime comum de mobilidade entre serviços dos funcionários e agentes da Administração Pública
	Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17.08	Férias, Faltas e Licenças - alteração
	Decreto-Lei n.º 55/2006, 15.03	Inscrição obrigatória no regime geral da Seg. Social
	Lei n.º 60/2005, de 29.12	Regime de protecção social – Fim inscrição CGA
	Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro	Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral
		Decreto-Lei n.º 176/2003, 02 de Agosto
	Decreto Regulamentar n.º 2/2002, de 15.01	Escalas salariais de carreiras e categorias específicas
<b>Recursos Humanos</b>	Decreto-Lei n.º 174/2001, 31 de Maio	Alarga o crédito concedido para autoformação
	Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio	Férias, Faltas e Licenças - alteração
	Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 05.05	Férias, Faltas e Licenças - alteração
	Decreto-Lei n.º 30/2000, de 13 de Março	Prevê que a instrução de actos e processos dos registos e do notariado possa ser efectuada com fotocópia de documento autêntico ou autenticado, desde que conferida com o original ou documento autenticado exibido perante o funcionário que o receba
	Decreto-Lei n.º 28/2000, de 13 de Março	Confere competência para a conferência de fotocópias às juntas de freguesia e ao serviço público de correios, CTT - Correios de Portugal, S. A., às câmaras de comércio e indústria reconhecidas nos termos do Decreto-Lei n.º 244/92 de 29 de Dezembro, aos advogados e aos solicitadores
	Decreto-Lei n.º 503/99, de 20.11	Férias, Faltas e Licenças - alteração
	Decreto-Lei n.º 117/99, de 11.08	Férias, Faltas e Licenças - alteração
	Decreto-Lei n.º 135/99, 22.04	Modernização administrativa
	Decreto-Lei n.º 100/99, de	Férias, Faltas e Licenças

31.03	
Portaria n.º 34/99, 21.01	Quadro de pessoal da Escola Superior de Enfermagem de Viana do Castelo
Declaração Rectificação n.º 13-E/98, de 31.08	Duração e horário de trabalho – rectificação (só para nomeados)
Decreto-Lei n.º 259/98, de 18.08	Duração e horário de trabalho (só para nomeados)
Decreto-Lei n.º 133-B/98, 30 de Maio	Natureza, âmbito e titularidade do direito às prestações sociais
Decreto-Lei n.º 106/98, de 24.04	Ajudas de custo em território nacional
Decreto-Lei n.º 50/98, 11.03	Formação profissional
Decreto-Lei n.º 76/96, de 18.06	Acréscimo salarial – pessoal docente
Lei n.º 12/96, de 18.04	Regime de incompatibilidades
Decreto-Lei n.º 6/96, 31.01	Alteração do Código de Procedimento Administrativo
Decreto-Lei n.º 192/95, de 28.07	Ajudas de custo no estrangeiro
Decreto-Lei n.º 108/95, de 20.05	Recrutamento de pessoal auxiliar e operário para os SAS
Decreto-Lei n.º 442/91, 15.11	Código de Procedimento Administrativo
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16.10	Regime geral do estatuto remuneratório
Dep. 25/SEES/89, 31.03	Percentagem de serviço semanal dos docentes contratados em regime de tempo parcial
Decreto-Lei n.º 118/83, de 25.02	Regime jurídico da inscrição na ADSE
Decreto-Lei n.º 1/83, 03.01	Regime de dedicação exclusiva (controlo pela Declaração do IRS)

<b>Regulamentos e Estatutos de outras instituições a que o IPVC está ligado, que influenciam as nossas actividades</b>	
Programa PROTEC	Programa especial de apoio à formação avançada de docentes do ensino superior politécnico
Consórcios entre Instituições de Ensino Superior	Documento de orientação aprovado pelo CCISP
Regulamento creditação competências Mestrado em Gestão das Organizações – APNOR, de Julho 2009	Regulamenta a creditação de competências neste Mestrado que envolve o IPVC